

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano C • Nº 53

Poder Legislativo

Recife, quinta-feira, 23 de março de 2023

Colegiados vão convidar secretários para discutir mudanças no Orçamento

Parlamentares também anunciaram audiências públicas para debater temas relevantes

FOTOS: NANDO CHIAPPETTA



LOA 2023 - Comissão de Finanças, presidida por Débora Almeida, receberá representantes do Governo do Estado para tratar de Projeto de remanejamento



DEBATES - Joaquim Lira, presidente do colegiado de Administração, anuncia discussões sobre Sassepe, concurso da PMPE e gestão de Fernando de Noronha

As comissões de Finanças e de Administração Pública anunciaram ontem uma reunião conjunta com o colegiado de Justiça para discutir na próxima segunda (27) o Projeto de Lei Ordinária (PL) nº 357/2023, encaminhado pelo Poder Executivo. A proposta altera a Lei Orçamentária Anual (LOA) e propõe o remanejamento de R\$ 5,7 bilhões no Orçamento do Estado para o exercício de 2023. Os secretários estaduais da Fazenda, Wilson José de Paula, e do Planejamento, Fabrício Marques Santos, serão convidados a participar do encontro.

Por meio de sorteio, a matéria foi distribuída para relatoria nas duas comissões. No colegiado de Finanças, o parecer ficará a cargo do deputado João de Nadegi (PV), enquanto Eriberto Filho (PSB) será o responsável por relatar a proposta em Admi-

nistração Pública.

Na justificativa do projeto, a governadora Raquel Lyra afirma que a adaptação da LOA “guarda compatibilidade com os objetivos a que o novo Governo se propõe” e está em conformidade com as “modificações na estrutura e no funcionamento do Executivo, introduzidas pela Reforma Administrativa”, referindo-se à Lei nº 18.139/2023, aprovada em janeiro pela Alepe.

O texto ressalta ainda que as modificações não implicam aumento de despesa, já que, ao abrir créditos especiais ao Orçamento, o Executivo propõe a anulação de dotações em valor correspondente. Durante a reunião da Comissão de Finanças, foram distribuídos outros 12 projetos para relatoria e, na de Administração Pública, 75 proposições.

O presidente da Comissão de Administração, deputado Joaquim Lira (PV), também

anunciou os temas das audiências públicas que o grupo deverá realizar nas próximas semanas. Um debate sobre o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Pernambuco (Sassepe) e o Hospital dos Servidores foi solicitado pelos deputados João Paulo (PT) e William Brigido (Republicanos).

Brigido pediu ainda um encontro para discutir a situação dos aprovados no concurso público da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE). Já os impactos da gestão compartilhada de Fernando de Noronha sobre a ilha e os moradores deverão ser tema de audiência solicitada pelos deputados Sileno Guedes (PSB), Rodrigo Farias (PSB), Eriberto Filho e Waldemar Borges (PSB).

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, por sua vez, anunciou que vai

promover no mês de abril uma audiência pública sobre as dificuldades enfrentadas pelo Polo de Confecções do Agreste. A iniciativa partiu do deputado Abimael Santos (PL) e vai reunir, em Caruaru, representantes também dos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

Ao ressaltar a importância do arranjo econômico, o presidente da comissão, deputado Mário Ricardo (Republicanos), disse que o grupo pretende “ouvir os trabalhadores e conhecer as demandas do setor”. Ainda em abril, os parlamentares devem realizar uma visita técnica à fábrica da Jeep, em Goiana, na Mata Norte. Por fim, a comissão distribuiu 170 projetos de lei.

ASSUNTOS MUNICIPAIS

Na primeira reunião ordinária desta Legislatura, realizada para distribuição de projetos de lei, a Comissão de Assuntos Municipais

expôs como prioridade a resolução de questões relacionadas aos limites entre municípios pernambucanos. De acordo com o presidente do colegiado, deputado José Patriota (PSB), o levantamento dos locais onde há discordância será a primeira tarefa do grupo parlamentar.

“A missão é fazer um diagnóstico sobre os conflitos: onde estão, quantos são e qual é a gravidade. Em seguida, vamos elaborar um plano de ação para que os dois lados sejam analisados e apreciados pelos membros da Casa”, detalhou Patriota.

O parlamentar pretende realizar reuniões com prefeituras e órgãos como a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de ouvir a população. Ainda segundo Patriota, alguns conflitos incluem as divisas

com os estados da Paraíba, Ceará e Alagoas.

OUTROS COLEGIADOS

A Comissão de Educação também divulgou sua agenda ontem. O presidente, deputado Waldemar Borges (PSB), anunciou que no dia 4 de abril vai promover uma Audiência Pública para tratar da reformulação do Novo Ensino Médio. O colegiado também aprovou o Projeto de Lei nº 395/2023, que cria o Dia Estadual das Diretas Já, a ser comemorado em 31 de março.

A Comissão de Ciência e Tecnologia também realizou a primeira reunião de trabalho, tendo distribuído 50 proposições. “As matérias tratam de temas variados, sendo muitos da área da saúde. A perspectiva é de grandes debates e uma atuação profícua”, registrou a presidente do colegiado, deputada Simone Santana (PSB).

Atos

ATO Nº 312/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 004047/2023 e no Ofício nº 23/2023, do Deputado Waldemar Borges,

RESOLVE: exonerar a servidora ZENAIDE GOMES DA COSTA, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, a partir do dia 1º de abril de 2023, nos termos da Lei nº 11.614/98, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 12.347/03, 13.245/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

Sala Torres Galvão, 22 de março de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

ATO Nº 313/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 004033/2023 e no Ofício nº 035/2023, do Deputado Jarbas Filho,

RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 01 de abril de 2023, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	CARGO	SÍMBOLO
LETÍCIA CARMEM ROCHA JAQUES	ASSISTENTE PARLAMENTAR	PL-APC
THIAGO DE SOUSA LEMOS	ASSISTENTE PARLAMENTAR	PL-APC

Sala Torres Galvão, 22 de março de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

ATO Nº 314/23

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ato nº 004033/2023 e no Ofício nº 035/2023, do Deputado Jarbas Filho,

RESOLVE: nomear os servidores para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, conforme planilha abaixo, a partir do dia 01 de abril de 2023, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13, 15.985/17 e 16.579/19.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP.
LETÍCIA CARMEM ROCHA JAQUES	Assessor Especial/PL-ASC	0%
THIAGO DE SOUSA LEMOS	Assessor Especial/PL-ASC	0%

Sala Torres Galvão, 22 de março de 2023.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

Editais

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

O Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, Deputado Antônio Moraes, a Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, Deputada Débora Almeida e o Presidente da Comissão de Administração Pública, Deputado Joaquim Lira, convocam, nos termos do art. 125, IV do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados membros titulares e suplentes destas Comissões para participarem da reunião a ser realizada às 9h30min (nove horas e trinta minutos) do dia 27 (vinte e sete) de março, segunda-feira do corrente ano, no Auditório Senador Ênio Guerra, localizado no 4º andar do Anexo I da Assembleia Legislativa do Estado, Rua da União, s/n, Boa Vista, onde estará em pauta a seguinte proposição:

DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 357/2023, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2023 e o Plano Plurianual 2020/2023 às modificações introduzidas pela Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.)

Regime de urgência
Relatora CCLJ: Deputada Débora Almeida
Relator CFOT: Deputado João de Nadegi
Relator CAP: Deputado Eriberto Filho

Recife, 22 de março de 2023.

DEPUTADO ANTONIO MORAES
PRESIDENTE CCLJDEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
PRESIDENTE CFOTDEPUTADO JOAQUIM LIRA
PRESIDENTE CAP

COMISSÃO ESPECIAL DE ATENÇÃO E PROMOÇÃO À ASSISTÊNCIA MATERNO INFANTIL EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE

Convoco, nos termos do art. 124, §§ 1º e 2º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: DÉBORA ALMEIDA (PSDB), GILMAR JÚNIOR (PV), RODRIGO NOVAES (PSB), SIMONE SANTANA (PSB) e SOCORRO PIMENTEL (UNIÃO), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: CLEBER CHAPARRAL (UNIÃO), JOEL DA HARPA (PL), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), ROSA AMORIM (PT) e WILLIAM BRIGIDO (REPUBLICANOS) para a reunião de eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão Especial de Atenção e Promoção à Assistência Materno Infantil, a ser realizada às 10h (dez horas) do dia 03 de abril (segunda-feira) do corrente ano, no Plenarinho III, Deputado Afonso Ferraz, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista.

Recife, 22 de março de 2023.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada Estadual

COMISSÃO ESPECIAL EM DEFESA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM EDITAL DE CANCELAMENTO

Informamos aos Deputados: GILMAR JÚNIOR (PV), ROSA AMORIM (PT), DANI PORTELA (PSOL), JOÃOZINHO TENÓRIO (PATRIOTA) e JOÃO PAULO (PT), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: DORIEL BARROS (PT), LUCIANO DUQUE (SOLIDARIEDADE), ANTÔNIO COELHO (UNIÃO), JOAQUIM LIRA (PV) e ERIBERTO FILHO (PSB), o cancelamento da Reunião de Instalação da Comissão Especial em Defesa dos Profissionais de Enfermagem, e eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator, que seria realizada no dia 29 de março de 2023 (quarta-feira), às 11h (onze horas), no Plenarinho III, localizado no Edifício Miguel Arraes de Alencar.

Recife, 21 de março de 2023.

GILMAR JÚNIOR
Deputado Estadual

Ordem do Dia

DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023, ÀS 10:00 HORAS.

ORDEM DO DIA

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 395/2023
Autores: Deputados João Paulo, Doriel Barros, Dani Portela, Rosa Amorim, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 878/2023
Autor: Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Recursos Hídricos e Saneamento e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de solicitar o esgotamento sanitário da fossa comunitária do Residencial Igarassu, localizado no Bairro Marco de Pedra, no município de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 879/2023
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Educação e Esportes no sentido de que seja realizada a instalação de uma Escola Técnica Estadual na Cidade de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 880/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Sertânia, no Bairro de Vista Alegre, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 881/2023
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Austrália, localizada no Bairro de Posto de Monta, na Cidade de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 882/2023
Autor: Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de viabilizarem os serviços de recuperação e recapeamento asfáltico na PE 044, estrada que liga a PE 041 ao Distrito de Três Ladeiras, no município de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 883/2023**Autor:** Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Turismo e Lazer e à Diretora-Presidente da FUNDARPE no sentido de viabilizarem os serviços de limpeza, restauração, recuperação, conservação e funcionalidade turística do Engenho Monjope, no município de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 884/2023**Autor:** Dep. Mário Ricardo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER no sentido de viabilizarem os serviços de recuperação e recapeamento asfáltico da Estrada do Monjope, extensão da PE 14, no município de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 885/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de São Lourenço da Mata, ao Secretário de Infraestrutura e ao Diretor Presidente da Neoenergia de Pernambuco no sentido de viabilizarem a instalação da iluminação pública na 1ª Travessa Nova Esperança, no Bairro de Pixete, na Cidade de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 886/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Paulista, ao Secretário de Infraestrutura e ao Diretor Presidente da Neoenergia de Pernambuco no sentido de viabilizarem a instalação da iluminação pública na Rua Cento e Sete, no Bairro de Jardim Maranguape, na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 887/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Nossa Senhora do Desterro, no Bairro de Piedade, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 888/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua São João, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 889/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o Calçamento da Rua José Inácio, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 890/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de São Lourenço da Mata e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Pedra da Lua, no Bairro da Bela Vista, na Cidade de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 891/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Paulista e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Cinco, no bairro de Jaguaribe, na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 892/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Paulista e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Cantor Luiz Gonzaga, localizada no Bairro de Jaguaribe, na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 893/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Prefeita da Cidade de Camaragibe, e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Monte Carlos, localizada no bairro de Alberto Maia, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 894/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Pernambuco objetivando o policiamento ostensivo na Rua 2ª Travessa Bogotá, no Bairro da Sapucaia, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 895/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Educação e Esportes no sentido visando a fiscalização e diversificação do cardápio nas Escolas Técnicas Estaduais (ETE).

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 896/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Comunicação e à Secretária de Saúde objetivando a criação de uma Campanha de Conscientização contra trotes destinados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), no Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 897/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de retomar e concluir a obras da Adutora do Alto Capibaribe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 898/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Superintendente Regional do DNIT no Estado de Pernambuco no sentido de instalar sinalização vertical nas rodovias do Estado de Pernambuco, informando a velocidade máxima permitida e também a existência de lombadas eletrônicas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 899/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária Estadual de Saúde no sentido de ampliarem urgentemente o número de leitos da maternidade de Alto Risco do Hospital Agamenon Magalhães.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 900/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Prefeito da Cidade do Recife, à Secretária Estadual de Saúde e ao Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Pernambuco no sentido de solicitarem o aumento das fiscalizações nos consultórios médicos localizados no município do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 901/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Prefeito da cidade do Recife, à Secretária Estadual de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de viabilizarem a instalação de um destacamento policial militar nas mediações do Mercado de São José, bairro de São José, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 902/2023**Autor:** Dep. Adalto Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente Interino do DER-PE no sentido de instalar sinalização vertical nas rodovias do Estado de Pernambuco, informando a velocidade máxima da via e também a existência de lombadas eletrônicas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 903/2023**Autor:** Dep. Rodrigo Farias

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do IPA no sentido de perfurar e instalar poços artesianos nas comunidades de Dedé de França e Sítio Riachão, ambas na zona rural do município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 904/2023**Autor:** Dep. Rodrigo Farias

Apelo ao Diretor Presidente em exercício do DER e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco no sentido instalarem duas lombadas eletrônicas verticais, sendo uma nas proximidades do Ciretran (Circunscrição Regional de Trânsito) de Surubim, e a outra na Comunidade de Lagoa do Choro na PE-090.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 905/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Paulista e ao Secretário de Obras e Serviços Públicos objetivando o saneamento básico da Rua 124, em Jardim Paulista Baixo, no município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Álvaro Porto; **1º Vice-Presidente**, Deputado Aglailson Victor; **2º Vice-Presidente**, Deputado Francismar Pontes; **1º Secretário**, Deputado Gustavo Gouveia; **2º Secretário**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **3º Secretária**, Deputada Socorro Pimentel; **4º Secretário**, Deputado Joel da Harpa; **1º Suplente**, Deputado Rodrigo Farias; **2º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz Filho; **3º Suplente**, Deputado Gilmar Júnior; **4º Suplente**, Deputado Coronel Alberto Feitosa; **5º Suplente**, Deputado William Brígido; **6º Suplente**, Deputado Joazinho Tenório; **7º Suplente**, Deputado France Hacker. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretário-Geral da Mesa Diretora** - Maurício Moura Maranhão da Fonte; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Edécio Rodrigues de Lima; **Superintendente Administrativo** - Jose Luiz de Oliveira Junior; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Danielle Crhistina de Aguiar; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Braulio Jose de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Wildy Ferreira Xavier; **Superintendente Militar e de Segurança Legislativa** - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Jose Airton Paes dos Santos; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor-Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente Parlamentar** - Diogo Case Moraes; **Superintendente de Comunicação Social** - Helena Castro de Alencar; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Edson Alves Jr.; **Reportagem e edição** - André Zahar, Gabriela Bezerra, Isabelle Costa Lima e Ivanna de Castro; **Fotografia**: Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), **Repórteres Fotográficos** - Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta e Roberta Guimarães; **Diagramação e Editoração Eletrônica**: Alécio Nicolak Júnior e Antonio Violla; **Endereço**: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail**: scom@alepe.pe.gov.br.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Discussão Única da Indicação nº 906/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Paulista, ao Secretário de Infraestrutura e ao Secretário de Obras e Serviços Públicos objetivando o calçamento da Rua 124, em Jardim Paulista Baixo, no município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 907/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Vitória de Santo Antão e à Secretária de Infraestrutura e Controle Urbano objetivando a capinação da Rua Frei Damião, no bairro Luiz Gonzaga, na cidade de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 908/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade de Vitória de Santo Antão e à Secretária de Infraestrutura e Controle Urbano objetivando o saneamento básico da Rua Frei Damião, no bairro Luiz Gonzaga, na cidade de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 909/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade de Vitória de Santo Antão e à Secretária de Infraestrutura e Controle Urbano objetivando o calçamento da Rua Frei Damião, no bairro Luiz Gonzaga, na cidade de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 910/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo à Prefeita do município de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos no sentido objetivando o saneamento básico da Av. Ademar de Barros, localizada no bairro Timbi, na cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 911/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo à Prefeita do município de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos objetivando o calçamento da Av. Ademar de Barros, no bairro Timbi, na cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 912/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Diretor-Presidente da COMPESA e à Diretora Regional Metropolitana - DRM da COMPESA objetivando o saneamento básico da Rua 51, no bairro Rio Doce, na cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 913/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito do município de Jaboatão dos Guararapes, ao Secretário Municipal de Infraestrutura e ao Secretário Executivo de Obras objetivando a construção da ponte na Rua 101, no bairro de Barra de Jangada, na cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 914/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Diretor-Presidente da COMPESA e à Diretora Regional Metropolitana - DRM da COMPESA no sentido de solicitar o fechamento do buraco aberto na Av. Dr. Dirceu Veloso Toscano de Brito, no bairro do Pina, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 915/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife e ao Secretário de Educação no sentido de solicitar a reinserção dos alunos matriculados no programa da rede municipal com a Escola Maria Maculada, localizada no bairro do Cordeiro, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 916/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife e à Secretária de Infraestrutura e Presidente da EMLURB objetivando o calçamento da Rua Capitão Joao Luís, no bairro Cohab, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE – 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 917/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife e à Secretária de Infraestruturra e Presidente da EMLURB no sentido de solicitarem a capinação da Rua Bom Destino, no bairro do Iburá, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 918/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife e à Secretária de Infraestrutura e Presidente da EMLURB objetivando o saneamento básico da Rua Bom Destino, no bairro do Iburá, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 919/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife e à Secretária de Infraestrutura e Presidente da EMLURB objetivando o calçamento da Rua Bom Destino, no bairro do Iburá, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 920/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA visando a dragagem do leito do Rio Formoso, no trecho de aproximadamente 5km, que corta a zona urbana do município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 921/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Infraestrutura de Recursos Hídricos do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja viabilizada a conclusão das barragens executando o Projeto de Contenção do Rio Una e seus afluentes, com a construção das barragens Painelas II em Cupira, Gatos em Lagoa dos Gatos, Igarapeba em São Benedito do Sul e Barra de Guabiraba no município de Barra de Guabiraba, conforme estudo técnico existente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 922/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado no sentido de que sejam realizadas melhorias na Estrada Velha do Cabo de Santo Agostinho que interliga o bairro de Garapú a BR 101, que dá acesso à área industrial da AD Dipер.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 923/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento Edgar Cabral, localizado no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 924/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado no sentido de que sejam realizadas melhorias na PE 37, que interliga os Bairros do Centro ao Bairro de Pirapama, no Município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 925/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento Santa Luzia, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 926/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Sítio da Estrada, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 927/2023**Autor:** Dep. Álvaro Porto

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente do DER no sentido de viabilizarem a instalação de um *guard rail* ou defesa metálica na ponte sobre o Rio Canhoto na Rodovia PE-177, entre os Municípios de Canhotinho e Angelin.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 928/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado no sentido de que seja implantada uma ciclofaixa na PE-37 que interliga os bairros do Centro ao Bairro de Pirapama, no Município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 929/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água na Agrovila Minguito, localizada no município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 930/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro de Cossocó, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 931/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Olho D'água, na cidade de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 932/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, à Prefeita do município de Rio Formoso e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro da COHAB, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 933/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento Miguel Arraes, no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 934/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no

loteamento Santa Edviges, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 935/2023

Autora: Dep. Simone Santana

Apelo à Governadora do Estado e à Presidente da EMLURB no sentido de viabilizarem o recapeamento asfáltico da Rua Girassol, no bairro de Brejo da Guabiraba, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 936/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento Recreio, no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 937/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Alto Santa Terezinha, no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 938/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Loteamento Centro, no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 939/2023

Autora: Dep. Débora Almeida

Apelo à Governadora do Estado e ao Presidente da COMPESA no sentido de providenciar a manutenção e ampliação da Adutora da Comunidade Sussuarana, no município de Terra Nova.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 940/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Nova Descoberta, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 941/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro São Sebastião no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 942/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento Joana Trigueiro no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 943/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no loteamento José Pereira Borges, no Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 944/2023

Autor: Dep. Abimael Santos

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Estado da Civil, à Secretária de Estado de Defesa Social, ao Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, ao Subcomandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, ao Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, ao Secretário da Casa Militar e ao Chefe do Centro Médico Hospitalar da Polícia Militar de Pernambuco no sentido de que sejam tomadas as medidas técnicas e administrativas urgentes visando de pôr termo à crise financeira que abala o Sistema de Saúde da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 945/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado, ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água da Rua da Lama, no Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 946/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura no sentido de que seja reestruturada a sinalização que indica a altura máxima permitida de veículos constante na Av. Historiador Pereira da Costa, próximo ao Bairro da Vila Social, no Município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 947/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Presidente do Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco – CEASA no sentido de que seja disponibilizado um espaço no CEASA a fim de que agricultores do Município de Rio Formoso possam comercializar os seus produtos, bem como que seja realizada a doação de adubo orgânico para atender aos agricultores do referido Município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 948/2023

Autora: Dep. Débora Almeida

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Presidente da COMPESA visando a conclusão da obra da Rodovia Vicinal VPE-240, que liga o Distrito de São José ao Distrito de Rainha Isabel, ambas no município de Bom Conselho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 949/2023

Autora: Dep. Dani Portela

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Justiça e Direitos Humanos no sentido de que realizem campanhas informativas sobre a Lei Estadual nº 17.241/2021, que estabelece vedação a qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, profissão, idade, deficiência, doença não contagiosa e religião no acesso aos elevadores dos edifícios públicos ou privados, comerciais e residenciais, situados no Estado, a fim de que suas disposições possam ser efetivamente implementadas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 950/2023

Autora: Dep. Débora Almeida

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Administração visando à cessão de imóvel de domínio do Estado de Pernambuco, conforme solicitado pela Cooperativa dos Avicultores de São Bento do Una, no município de São Bento do Una.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 951/2023

Autora: Dep. Débora Almeida

Apelo à Governadora do Estado e ao Presidente da COMPESA visando à extensão da rede de abastecimento de água, de modo a contemplar a ETE Eduardo Campos, no Município de São Bento do Una.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 952/2023

Autor: Dep. José Patriota

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social do Estado de Pernambuco e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado no sentido de transformar a Companhia de Polícia Militar situada no Município de São José do Egito, no Sertão do Pajeú, em uma Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), reforçando as atribuições de policiamento nos municípios vizinhos, como Tuparetama, Brejinho, Santa Terezinha e Itapetim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 953/2023

Autor: Dep. José Patriota

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco e ao Diretor-Presidente do DER-PE no sentido de complementar o projeto de pavimentação da PE-282, até o Distrito de Jabitacá, em Iguaracy.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 954/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a 2ª Travessa Bogotá, no Bairro de Sapucaia, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 955/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Oitenta e Três, no Bairro de Maranguape I, na Cidade do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 956/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Santa Luzia, no Bairro de Santo Aleixo, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 957/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Oscar Pereira, no Bairro de Candeias, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 958/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Canãa, no Bairro de Vila Rica, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 959/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Sete, no Bairro Novo, na Cidade de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 960/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Nossa Senhora da Rosa Mística, no Bairro de Sítio dos Marcos, na Cidade de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 961/2023

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Pastor Nelson, no Bairro de Rosina Labanca, na Cidade de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 962/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Coelho Muniz, no Bairro de Nossa Senhora da Luz, na Cidade de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 963/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua dos Carreiros, no Bairro de Cajueiro Seco, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 964/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a 5ª Travessa Boa Esperança, no Bairro do Centro, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 965/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Epitácio Pessoa, no Bairro de Vila Rica, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 966/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Dario Luiz, no Bairro de Rosina Labanca, na Cidade de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 967/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua São João, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 968/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Barão de Loreto, no Bairro de Vera Cruz, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 969/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua São Pedro, no Bairro de São Pedro, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 970/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a 3ª Travessa Parati, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 971/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Avenida Doutor Manoel Borba, no Bairro do Centro, na Cidade de Custódia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 972/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Júlia Ribeiro, no Bairro de Vera Cruz, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 973/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Santa Mônica, no Bairro de Santa Mônica, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 974/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o saneamento básico na Rua da Boa Hora, no Bairro do Varadouro na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 975/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o saneamento básico na Rua São Luiz, no Bairro de Sucupira na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 976/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o saneamento básico na Rua Cinquenta, no Bairro de Zumbi dos Palmares na Cidade do Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 977/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o saneamento básico na Avenida Canal, no Bairro de Casa Caiada na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 978/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Saneamento de Recursos Hídricos do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o saneamento básico na Rua do Loteamento Xisto Lourenço, no Bairro de Upatininga na Cidade de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 979/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Secretário de Obras e Serviços Públicos e ao Presidente da Câmara Municipal de Garanhuns no sentido de providenciar o asfaltamento da Rua Francisco H. Filho, no bairro Francisco Simão dos Santos Figueira, na cidade de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 980/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Ibaíti, no Bairro do Areeiro, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 981/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Presidente de Câmara de Vereadores de Garanhuns, ao Secretário de Obras e Serviços Públicos do Município de Garanhuns e ao Secretário de Juventude, Esportes e Lazer no sentido de solicitar reparos e manutenções no Parque Euclides Dourado, localizado na Avenida Júlio Brasileiro, no município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 982/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Presidente da Câmara Municipal de Garanhuns e à Secretaria de Educação do Município de Garanhuns no sentido de adotarem medidas urgentes, para evitar o Estado de Greve dos professores da Rede Municipal de Ensino de Garanhuns, anunciada para iniciar em abril, em razão do Piso Nacional dos Professores da Educação Básica.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 983/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Presidente da Câmara Municipal de Garanhuns e à Secretaria de Educação do Município de Garanhuns no sentido de adotarem medidas urgentes, para efetuar o pagamento dos salários atrasados dos prestadores de serviço das escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 984/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Secretário de Obras e Serviços Públicos e ao Presidente da Câmara Municipal de Garanhuns no sentido de providenciarem o asfaltamento da Rua Marcelo Moura, no bairro de Massaranduba, na cidade de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 985/2023**Autor:** Dep. Izaías Régis

Apelo ao Prefeito do Município de Garanhuns, ao Secretário de Obras e Serviços Públicos e ao Presidente da Câmara Municipal de Garanhuns visando o asfaltamento da Rua Emanuel Tenório de Holanda, no bairro de Massaranduba, na cidade de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 986/2023**Autor:** Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco visando a construção de uma passarela de pedestres, na altura do Km 2, da Rodovia PE-60, próximo ao Maxxi Atacado, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 987/2023**Autor:** Dep. Nino de Enoque

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente do DER no sentido de promoverem a retomada da obra de asfaltamento, na Rodovia PE 037 no trecho compreendido entre o município do Cabo de Santo Agostinho a Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 988/2023**Autor:** Dep. João Paulo Costa

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente do DER no sentido de viabilizarem o serviço de sinalização e limpeza ao longo de toda extensão das rodovias PE-203, que dá acesso ao município de Lagoa do Ouro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 989/2023**Autor:** Dep. Gilmar Junior

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Administração e à Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco no sentido de que destinem recursos orçamentários com o intuito de corrigir o subdimensionamento de Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, que atuam no Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM-UPE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 990/2023**Autor:** Dep. Nino de Enoque

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário da Casa Civil do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura no sentido de reestruturar a passagem molhada que liga Chã Grande às comunidades da Zona Rural que dão acesso a cidade de Gravatá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 991/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo ao Prefeito do Município de Tamandaré e ao Secretário de Turismo, Esporte e Lazer de Pernambuco no sentido de viabilizarem, com a maior brevidade possível, a limpeza do acostamento da PE-076, no trecho entre a Reserva Biológica de Saltinho, até a entrada da cidade de Tamandaré.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 992/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco no sentido de viabilizarem a transição do Regime Regular para o Regime Semi-Integral da Escola Estadual Escritor Maximiliano Accioly Campos, no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 993/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Educação e Esportes do Estado no sentido de viabilizarem a transição do Regime Regular para o Regime Semi-Integral da Escola Estadual Teotônio Correia da Silva, no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 994/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Educação e Esportes do Estado no sentido de viabilizarem a construção da Escola Estadual Escritor Maximiliano Accioly Campos, no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 995/2023**Autor:** Dep. João Paulo Costa

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento, requalificação, sinalização e limpeza ao longo de toda extensão das rodovias PE-430, no município de São José do Belmonte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 996/2023**Autor:** Dep. João Paulo Costa

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente do DER no sentido de viabilizarem o recapeamento, requalificação, sinalização e limpeza ao longo de toda extensão da PE-361, interliga o município de São José de Belmonte até a divisa de Pernambuco com a Paraíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 997/2023**Autor:** Dep. Gilmar Junior

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Administração e à Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco no sentido de que fortaleça a rede de hospitais materno-infantil do Estado com o implemento de recursos para requalificação estrutural e modernização de serviços do Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros – CISAM-UPE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 998/2023**Autor:** Dep. France Hacker

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Educação e Esportes de Pernambuco e à Reitora da Universidade de Pernambuco - UPE no sentido de implantarem um *Campus* Universitário da Universidade de Pernambuco – UPE, na Região da Mata Sul, no Município de Barreiros, com a finalidade de atender as cidades de São José da Coroa Grande, Tamandaré, Rio Formoso e Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 999/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Seis de Janeiro, no Bairro de Águas Compridas, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1000/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Dois de Fevereiro, no Bairro de Aguazinha, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1001/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Avenida Canal, no Bairro de Casa Caiada, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1002/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Cinco, no Bairro de Rio Doce, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1003/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Dois de Março, no Bairro de Alto da Bondade, na Cidade de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1004/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Rivadavia Miranda de Souza, no Bairro do Janga, na Cidade de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1005/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Quarenta e Três, no Bairro de Maranguape I, na Cidade de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1006/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Oitenta e Quatro, no Bairro de Maranguape II, na Cidade de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1007/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Avenida Pr. Amaro de Senna, no Bairro de Caetés I, na Cidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1008/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Cem, no Bairro do Caetés I, na Cidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1009/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Tupã, no Bairro de Caetés Velho, na Cidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1010/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Oitenta e Quatro, no Bairro de Caetés III, na Cidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1011/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Capitão José Primo, no Bairro do Centro, na Cidade de Abreu e Lima.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1012/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretario de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado e ao Presidente da COMPESA objetivando o abastecimento de água para a Rua Fernando de Noronha, no Bairro de Tabatinga, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1013/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento ostensivo na Rua Fernando de Noronha, no Bairro de Tabatinga, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1014/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento na Rua Amador Meira, no Bairro de Tabatinga, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1015/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento na Rua Esplanada, no Bairro de Santana, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1016/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento na Rua Beco, no Bairro de Vila da Fábrica, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1017/2023**Autor:** Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, à Secretária de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado objetivando o policiamento na Rua Luis Carlos de Araújo, no Bairro de Vila da Fábrica, na Cidade de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1018/2023**Autor:** Dep. Doriel Barros

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca e ao Diretor Presidente do IPA no sentido de que Pernambuco efetive a retomada de programas e ações voltadas para peixamento de açudes e pequenos barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1019/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Riacho do Navio no Município de Escada, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1020/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Nova Escada, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1021/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Nova Escada, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1022/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Riacho do Navio, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1023/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Viadouro, no Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1024/2023

Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Defesa Social do Estado no sentido de que seja realizada uma reforma na Delegacia de Polícia de Glória do Goitá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1025/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Vila Operária no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1026/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico da área do Centro do Município de Escada, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1027/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Nova Esperança no Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1028/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Vila Operária no Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1029/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Vila Operária no Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1030/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Cohab no Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1031/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico da área de Barra de Sirinhaém do Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1032/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento no sentido de que seja realizado um estudo no saneamento básico do bairro Porto de Pedra no Município de Sirinhaém, a fim de que sejam implantadas melhorias, principalmente nos pontos em que o saneamento básico é deficiente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1033/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no bairro Nova Esperança no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1034/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Centro do Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1035/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água em Barra de Sirinhaém no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1036/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento o abastecimento de água no bairro COHAB, no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1037/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento o abastecimento de água no bairro Porto de Pedra, no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única da Indicação nº 1038/2023

Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da COMPESA no sentido de que seja regularizado o abastecimento o abastecimento de água do Centro no Município de Sirinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 252/2023

Autor: Dep. João Paulo Costa

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 3 de abril de 2023, em homenagem a comemoração dos 101 anos do Partido Comunista do Brasil – PC do B.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 253/2023

Autor: Dep. Henrique Queiroz Filho

Voto de Aplausos ao Ministro da Defesa do Brasil, José Múcio Monteiro, pelo anúncio da escolha do Estado de Pernambuco como local em que será edificada nova Escola de Sargentos das Armas -ESA do Exército Brasileiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 254/2023

Autor: Dep. Eriberto Filho

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene, no dia 18 de abril de 2023, em comemoração ao aniversário de 80 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai - PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 255/2023

Autor: Dep. Coronel Alberto Feitosa

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 22 de maio de 2023, em homenagem aos 17 anos do Blog do Magno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 256/2023

Autor: Dep. Waldemar Borges

Voto de Aplausos ao bloco carnavalesco Os Irresponsáveis “É Quem Pode”, pela passagem dos seus 40 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 257/2023

Autor: Dep. Adalto Santos

Voto de Aplausos à CBN Recife, na pessoa da Sra. Daniele Monteiro, diretora de conteúdo, pela contratação do Radialista Geraldo Freire.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 258/2023

Autor: Dep. Izaias Régis

Voto de Congratulações com a AMUPE, pela passagem dos seus 56 anos de fundação, que ocorrerá no dia 28 de março de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 259/2023

Autora: Dep. Débora Almeida

Voto de Aplausos ao Sr. João Carlos Paes Mendonça, que por meio do seu empreendedorismo social, mais notadamente o Instituto João Carlos Paes Mendonça tornou possível a construção das novas instalações do 1ª Companhia do 19º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 260/2023**Autor:** Dep. Rodrigo Novaes

Voto de Pesar pelo falecimento do médico Orlando Ferraz, ocorrido no dia 20 de março de 2023, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 261/2023**Autor:** Dep. Waldemar Borges

Voto de Pesar pelo falecimento do músico e compositor Fernando Filizola, ocorrido no dia 19 de março de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 262/2023**Autor:** Dep. Joaquim Lira

Voto de Pesar pelo falecimento do jovem artista Everaldo Gomes de Moura Júnior, popularmente conhecido como Júnior Moura, ocorrido no dia 18 de março de 2023, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 263/2023**Autor:** Dep. Antonio Coelho

Voto de Pesar pelo falecimento da artesã Maria da Paz Araújo, Da Paz, ocorrido no dia 20 de março de 2023, na cidade de Petrolina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 264/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos ao 1º TEN. BM Renato de Lima e Silva, ao ASP. BM Kelvin Rudah Silva da Veiga, ao 1º SGT. BM Carlos César Santana da Silva, 2º SGT. BM Aldir Tomaz de Aquino, ao 3º SGT. BM Gibson Rocha de Lima, ao 3º SGT. BM Marcelo dos Santos Fonseca e ao CB. BM Leonardo Silva Monteiro, pelo reconhecido trabalho de socorro, em ocorrência que envolveu ataques de tubarão, no dia 5 de março de 2023, na Praia de Piedade, Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 265/2023**Autora:** Dep. Delegada Gleide ÂngeloVoto de Aplausos às entidades, órgãos públicos e empresas: Fundação Altino Ventura, Instituto Alcides Teixeira, Amigos do Peito, Secretaria Municipal de Saúde do Recife, Clínica Sinergia, instituto de Identificação Tavares Buriil – IITB, Senac e Marques Consult, pela parceria na realização da *1ª Semana da Mulher – 2023*, entre os dias 8 a 15 de março de 2023.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Discussão Única do Requerimento nº 266/2023**Autor:** Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos ao Coronel PMPE Wellington Bezerra da Câmara Júnior, ao Major PMPE Giovanni Matias de Macedo Dantas, ao Com. Especial PCPE Augusto Cunha de Araújo, ao 2º Sargento PMPE Ronildo Teles Pereira, ao 3º Sargento CBMPE Adilson Souza Magalhaes, Soldado PMPE Bruno Diniz Espindola Monteiro, pelo apoio em ocorrência que envolveu ataques de tubarão, no dia 5 de março de 2023, na Praia de Piedade, Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/03/2023

Ofícios

Ofício nº 23/2023-GDRA

Recife, 22 de março de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
ÁLVARO PORTO
Presidência da Assembleia Legislativa de Pernambuco

Assunto: Reunião de Instalação e Eleição dos Membros da Comissão Especial de Combate à Fome

Senhor Presidente,

Vimos presente comunicar que no dia 21 de março de 2023 às 11h30, realizada no Plenarinho III desta Casa Legislativa, aconteceu a Reunião de Instalação da Comissão Especial de Combate à Fome.

A reunião ocorreu com o objetivo de instalar a Comissão Especial e, como previsto nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, foram eleitos para os cargos de Presidente: Deputada Rosa Amorim; Vice-presidente: Deputado Luciano Duque; Relator: Deputado Doriel Barros.

Diante do exposto, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais, porventura necessários.

Agradecemos desde já e renovamos nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

ROSA AMORIM
Deputada Estadual

OFÍCIO Nº 036/2023 - GABRN

Recife, 20 de março de 2023.

Exmo. Sr.
Álvaro Porto
Presidente da Assembleia Legislativa

Assunto: Alteração do nome da Frente Parlamentar de Macrodrenagem e inclusão de novo membro.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste solicitar à alteração do nome da Frente Parlamentar de Macrodrenagem da Região Metropolitana do Recife para que passe a ser Frente Parlamentar de Macrodrenagem do Estado de Pernambuco bem como solicitar a inclusão do Deputado France Hacker como membro da referida Frente.

Agradecemos a atenção dispensada e renovamos os votos de elevada estima e consideração.

RENATO ANTUNES
Coordenador-Geral da Frente Parlamentar

Ofício nº 26/2023

Recife, 20 de março de 2023.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado
ÁLVARO PORTO
MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Senhor Presidente,

Sirvo-me deste para solicitar a Vossa Excelência a inclusão do Deputado Dannilo Godoy, como membro da Frente Parlamentar em Defesa das Rodovias e Mobilidade de Pernambuco.

Nada mais havendo tratar, renovo meus votos e estima e distinguida consideração.

Atenciosamente,

JOEL DA HARPA
Coordenador-Geral da Frente Parlamentar

Ofício nº 19/2023

Recife, 20 de março 2023.

Senhor Presidente;

Cumprimentando-o Vossa Excelência, vimos por meio deste, indicar o parlamentar Kaio Maniçoba como suplente da Comissão Parlamentar Especial para discussão da regulamentação e destinação de valores a serem arrecadados em atividades de jogos e apostas.

Certo do atendimento de Vossa Excelência, aproveite a oportunidade para apresentar-lhes protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Deputado Kaio Maniçoba
Líder do PPAo Exmo. Sr.
DEPUTADO ALVARO PORTO
Presidente da ALEPE

Ofício nº 20/2023

Recife, 20 de março 2023.

Senhor Presidente;

Cumprimentando-o Vossa Excelência, vimos por meio deste, indicar os parlamentares Claudiano Filho (Titular) e Kaio Maniçoba (Suplente) para compor a Comissão Especial em Defesa da Bacia Leiteira de Pernambuco.

Certo do atendimento de Vossa Excelência, aproveite a oportunidade para apresentar-lhes protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

Deputado Kaio Maniçoba
Líder do PPAo Exmo. Sr.
DEPUTADO ALVARO PORTO
Presidente da ALEPE

Emenda

EMENDA Nº 000001/2023

Altera a redação da Ementa e do Art. 1º do Projeto de Lei Ordinária n.º 89/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo.

Artigo Único. O Projeto de Lei Ordinária n.º 89/2023 passa a ter a seguinte redação:

Ementa: Dispõe sobre a possibilidade de os laboratórios conveniados à rede pública do estado realizarem coleta de materiais para exames laboratoriais de idosos, acamados ou pessoas com deficiência em suas residências.

Art. 1º Os laboratórios de análises clínicas situadas nos municípios do Estado de Pernambuco, conveniados ao Sistema Único de Saúde - SUS, disponibilizarão a coleta de material para realização de exames laboratoriais, em domicílio, quando solicitado, em pessoas idosas, acamadas, ou pessoas com deficiência.

Justificativa

A alteração do Projeto de Lei Ordinária n.º 89/2023, de minha autoria, pretende adequar a expressão "portadores de deficiência" para "pessoas com deficiência", conforme a Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Portanto, o termo mais adequado é "Pessoa com Deficiência", nesse termo a figura da pessoa vem antes da deficiência, a qual não é mais importante que o indivíduo. Assim, existe a pessoa com deficiência auditiva, a pessoa com deficiência visual, a pessoa com deficiência física, e a pessoa com deficiência intelectual.

Sala das Reuniões, em 22 de Março de 2023.

DELEGADA GLEIDE ÂNGELO
Deputada

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª comissões.

Pareceres

PARECER Nº 00009/2023

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 19/2023
AUTORIA: JOÃO PAULO COSTA

PROPOSIÇÃO QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO BANCO DE DADOS E CADASTRO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE (ART. 24, XIV, CF/88). INTEGRAÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE, ILEGALIDADE E ANTIJURIDICIDADE. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR E PELA CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 19/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA (ART. 214, II DO RI.).

1. RELATÓRIO

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023, de autoria da João Paulo Costa, que dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco (art. 1º).

O art. 2º estabelece diversas informações passíveis de registro como endereço, formação e meios de contato, que podem ser utilizadas pelos órgãos interessados (art. 3º).

O Projeto de Lei tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário (art. 253, inciso III, Regimento Interno). É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa das matérias submetidas a sua apreciação.

A proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 223, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto tem como objetivo dispor sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a proteção e defesa da saúde, bem como a regra de integração das pessoas com deficiência encontram-se na competência material comum e legislativa concorrente constitucionalmente atribuídas aos Estados-membros, conforme estabelecido na Constituição da República, *in verbis*:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...]

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Nesse contexto, o PLO em comento se coaduna com as normas gerais referentes às pessoas com deficiência, tais como a Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e a Lei Estadual nº 14.789/2012 (Política Estadual da Pessoa com Deficiência). Ademais, o STF entende de um modo geral não haver vícios na iniciativa parlamentar tendente à criação de cadastros estaduais, tais como ilustra o seguinte aresto:

Ementa: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI MUNICIPAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. INEXISTÊNCIA. TEMA 917 DA REPERCUSSÃO GERAL. 1. A Lei 5.978/2015, do Município do Rio de Janeiro, ao estabelecer a instituição de Cadastro Municipal de Imóveis que se destinam a aluguel para fins religiosos, não prevê a criação de qualquer estrutura dentro da Administração Municipal, tampouco interfere no regime jurídico de servidores públicos municipais. A norma em nada altera a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração municipal já existentes, de modo que não há que se falar em desrespeito à iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo. 2. Agravo Interno a que se nega provimento. (RE 1298077 AgR, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 08/03/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-049 DIVULG 12-03-2021 PUBLIC 15-03-2021)

Contudo, destacamos que é necessária a apresentação de Substitutivo para aprimorar a matéria e deixar claro que o Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco será voltado à empregabilidade e empreendedorismo, bem como que deve observar a Lei Geral de Proteção de Dados:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2023 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 19 /2023.

Altera integralmente o Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023.

Artigo único. O Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023 passa a ter a seguinte redação:

Dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco.

“Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Banco de Dados e Cadastro para Pessoas com Deficiência, para fins de facilitação de inserção delas no mercado de trabalho e encaminhamento para formação profissional, voltado à empregabilidade e ao empreendedorismo.

Parágrafo único. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme dispõe o art. 2º da Lei Federal nº 13.146 de 6 de julho de 2015.

Art. 2º As pessoas consideradas deficientes, nos termos previstos no parágrafo único do art. 1º desta lei, terão a possibilidade de se inscrever, gratuitamente, no Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco, para fins de facilitação de inserção em mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para fins de inscrição, o interessado deverá anexar, junto ao seu cadastro, seu currículo, no qual conte seus dados pessoais, tais como:

I - Data de nascimento;

II - Endereço residencial;

III - indicação da existência de curatela e documentos do curatelado, se for o caso;

IV - indicação de tomada de decisão apoiada, caso haja;

V - meios para contato;

VI - formação;

VII - indicação de experiências anteriores, caso existam;

VIII - especialidades e disponibilidade de tempo para participar de palestras, treinamentos, programas de educação pública, engajamento em projetos sociais, trabalhos voluntários, entre outras atividades; e

IX - laudo médico expedido por órgãos públicos ou instituições médicas privadas, certificando o tipo de deficiência.

Art. 3º Os órgãos públicos que se interessarem pelo inscrito no Banco de Dados e Cadastro para Pessoas com Deficiência, o convidarão para participar de atividades que sejam de interesse do órgão.

Art. 4º O Banco de Dados e Cadastro para Pessoas com Deficiência observará as diretrizes da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018), podendo ser analisado e encaminhado para apoio às atividades do Sistema SINE/PE (Sistema Nacional de Empregabilidade).

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.”

Feitas essas considerações, opina-se, nos termos do art. 214, II, (R.I.), pela **aprovação** do Substitutivo apresentado pelo relator e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa. É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela **aprovação** do Substitutivo apresentado pelo relator e pela prejudicialidade do Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 21 de Março de 2023

	Antônio Moraes Presidente	
	Favoráveis	
Romero Albuquerque João Paulo Sileno Guedes Romero Sales Filho		Débora AlmeidaRelator(a) Luciano Duque William Brígido

(REPUBLICADO)

PARECER Nº 00010/2023

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 312 /202 3
AUTORIA: DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA

PROJETO DE RESOLUÇÃO. ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO. INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MATÉRIA DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NOS TERMOS DO ART. 14, II E III, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INICIATIVA PARLAMENTAR PREVISTA NO ART. 352, CAPUT, DO REGIMENTO INTERNO. RESERVA DE INICIATIVA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA MESA DIRETORA NÃO APLICÁVEL. PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR E PELA CONSEQUENTE PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 312/2023, DE AUTORIA DO DEPUTADO JOÃO PAULO COSTA (ART. 214, II DO RI.).

1. RELATÓRIO

É submetido a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Resolução nº 312/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que tem como o objetivo instituir a Comissão de Defesa do Consumidor e definir suas atribuições.

O Projeto de Resolução em referência tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime previsto no art. 353 e seguintes do Regimento Interno.

É o relatório.

2. PARECER DO RELATOR

Cumpra à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ), nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, manifestar-se quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de todas as proposições submetidas à apreciação da Assembleia Legislativa.

O art. 353 do RI, por sua vez, determina expressamente que o projeto que prevê alteração do Regimento Interno será publicado e encaminhado à Comissão de Constituição, Legislação para emissão de Parecer.

A matéria em apreciação encontra-se inserida na competência privativa da Assembleia Legislativa, nos termos do art. 14, II e III da Constituição Estadual, *in verbis* :

"Art. 14. Compete exclusivamente à Assembleia Legislativa:
.....

II - elaborar e votar o seu Regimento Interno;

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;"

Ademais, a Constituição Federal é clara ao asseverar que compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seus serviços administrativos, polícia e seu regimento interno, nos termos do art. 27, §3º:

Art. 27. [...]

§3º Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

Por outro lado, o art. 352, *caput* do RI estabelece que o Regimento Interno poderá ser alterado por meio de projeto de resolução de iniciativa de Deputado, como no presente caso.

Cumpra salientar, ademais, que as Comissões Permanentes não fazem parte, stricto sensu, da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa. São consideradas órgãos de caráter técnico legislativo (art. 20, III do Regimento interno), motivo pelo qual proposições que têm por objeto a criação desses Órgãos Colegiados não são de iniciativa legislativa privativa da Mesa Diretora.

De fato, a criação de Comissão Parlamentar não está elencada no rol do art. 63, II do RI, que deve ser interpretado como exaustivo, conforme se observa abaixo:

"Art. 63. Compete privativamente à Mesa Diretora, sem prejuízo de outras atribuições:
[...]

II - elaborar projeto de resolução, a fim de:

a) regulamentar os serviços administrativos, a economia interna, os serviços financeiros e contábeis e as ações de segurança interna da Assembleia;

b) fixar diretrizes e normas para a divulgação das atividades da Assembleia;

c) conceder licença a Deputado, por período superior a 120 (cento e vinte) dias corridos;

d) denominar os prédios e espaços físicos da Assembleia; e

e) criar e extinguir prêmios, medalhas, títulos honoríficos e demais honrarias a serem concedidas pela Assembleia Legislativa, bem como alterar os critérios para sua concessão."

Faz-se mister, contudo, a aprovação de Substitutivo, para retirar do inciso VII do art. 110 do RI, que trata das competências da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, a expressão "direitos do consumidor", já que se trata de matéria de competência precípua da Comissão ora criada:

SUBSTITUTIVO N º 01/2023 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO 312/2023.

Altera integralmente o Projeto de Resolução nº 312/2023.

Artigo único. O Projeto de Resolução nº 312/2023 passa a ter a seguinte redação:

Altera a Resolução nº 1.891, de 18 de janeiro de 2023, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, com a finalidade de instituir a Comissão de Defesa do Consumidor.

Art. 1º O Art. 98 da Resolução nº 1.891, de 18 de janeiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 98.

XVI - Defesa do Consumidor; (NR)

XVII - Ética Parlamentar; e, (NR)

XVIII - Redação Final." (AC)

Art. 2º O inciso VII do art. 110 da Resolução 1.891, de 18 de janeiro de 2023 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 110

VII - direitos do contribuinte;

Art. 3º Acrescente-se à Resolução nº 1.891, de 18 de janeiro de 2023, o art. 114-A, com a seguinte redação:

"Art. 114-A. A Comissão de Defesa do Consumidor, exercerá as competências previstas no art. 97 quando relacionadas às seguintes matérias ou áreas correlatas: (AC)

I - direito do Consumidor; (AC)

II - política de Consumo; (AC)

III - ações em defesa do Consumidor; (AC)

IV - modificações do Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco; (AC)

V - economia popular e repressão ao abuso do poder econômico; (AC)

VI - composição, qualidade, apresentação, publicidade e distribuição de bens e serviços.; (AC)

VII - racionalização e melhoria dos serviços públicos e privados decorrente de prestação de serviços e produtos ao consumidor final; (AC)

VIII - mecanismos de prevenção e tratamento extrajudicial e judicial do superendividamento e de proteção do consumidor pessoa natural; (AC)

IX - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; (AC)

X - publicidade enganosa ou abusiva e ainda, publicidade com finalidade comercial; ou (AC)

XI - discussão de temas que relacionados ao consumidor, relação de consumo, fornecedores e correlatos." (AC)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Feitas essas considerações, opina-se, nos termos do art. 214, II, (R.I.), pela aprovação do Substitutivo apresentado pelo relator e pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 312/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa. É o Parecer do Relator.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, é pela aprovação do Substitutivo apresentado pelo relator e pela prejudicialidade do Projeto de Resolução nº 312/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 21 de Março de 2023

Antônio Moraes
Presidente

Favoráveis

Romero Albuquerque
João Paulo Relator(a)
Sileno Guedes
Romero Sales Filho

Débora Almeida
Luciano Duque
William Brígido

(REPUBLICADO)

PARECER Nº 00011/2023

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N º 0003 63 /2023
AUTORIA: DEPUTADO SILENO GUEDES

PROPOSIÇÃO QUE VISA ALTERAR A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, A FIM DE INSTITUIR O DIA ESTADUAL DA TRADICIONAL CORRIDA DE JERICOS DO MUNICÍPIO DE PANELAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA REMANESCENTE DOS ESTADOS-MEMBROS (ART. 25, §1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO E PREJUDICIALIDADE DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 363/2023.

1. RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) o Projeto de Lei Ordinária nº 000363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes, visando alterar a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, " a fim de instituir o Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Munic í pio de Panelas. ".
O Projeto de Lei em análise tramita nesta Assembleia Legislativa pelo regime ordinário, conforme inciso III do art. 253 do Regimento Interno.

2. PARECER DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, nos termos do art. 99, I, do Regimento Interno desta Casa, manifestar-se sobre aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das matérias submetidas a sua apreciação. A Proposição encontra-se fundamentada no artigo 19, *caput* , da Constituição Estadual, e no art. 223, I, do Regimento Interno desta Casa, uma vez que o Deputado Estadual detém competência legislativa para apresentar projetos de leis ordinárias. Matéria que se insere na competência legislativa dos Estados-membros, conforme art. 25, § 1º, da Constituição da República; *in verbis*:

Art. 25. **Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituiçã o.**

§ 1 º S ão reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituiçã o .

Competência remanescente significa tudo que sobra, o restante. É aquela em que a Constituição Federal ficou silente, não atribuiu a ninguém. Assim, quando não atribuída a outros entes e não contraria a própria Carta Magna a competência de determinado assunto, esta competência deve ser exercida pelo ESTADO.
Segundo o constitucionalista José Afonso da Silva:

" Quanto à forma (ou o processo de sua distribuiçã o), a compet ê ncia ser á : (a) enumerada, ou expressa, quando estabelecida de modo explícito, direto, pela Constituição para determinada entidade (arts. 21 e 22, p. ex .); (b) reservada ou remanescente e residual, a que compreende toda maté ria n ão expressamente incluída numa enumeração, reputando-se sinônimas as expressões reservada e remanescente com o significado de competência que sobra a uma entidade após a enumeração da competência da outra (art.25, § 1 º: cabem aos Estados as competências não vedadas pela Constituiçã o), enquanto a competência residual consiste no eventual resí duo que reste ap ós enumerar a competência de todas as unidades, como na maté ria tribut ária, em que a competência residual – a que eventualmente possa surgir apesar da enumeração exaustiva – cabe à Uni ã o (art. 154, I). " (in *Curso de Direito Constitucional Positivo*, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484). (Curso de Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, 38ª ed., 2015, p.484).

Assim, uma vez que o conteúdo exposto na Proposição não se encontra no rol exclusivo da competência da União e dos Municípios, forçoso considerá-la inserta na competência remanescente dos Estados, nos termos art. 25, §1º, da Constituição Federal. Não obstante todo o exposto, necessário apresentar Substitutivo alterando a redação da proposição, a pedido do Deputado autor do PLO. Assim sendo, propomos o seguinte Substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2023 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 363/2023

Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes.

Artigo Único. O Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023 passa a ter a seguinte redação:

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas

Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Festival Nacional de Jericos.

“ Art. 1. A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 111-B. Dia 1º de maio: Dia Estadual do Festival Nacional de Jericos” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Destarte, ausentes vícios de inconstitucionalidade, ilegalidade ou antijuridicidade, opina-se, nos termos do art. 214, II, (R.I.), pela **aprovaçã o** do Substitutivo apresentado, com a prejudicialidade do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes.
É o parecer.

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Diante do exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, por seus membros infra-assinados, opina pela aprovação do Substitutivo apresentado pelo Relator, com a prejudicialidade do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes.

Sala de Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 21 de Março de 2023

	Antônio Moraes Presidente	
	Favoráveis	
Romero Albuquerque João Paulo Relator(a) Sileno Guedes Romero Sales Filho		Débora Almeida Luciano Duque William Brígido
	(REPUBLICADO)	

PARECER Nº 00013/2023

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao
Projeto de Lei Ordinária Nº 363/2023
Autoria: Deputado Sileno Guedes

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE ALTERA A LEI Nº 16.241, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CRIA O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DEFINE, FIXA CRITÉRIOS E CONSOLIDA AS LEIS QUE INSTITUÍRAM EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS ESTADUAIS, ORIGINADA DE PROJETO DE LEI DE AUTORIA DO DEPUTADO DIOGO MORAES, A FIM DE INSTITUIR O DIA ESTADUAL DA TRADICIONAL CORRIDA DE JERICOS DO MUNICÍPIO DE PANEAS. RECEBEU O SUBSTITUTIVO Nº 01/2023, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS . NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Administração Pública, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo Nº 01/2023, apresentado e aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes. O Projeto de Lei em questão altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Município de Panelas.

A Proposição foi apreciada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria. Nessa Comissão, foi apresentado o Substitutivo Nº 01/2023, de forma a alterar sua redação, a pedido do próprio autor do projeto. Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

2. Parecer do Relator

2.1. Análise da Matéria

A Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, institui, a partir da consolidação das leis que criaram eventos e datas comemorativas, o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco.

A Corrida de Jericos é um evento tradicional do município de Panelas/PE, no Agreste do Estado. Além do evento principal, chamado “Tradicional Corrida de Jericos”, a comemoração compreende ainda eventos secundários, tais como o Concurso de Jericos Fantasiados e a Corrida de Jericos na modalidade feminina. O evento representa o ápice do Festival Nacional de Jericos, realizado há 48 edições na última semana de abril, com desfecho no dia 1º de maio.

A proposição original buscava alterar a Lei nº 16.241/2017, acrescentando o art. 111-B, de forma a instituir o dia 1º de maio como o “Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Município de Panelas”. O Substitutivo apresentado modifica a redação da proposição, a pedido do próprio autor, apenas alterando a nomenclatura para “Dia Estadual do Festival Nacional de Jericos”.

A iniciativa tem o objetivo, portanto, de tornar oficial a homenagem ao Festival Nacional de Jericos, evento responsável por movimentar a economia local e divulgar o nome do município de Panelas/PE. Diante do exposto, fica justificada a aprovação do Substitutivo em questão.

2.2. Voto do Relator

Pelas razões expostas neste Parecer, esta relatoria entende que o Substitutivo Nº 01/2023 ao Projeto de Lei Ordinária Nº 363/2023 está em condições de ser aprovado por este colegiado técnico, uma vez que atende ao interesse público, na medida em que busca reconhecer a relevância cultural, artística e econômica do Festival Nacional de Jericos para o Estado de Pernambuco.

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária Nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes.

Sala de Comissão de Administração Pública, em 22 de Março de 2023

	Joaquim Lira Presidente	
	Favoráveis	
Jeferson Timóteo Rodrigo Farias Simone Santana		Joãozinho Tenório Relator(a) Coronel Alberto Feitosa Eriberto Filho

PARECER Nº 00014/2023

Comissão de Administração Pública

Projeto de Lei Ordinária Nº 395/2023 e Emenda Modificativa Nº 01/2023

Autor: Deputado João Paulo

Co-autores (as): Deputado Doriel Barros, Deputada Rosa Amorim, Deputada Dani Portela, Deputado Rodrigo Novaes e Deputado Waldemar Borges

Autoria da Emenda Modificativa: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

EMENTA: PROPOSIÇÃO que Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já. FOI APRESENTADA A Emenda Modificativa nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS . NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Administração Pública, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária No 395/2023, de autoria do Deputado João Paulo, em coautoria com os Deputados Doriel Barros, Rosa Amorim, Dani Portela, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges. Da mesma forma, está sob análise a Emenda Modificativa nº 01/2023, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

O Projeto de Lei em questão institui o Dia Estadual das Diretas Já no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a ser celebrado na data de 31 de março.

A proposição foi apreciada inicialmente na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, a quem compete analisar a constitucionalidade e a legalidade da matéria, onde recebeu a Emenda Modificativa Nº 01/2023, apresentada com a finalidade de aperfeiçoar a redação do projeto. Cabe agora a este colegiado discutir o mérito da demanda.

2. Parecer do Relator

2.1. Análise da Matéria

O movimento político e popular das Diretas Já surgiu na década de 80 com o objetivo de reestabelecer os direitos civis e as eleições diretas para o cargo de presidente da república no Brasil durante o período da ditadura militar, que atravessava uma grave crise econômica e social.

Nesse contexto, é válido relembrar que a primeira manifestação pública a favor de eleições diretas ocorreu no recém-emancipado município de Abreu e Lima, na Região Metropolitana do Recife, na data de 31 de março de 1983. Nesse dia, quatro vereadores discursaram para cerca de 100 pessoas de cima de um caminhão, ficando o protesto marcado como a fâlsa da histórica campanha das Diretas Já.

A partir de então, o movimento ganhou corpo e configurou-se como um importante instrumento de pressão popular, com a realização de comícios por todo o país, lotados de pessoas de diversos setores da sociedade, e a formação de novos líderes na política brasileira. Dessa maneira, apesar da rejeição da Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso, os adeptos das Diretas Já conquistaram uma vitória com a nomeação de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral.

Depois desse momento, o Brasil conquistou a volta do poder civil em 1985, a aprovação de uma nova Constituição Federal em 1988 e a realização de eleições diretas para presidente da república em 1989.

Diante disso, a proposição em discussão visa instituir o Dia Estadual das Diretas Já no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, a ser celebrado na data de 31 de março.

Assim, fica prevista a realização de atividades conjuntas entre instituições públicas e entidades da sociedade civil visando a promoção, divulgação e conscientização da população a respeito da importância histórica do movimento.

2.2. Voto do Relator

Pelas razões expostas neste Parecer, esta relatoria entende que o Projeto de Lei Ordinária Nº 395/2023 está em condições de ser aprovado por este colegiado técnico, com as alterações introduzidas pela E Emenda Modificativa Nº 01/2023, uma vez que atende ao interesse público, na medida em que reforça a importância das Diretas Já para o reestabelecimento da democracia no país e a retomada da regularidade eleitoral e dos direitos civis.

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expedidas pelo relator, opinamos no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei Ordinária Nº 395/2023, de autoria do Deputado João Paulo, em coautoria com os Deputados Doriel Barros, Rosa Amorim, Dani Portela, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges, com as alterações promovidas pela Emenda Modificativa nº 01/2023, apresentada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

Sala de Comissão de Administração Pública, em 22 de Março de 2023

	Joaquim Lira Presidente	
	Favoráveis	
Jeferson Timóteo Rodrigo Farias		Joãozinho Tenório Relator(a) Eriberto Filho
	Favoráveis com restrição	
Coronel Alberto Feitosa		Simone Santana

PARECER Nº 00015/2023

Origem: Poder Legislativo

Autor: Deputado João Paulo

Co-autores (as): Deputado Doriel Barros, Deputada Rosa Amorim, Deputada Dani Portela, Deputado Rodrigo Novaes e Deputado Waldemar Borges

Parecer ao Projeto de Lei Ordinária Nº 395/2023, que altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já. Recebeu a Emenda Modificativa nº 01/2023. No mérito, pela aprovação.

1. Relatório

Submete-se ao exame desta Comissão de Educação e Cultura o Projeto de Lei Ordinária no 395/2023, de autoria do Deputado João Paulo, em co-autoria com os Deputados Doriel Barros, Rosa Amorim, Dani Portela, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges.

Quanto ao aspecto material, o Projeto de Lei em questão visa instituir, no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual das Diretas Já, a ser celebrado em 31 de março.

Em observância ao disposto no art. 250 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, a proposição foi apreciada inicialmente pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, sendo aprovada quanto aos quesitos de constitucionalidade e legalidade, nos termos da Emenda Modificativa nº 01/2023, apresentada com a finalidade de aperfeiçoar a redação da proposição. Cumpre agora a esta Comissão analisar o mérito da proposta.

2. Parecer do Relator

2.1. Análise da Matéria

A campanha “Diretas Já” foi um dos maiores movimentos populares da história brasileira, contando com grande adesão da população e reunindo representantes de diversas correntes políticas e de pensamento na reivindicação por eleições diretas para a Presidência da República, em meio à ditadura militar que durou de 1 de abril de 1964 a 15 de março de 1985.

As manifestações por eleições diretas, que ocorreram por todo o país, chegando a congregar, em 1984, 1 milhão de pessoas, no Rio de Janeiro, e 1,5 milhão de pessoas, em São Paulo, tiveram início em 31 de março de 1983, no município pernambucano de Abreu e Lima. No dia em que o golpe militar completava 19 anos e enquanto militares desfilavam pelas ruas da cidade, quatro vereadores de Abreu e Lima promoveram o primeiro ato público do país pelo restabelecimento das eleições presidenciais diretas: José da Silva Brito, Antônio Amaro, Severino Farias e Reginaldo Silva discursaram, de cima de um caminhão, para cerca de 100 pessoas, dando início ao movimento que culminaria na derrubada do regime militar, em 1985.

Diante da relevância histórica do ato de 31 de março de 1983, em Abreu e Lima, que desencadeou o movimento “Diretas Já” no país, a proposição em análise promove uma importante contribuição para a preservação da história pernambucana e brasileira, oficializando a celebração desta data tão significativa para a democracia no Brasil.

2.2. Voto do Relator

Esta relatoria opina pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária Nº 395/2023, tendo em vista que a proposição contribui de maneira significativa para a preservação da história de Pernambuco e do Brasil ao criar o Dia Estadual das Diretas Já, a ser celebrado no dia 31 de março, data em que, em 1983, o município de Abreu e Lima sediou o início das manifestações que culminaram com a derrubada da ditadura militar no país.

3. Conclusão da Comissão

Com base no parecer fundamentado do relator, este Colegiado considera que o Projeto de Lei Ordinária No 395/2023, de autoria do Deputado João Paulo, em co-autoria com os Deputados Doriel Barros, Rosa Amorim, Dani Portela, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges, com as alterações da Emenda Modificativa nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, está em condições de ser aprovado.

Sala de Comissão de Educação e Cultura, em 22 de Março de 2023

	Waldemar Borges Presidente	
	Favoráveis	
João Paulo Dani Portela		Romero Albuquerque Relator(a) William Brígido

administração do Estado ou de concessionárias e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de garantir a habilitação da função de cartão de crédito dentre os meios de pagamento de pedágio no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Sileno Guedes.

2. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3220/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 11.901, de 21 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977 e a Lei nº 11.185, de 22 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as taxas devidas ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, a fim de extinguir a Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transporte relativamente a Equipamentos de Proteção Contra Incêndio, Atendimento Pré Hospitalar em Acidentes de Trânsito e Combate a Incêndios (TVPHCI) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBEM.)

Distribuído ao Deputado João de Nadegi.

3. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3762/2022, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação.)

Distribuído ao Deputado João de Nadegi.

4. Substitutivo nº 01/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 662/2019, 635/2019 e 778/2019.), ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 635/2019**, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de vedar a realização de castração química de cães e gatos e a comercialização de produtos químicos ou farmacológicos utilizados nos procedimentos de esterilização química desses animais.), ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 662/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir práticas abusivas de maus tratos e abandono aos animais domésticos.), e, ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 778/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a proibição da exigência de caução ou de qualquer garantia similar para internação de animais em hospitais, clínicas veterinárias e congêneres, quando há urgência de tratamento.)

Distribuído ao Deputado João de Nadegi.

5. Substitutivo nº 02/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal (Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 389/2019 e 407/2019.), ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 389/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Dispõe sobre a permissão para a visitação de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no Estado de Pernambuco e dá outras providências.), e, ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 407/2019**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de regulamentar a acessibilidade de animais domésticos em hospitais.)

Distribuído ao Deputado João de Nadegi.

Recife, 22 de março de 2023.

DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA
Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/03/2023

DISTRIBUIÇÃO

I) PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO:

Proposta de Emenda à Constituição nº 02/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**EMENTA:** Altera a Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre o direito a licença por motivo de maternidade ou paternidade dos ocupantes de cargos eletivos, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuída ao Deputado Alberto Feitosa

2) Proposta de Emenda à Constituição nº 03/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**EMENTA:** Acresce o art. 137-A à Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Criança.)

Distribuída ao Deputado Jeferson Timóteo

II) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DESARQUIVADO:

Projeto de Lei Complementar Desarquivado nº 3171/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA:** Altera a Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Pernambuco, a fim de assegurar o direito dos advogados.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

III) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

Projeto de Lei Ordinária nº 322/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**EMENTA:** Impõe a afixação de cartaz informativo nas Delegacias de Polícia do Estado de Pernambuco, alertando sobre o direito da mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo e pessoa com deficiência de solicitar medidas protetivas de urgência.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

2) Projeto de Lei Ordinária nº 323/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**EMENTA:** Obriga a presença de profissional capacitado em reanimação neonatal, nas salas de parto das maternidades, hospitais e demais unidades da rede pública e privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

3) Projeto de Lei Ordinária nº 324/2023, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Dispõe sobre a destinação e o reaproveitamento de material fresado no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

4) Projeto de Lei Ordinária nº 325/2023, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Estabelece prioridade para a tramitação de processos onde o interessado é pessoa com doença rara no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

5) Projeto de Lei Ordinária nº 326/2023, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Veda a realização de hormonioterapia, intervenções cirúrgicas e outros tratamentos de transição de gênero em menores de idade Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

6) Projeto de Lei Ordinária nº 327/2023, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Dispõe sobre a implantação do Protocolo “Não se cale”, que tem por objetivo prevenir casos de violência ou assédio sexual contra mulheres em espaços privados.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

7) Projeto de Lei Ordinária nº 328/2023, de autoria da Deputada Dani Portela (**EMENTA:** Institui a reserva de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas de ensino superior do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

8) Projeto de Lei Ordinária nº 329/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**EMENTA:** Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a obrigatoriedade de abordagem de crianças ou adolescentes em situação de rua.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

9) Projeto de Lei Ordinária nº 330/2023, de autoria do Deputado Aglailson Victor (**EMENTA:** Denomina a Academia das Cidades do município de Glória do Goitá-PE.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

10) Projeto de Lei Ordinária nº 331/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Torna obrigatória a divulgação nos ambientes e nas salas de exibição dos cinemas no Estado de Pernambuco de medidas afirmativas, educativas e preventivas ao

Resultados

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/03/2023

DISTRIBUIÇÃO:

I) PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO:

Proposta de Emenda a Constituição nº 03/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Acresce o art. 137-A à Constituição do Estado de Pernambuco, a fim de instituir o Orçamento da Criança.)

Distribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

Projeto de Lei Ordinária nº 326/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Veda a realização de hormonioterapia, intervenções cirúrgicas e outros tratamentos de transição de gênero em menores de idade no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 332/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de reservar percentual de bolsas a estudantes indígenas, pertencentes a comunidades quilombolas ou oriundos de famílias vinculadas à atividade rural.)

Distribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

3. Projeto de Lei Ordinária nº 333/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de dispor sobre a sinalização indicativa de comunidades rurais, povoados e sítios localizados ao longo do trajeto das rodovias e estradas estaduais.)

Distribuído ao Deputado Coronel Alberto Feitosa.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 342/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre o sistema de segurança “Botão do Pânico”, para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência autorizadas pela justiça, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Sileno Guedes.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 345/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de isentar a propriedade de veículos automotores de uso terrestre com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Sileno Guedes.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 357/2023, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2023 e o Plano Plurianual 2020/2023 às modificações introduzidas pela Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.)

Regime de urgência

Distribuído ao Deputado João de Nadegi.

7. Projeto de Lei Ordinária nº 373/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (Ementa: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de possibilitar o parcelamento do imposto em até seis parcelas.)

Distribuído ao Deputado Sileno Guedes.

III) PROPOSIÇÕES DESARQUIVADAS:

Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1575/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 15.631, de 29 de outubro de 2015, que obriga a inclusão do cartão de débito entre as formas de pagamento nas praças de pedágio sob

abuso sexual e violência contra a mulher.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

11) Projeto de Lei Ordinária nº 332/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.272, de 22 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Acesso ao Ensino Superior, a fim de reservar percentual de bolsas a estudantes indígenas, pertencentes a comunidades quilombolas ou oriundos de famílias vinculadas à atividade rural.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

12) Projeto de Lei Ordinária nº 333/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (**EMENTA:** Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de dispor sobre a sinalização indicativa de comunidades rurais, povoados e sítios localizados ao longo do trajeto das rodovias e estradas estaduais.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

13) Projeto de Lei Ordinária nº 334/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Altera a Lei nº 17.224, de 22 de abril de 2021, que obriga os hospitais, maternidades, unidades de pronto atendimento, urgências, emergências e demais estabelecimentos da rede privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, a aplicar Protocolo de Classificação de Risco para fins de triagem, classificação e atendimento dos usuários dos serviços de saúde e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Manoel Ferreira, a fim de inserir a obrigatoriedade contida na Resolução COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) nº 661, de 9 de março 2021, que trata da classificação de Risco e priorização da assistência privativa da enfermagem.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

14) Projeto de Lei Ordinária nº 335/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**EMENTA:** Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a "Rota dos Vinhos".)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

15) Projeto de Lei Ordinária nº 336/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Determina a inclusão da cirurgia fetal para o tratamento da mielomeningocele no rol de procedimentos pediátricos das ações da Secretaria Estadual de Saúde e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

16) Projeto de Lei Ordinária nº 337/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Obriga os hospitais, maternidades e demais unidades públicas e privadas de saúde, realizarem o exame Ecocardiograma Pediátrico nos recém-nascidos com síndrome de Down e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

17) Projeto de Lei Ordinária nº 338/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Regulamenta e disponibiliza espaços físicos em todas as unidades de saúde, sejam elas públicas, militares ou de empreendimentos privados no Estado de Pernambuco, em conformidade com a Portaria do Ministério da Saúde, nº 2.048, de 5 novembro de 2002, para uso dos profissionais que indica e dá outras providências.)

Tramitação em conjunto com os Projetos de Lei Ordinária nº 102/2023 e 234/2023

Distribuído por dependência ao Deputado Rodrigo Farias

17.1) Projeto de Lei Ordinária nº 102/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de salas adequadas de conveniência e repouso para os profissionais de enfermagem nos estabelecimentos de saúde pertencentes a rede de saúde pública do Estado de Pernambuco.)

Tramitação em conjunto com os Projetos de Lei Ordinária nº 234/2023 e 338/2023

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

17.2) Projeto de Lei Ordinária nº 234/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Determina a instalação de local de convivência e repouso em estabelecimentos de saúde para os profissionais que neles atuam e dá outras providências.)

Tramitação em conjunto com os Projetos de Lei Ordinária nº 102/202 e 338/2023

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

18) Projeto de Lei Ordinária nº 339/2023, de autoria das Deputadas Dani Portela, Débora Almeida, Delegada Gleide Ângelo, Rosa Amorim, Simone Santana e Socorro Pimentel (**EMENTA:** Proíbe a discriminação salarial em razão de gênero no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

19) Projeto de Lei Ordinária nº 340/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Dispõe sobre o livre acesso dos profissionais da enfermagem em visitas aos seus familiares, internos em hospitais, clínicas e demais unidades de saúde públicas, militares e privadas em Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

20) Projeto de Lei Ordinária nº 341/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Garante o direito a equipamentos que permitam o eficiente atendimento aos pacientes com obesidade nos Estabelecimentos de Saúde Privados e da Rede Pública Estadual.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

21) Projeto de Lei Ordinária nº 342/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Dispõe sobre o sistema de segurança "Botão do Pânico", para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência autorizadas pela justiça, no âmbito do estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

22) Projeto de Lei Ordinária nº 343/2023, de autoria da Deputada Dani Portela (**EMENTA:** Altera a Lei nº 17.176, de 11 de março de 2021, que institui diretrizes para campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado de Pernambuco, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Henrique Queiroz Filho e Romero Sales Filho, a fim de instituir regras para capacitação de profissionais e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

23) Projeto de Lei Ordinária nº 344/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de instituir o dever de prestar socorro a animais atropelados por quem deu causa ao fato.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

24) Projeto de Lei Ordinária nº 345/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de isentar a propriedade de veículos automotores de uso terrestre com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

25) Projeto de Lei Ordinária nº 346/2023, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a inserção de QR CODE nos coletes, jaquetas e bags (Bolsas Térmicas) do transportador ou entregador delivery para efetuar a entrega de produtos em domicílio.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

26) Projeto de Lei Ordinária nº 347/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 10.552, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências, a fim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e estabelecer sanções em caso de seu descumprimento.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

27) Projeto de Lei Ordinária nº 348/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**EMENTA:** Dispõe sobre reserva mínima de 5% (cinco por cento) de vagas para mulheres na área da construção civil em obras públicas do Governo do estado de Pernambuco.)

Tramitação em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 60/2023

Distribuído por dependência ao Deputado Joãozinho Tenório

27.1) Projeto de Lei Ordinária nº 60/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Dispõe sobre a prioridade de contratação de mão de obra pernambucana, com reserva de 15% das vagas para as mulheres, pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Tramitação em conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 348/2023

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

28) Projeto de Lei Ordinária nº 349/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras

providências, a fim de assegurar prioridade de atendimento a pessoa autista nos casos que indica.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

29) Projeto de Lei Ordinária nº 350/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Protocolo de Suporte Intermediário de Vida (SIV), para aplicação no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) dos Municípios.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

30) Projeto de Lei Ordinária nº 351/2023, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA:** Dispõe sobre a substituição do símbolo indicativo representado por uma pessoa curvada de bengala em vagas, assentos, filas e outros lugares em que haja prioridade de atendimento à pessoa idosa.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

31) Projeto de Lei Ordinária nº 352/2023, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA:** Institui a Campanha Estadual de Conscientização sobre a Depressão no idoso.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

32) Projeto de Lei Ordinária nº 353/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**EMENTA:** Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de regulamentar a acessibilidade de animais domésticos em hospitais.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

33) Projeto de Lei Ordinária nº 354/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes e da Deputada Socorro Pimentel, a fim de assegurar direitos às mulheres com câncer de mama ou câncer do colo do útero.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

34) Projeto de Lei Ordinária nº 355/2023, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tércio (**EMENTA:** Torna gratuita a realização de exame de morno e anemia infecciosa equina no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

35) Projeto de Lei Ordinária nº 356/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**EMENTA:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da flexibilização do gênero gramatical em todos os documentos oficiais emitidos pela Assembleia Legislativa de Pernambuco e pelo Governo do Estado de Pernambuco incluindo todos os seus órgãos e autarquias e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

36) Projeto de Lei Ordinária nº 357/2023, de autoria da Governadora do Estado (**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado para o presente exercício de 2023 e o Plano Plurianual 2020/2023 às modificações introduzidas pela Lei nº 18.139, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Poder Executivo.)

Regime de Urgência

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

37) Projeto de Lei Ordinária nº 358/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de estabelecer alguns critérios para a realização da Semana Estadual de Incentivo à Doação de Sangue.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

38) Projeto de Lei Ordinária nº 359/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**EMENTA:** Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir a vedação da utilização de mão de obra em que haja trabalhadores condenados pela prática de homofobia, transfobia, estupro e crimes sexuais contra vulneráveis.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

39) Projeto de Lei Ordinária nº 360/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 17.492, de 1º de dezembro de 2021, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Fibromialgia, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Sales Filho, a fim de incluir, nas diretrizes da referida política, o incentivo à criação de Centros Especializados no diagnóstico, controle e tratamento da Fibromialgia.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

40) Projeto de Lei Ordinária nº 361/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**EMENTA:** Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar às pessoas com TEA, atividades laborais compatíveis com suas aptidões.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

41) Projeto de Lei Ordinária nº 362/2023, de autoria do Deputado José Patriota (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Expoagro, no Município de Afogados da Ingazeira.)

Distribuído ao Deputado Alberto Feitosa

42) Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Município de Panelas.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

43) Projeto de Lei Ordinária nº 364/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**EMENTA:** Cria a Política Estadual de Educação em Mídias Digitais e Combate às Fake News no âmbito escolar e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

44) Projeto de Lei Ordinária nº 365/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**EMENTA:** Institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

45) Projeto de Lei Ordinária nº 366/2023, de autoria do Deputado Antônio Moraes (**EMENTA:** Disciplina a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais, e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

46) Projeto de Lei Ordinária nº 367/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (**EMENTA:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de conscientização sobre a guarda responsável e o controle populacional animal.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

47) Projeto de Lei Ordinária nº 368/2023, de autoria do Deputado William Brígido (**EMENTA:** Institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

48) Projeto de Lei Ordinária nº 369/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA:** Institui o Regime Especial de Atendimento para pacientes vítimas de AVC (Acidente Vascular Cerebral), nos Serviços Públicos de Saúde de referência em cirurgia reconstrutiva, quando o dano físico necessite da realização de procedimento cirúrgico-reparador.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

49) Projeto de Lei Ordinária nº 370/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**EMENTA:** Obriga o Governo de Pernambuco a inserir nos projetos de reforma, ampliação, qualificação, duplicação e ou reparação de rodovias e obras viárias, rotas alternativas e equipamentos de mobilidade que priorizem a segurança do pedestre e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

50) Projeto de Lei Ordinária nº 371/2023, de autoria do Deputado João Paulo (**EMENTA:** Autoriza o Poder Executivo a implantar um sistema de alerta preventivo nas áreas de risco geológico do Estado de Pernambuco, baseado em sirenes sonoras.)

Distribuído ao Deputado Jeferson Timóteo

51) Projeto de Lei Ordinária nº 372/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (**EMENTA**: Cria a Política Estadual de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, na Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

52) Projeto de Lei Ordinária nº 373/2023, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (**EMENTA**: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de possibilitar o parcelamento do imposto em até seis parcelas.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

53) Projeto de Lei Ordinária nº 374/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**EMENTA**: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Diagnóstico e Tratamento da Síndrome da Depressão nas Redes Públicas de Saúde e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

54) Projeto de Lei Ordinária nº 375/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a cobrança de consumo na modalidade de estimativa pelas companhias, concessionárias e permissionárias.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

IV) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADOS:

Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 731/2019, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (**EMENTA**: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputado Estadual Terezinha Nunes, dispondo sobre os animais comunitários e do regime jurídico dos animais domésticos no âmbito do estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

2) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 1575/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Altera a Lei nº 15.631, de 29 de outubro de 2015, que obriga a inclusão do cartão de débito entre as formas de pagamento nas praças de pedágio sob administração do Estado ou de concessionárias e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de garantir a habilitação da função de cartão de crédito dentre os meios de pagamento de pedágio no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

3) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 1796/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Veda as instituições de ensino da rede pública e privada, bem como as bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, no Estado de Pernambuco, a utilizarem em currículos escolares e editais, novas formas de flexão de gênero, denominada "linguagem neutra", em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

4) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 1799/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Inclui o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) no currículo escolar das redes pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Joãozinho Tenório

5) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 2416/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

6) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 2417/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Dispõe sobre a proibição de comercialização, importação e publicidade de dispositivos eletrônicos de fumo, no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

7) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 2589/2021, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (**EMENTA**: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, para proibir a omissão de socorro aos animais atropelados no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

8) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 2644/2021, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (**EMENTA**: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, para vedar ameaça ou constrangimento aos animais.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

9) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3220/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Altera a Lei nº 11.901, de 21 de dezembro de 2000, que altera a Lei nº 7.550, de 20 de dezembro de 1977 e a Lei nº 11.185, de 22 de dezembro de 1994, que dispõem sobre as taxas devidas ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, a fim de extinguir a Taxa de Vistorias de Segurança em Meios de Transporte relativamente a Equipamentos de Proteção Contra Incêndio, Atendimento Pré Hospitalar em Acidentes de Trânsito e Combate a Incêndios (TVPHCI) destinada ao Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco – CBEM.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

10) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3247/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Dispõe sobre o procedimento de notificação compulsória dos casos de interrupção da gravidez realizadas em hospitais públicos e privados localizados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

11) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3420/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Dispõe sobre a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Doença Rara no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

12) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3590/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Concede gratuidade de ingressos às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Doenças Raras nos eventos socioculturais realizados em locais privados no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

13) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3592/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**EMENTA**: Obriga a presença de Psicopedagogos nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

14) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3634/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**EMENTA**: Institui a Política Pública Estadual de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

15) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3762/2022, de autoria do Deputado William Brigido (**EMENTA**: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social na rede pública estadual de educação.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

16) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3763/2022, de autoria do Deputado William Brigido (**EMENTA**: Dispõe sobre vedação à veiculação de mensagens publicitárias através de outdoors, ou, placas indicativas nas vias públicas do Estado de Pernambuco, que utilizam imagens ou expressões com a exposição sexualizada da mulher.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

17) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3764/2022, de autoria do Deputado William Brigido (**EMENTA**: Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais localizados no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

18) Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 3766/2022, de autoria do Deputado João Paulo (**EMENTA**: Dispõe sobre a inclusão de interpretes da língua brasileira de sinais, libras, nas propagandas e programas institucionais dos governos estadual e municipal e nos telejornais das emissoras televisivas, no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído ao Deputado Rodrigo Farias

V) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

Substitutivo nº 02/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal (**EMENTA**: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nº 389/2019 e 407/2019), ao **Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 389/2019**,

de autoria do Deputado Romero Albuquerque (**EMENTA**: Dispõe sobre a permissão para a visitação de animais domésticos e de estimação em hospitais privados, públicos contratados, conveniados e cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS) no estado de Pernambuco e dá outras providências) e **Projeto de Lei Ordinária Desarquívado nº 407/2019**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (**EMENTA**: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de regulamentar a acessibilidade de animais domésticos em hospitais.)

Distribuído ao Deputado Eriberto Filho

EXTRAPAUTA CAP DO DIA 22.03.2023
DISTRIBUIÇÃO E DISCUSSÃO

I) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

1) Projeto de Lei Ordinária nº 395/2023, de autoria dos Deputados João Paulo, Doriel Barros, Rosa Amorim, Dani Portela, Rodrigo Novaes e Waldemar Borges (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já.), com **Emenda Modificativa nº 01/2023**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA**: Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 395/2023.)

Relator: Deputado Joãozinho Tenório

Aprovado à unanimidade dos Deputados

DISCUSSÃO

I) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

1) Substitutivo nº 01/2023, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (**EMENTA**: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023, de autoria do Deputado Sileno Guedes) ao **Projeto de Lei Ordinária nº 363/2023**, de autoria do Deputado Sileno Guedes (**EMENTA**: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Município de Panelas.)

Relator: Deputado Joãozinho Tenório

Aprovado à unanimidade dos Deputados

Recife, 22 de março de 2023. Sala da Comissão de Administração Pública

DEPUTADO JOAQUIM LIRA PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22 DE MARÇO DE 2023

DISTRIBUIÇÃO:

I – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIAS:

Projeto de Lei Ordinária nº 023/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe acerca dos mecanismos de controle e políticas públicas para evitar que ocorram assédio e importunação sexual contra as profissionais de Odontologia.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Fabrizio Ferraz.

2. Projeto de Lei Ordinária nº 037/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que os Municípios realizem busca ativa, por residência e divulguem o número de sua população idosa com deficiência e/ou dificuldades de mobilidade em seus sítios eletrônicos, a fim de priorizar e zerar a vacinação desse grupo definitivo.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

3. Projeto de Lei Ordinária nº 041/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilidade de soro antiescorpionico e/ou antiofidico nos municípios pernambucanos.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

4. Projeto de Lei Ordinária nº 058/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinza para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

5. Projeto de Lei Ordinária nº 063/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Mário Ricardo.

6. Projeto de Lei Ordinária nº 090/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado de Pernambuco para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração (5G).);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

8. Projeto de Lei Ordinária nº 136/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação pelas delegacias de polícia do Estado de Pernambuco, acerca do pedido de concessão de medidas protetivas de urgência para vítima de violência doméstica e familiar.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Fabrizio Ferraz.

9. Projeto de Lei Ordinária nº 163/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o direito à gratuidade no transporte de cadeira de roda, andador e qualquer outro equipamento de ajuda assistiva que auxilie na sua locomoção, no âmbito dos veículos que integram o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e o Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

10. Projeto de Lei Ordinária nº 175/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.745, de 30 de dezembro de 2004, que institui a possibilidade de ingresso de idosos e portadores de deficiência física pela porta destinada ao desembarque nos ônibus de transporte coletivo da Região Metropolitana do Recife, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria da Deputada Teresa Leitão, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

11. Projeto de Lei Ordinária nº 177/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.320, de 13 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos quanto ao desrespeito aos idosos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida no interior de veículos de transporte coletivo e nos casos que menciona e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Fabrizio Ferraz.

12. Projeto de Lei Ordinária nº 212/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Autoriza o Governo do Estado a promover o pagamento de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar no âmbito do Estado de Pernambuco.);

DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

13. Projeto de Lei Ordinária nº 253/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, ceder para uso ou alienar às guardas municipais dos municípios que integram o seu território, os armamentos e equipamentos de proteção individual de uso policial que forem apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas, nos termos que indica.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

14. Projeto de Lei Ordinária nº 281/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece diretrizes de divulgação e transparência nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos da Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

15. Projeto de Lei Ordinária nº 305/2023, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (Ementa: Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Mário Ricardo.

16. Projeto de Lei Ordinária nº 329/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Dispõe, no âmbito do Estado de Pernambuco, sobre a obrigatoriedade de abordagem de crianças ou adolescentes em situação de rua.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

17. Projeto de Lei Ordinária nº 333/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de dispor sobre a sinalização indicativa de comunidades rurais, povoados e sítios localizados ao longo do trajeto das rodovias e estradas estaduais.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Joãozinho Tenório.

18. Projeto de Lei Ordinária nº 335/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a "Rota dos Vinhos".);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Mário Ricardo.

19. Projeto de Lei Ordinária nº 342/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre o sistema de segurança "Botão do Pânico", para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência autorizadas pela justiça, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Fabrício Ferraz.

20. Projeto de Lei Ordinária nº 350/2023, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Inclui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o Protocolo de Suporte Intermediário de Vida (SIV), para aplicação no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) dos Municípios.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

21. Projeto de Lei Ordinária nº 365/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil no Estado de Pernambuco.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

22. Projeto de Lei Ordinária nº 368/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, no âmbito do Estado de Pernambuco.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado Mário Ricardo.

II – PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADO:

Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 03764/2022, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais localizados no âmbito do Estado de Pernambuco.);
DISTRIBUÍDO ao Deputado João Paulo.

Recife, 22 de março de 2023.
Sala da Comissão de Assuntos Municipais

DEPUTADO JOSÉ PATRIOTA
PRESIDENTE

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/03/2022

DISTRIBUIÇÃO:

Projeto de Lei Ordinária Nº 0001/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.471, de 27 de novembro de 2018, que confere prioridade de matrícula, na mesma unidade escolar da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, a irmãos de estudantes já matriculados, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantonio Dourado, a fim de ampliar a previsão de prioridade para escolas próximas à residência dos estudantes);
Relator (a): Deputada Dani Portela

2. Projeto de Lei Ordinária Nº 0003/2023, de autoria do Deputado Antônio Moraes (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Imigrante Japonês e seus Descendentes);
Relator (a): Deputada Dani Portela

3. Projeto de Lei Ordinária Nº 0004/2023, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Institui o "Selo Estadual Organizações Religiosas Seguras para Crianças e Adolescentes");
Relator (a): Deputada Dani Portela

4. Projeto de Lei Ordinária Nº 0010/2023 de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Institui o São João de Serra Negra como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

5. Projeto de Lei Ordinária Nº 0015/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Obriga as unidades escolares públicas e privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco, a disponibilizar assentos em locais determinados aos alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH, e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

6. Projeto de Lei Ordinária Nº 0016/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Cria o programa estadual para o incentivo à utilização da musicoterapia como tratamento terapêutico complementar de pessoas com deficiência, síndrome e/ou transtorno do espectro autista (TEA));
Relator (a): Deputada Dani Portela

7. Projeto de Lei Ordinária Nº 00017/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Cria o Programa Permanente de Prevenção de Violência Escolar no âmbito das escolas públicas da Rede Estadual de Ensino e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

8. Projeto de Lei Ordinária Nº 0019/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

9. Projeto de Lei Ordinária Nº 0023/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Dispõe acerca dos mecanismos de controle e políticas públicas para evitar que ocorram assédio e importunação sexual contra as profissionais da Odontologia);
Relator (a): Deputada Dani Portela

10. Projeto de Lei Ordinária Nº 0024/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Dispõe sobre a gratuidade de acesso às pessoas com Síndrome de Down, às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e às pessoas com Doenças Raras em eventos culturais e esportivos no Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

11. Projeto de Lei Ordinária Nº 0032/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Dispõe sobre a remessa pelas editoras, como doação, de um exemplar de cada publicação para a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

12. Projeto de Lei Ordinária Nº 0035/2023, de autoria do deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Institui o programa de realização de Palestras e/ou Atividades extracurriculares sobre o Código de Defesa do Consumidor e Educação Financeira no âmbito do Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

13. Projeto de Lei Ordinária Nº 0039/2023, de autoria da deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui o Programa "Maria da Penha vai à Escola", visando sensibilizar o público escolar sobre a Violência Doméstica e Familiar contra a mulher e, ainda, divulgar a Lei Maria da Penha.);
Relator (a): Deputada Dani Portela

14. Projeto de Lei Ordinária Nº 0042/2023, de autoria do deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente, para as pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública no Estado de Pernambuco, em todas as esferas de Poder Público Estadual, e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

15. Projeto de Lei Ordinária Nº 0051/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Estabelece a doação de celulares, tablets e notebooks apreendidos pelas polícias civil e militar do Estado a alunos da rede pública de ensino e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

16. Projeto de Lei Ordinária Nº 0052/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Institui a Política Estadual do Cuidado e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

17. Projeto de Lei Ordinária Nº 0055/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 17.831, de 22 de junho de 2022, que institui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de instituir medidas de combate ao racismo ambiental e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

18. Projeto de Lei Ordinária Nº 0056/2023, de autoria da deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.113, de 5 de julho de 2017, que dispõe sobre o Sistema de Incentivo à Cultura - SIC, a fim de estabelecer regras para fomento da cultura popular e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

19. Projeto de Lei Ordinária Nº 0057/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre o aproveitamento da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos em estabelecimentos em geral e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

20. Projeto de Lei Ordinária Nº 0065/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Assegura o sigilo dos dados, que constam nos cadastros dos órgãos e secretarias do Estado de Pernambuco, das mulheres em situação de risco decorrentes de violência doméstica e familiar, bem como dos seus filhos e familiares);
Relator (a): Deputada Dani Portela

21. Projeto de Lei Ordinária Nº 0080/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

22. Projeto de Lei Ordinária Nº 0082/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Institui diretrizes para a Campanha Jovem Doador, para os alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas e estabelecimentos de ensino superior, no âmbito do Estado de Pernambuco, com o objetivo de conscientizar sobre a importância de tornarem-se doadores regulares de sangue e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

23. Projeto de Lei Ordinária Nº 0085/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Institui o Programa de Apoio às Vítimas de Abuso Sexual ou de Discriminação no Esporte no âmbito Estado de Pernambuco.);
Relator (a): Deputada Dani Portela

24. Projeto de Lei Ordinária Nº 0095/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Obriga as Empresas de Segurança Privada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a adotarem medidas de controle para evitar que ocorram abuso de poder e a prática de atos de violência no uso de suas atribuições);
Relator (a): Deputada Dani Portela

25. Projeto de Lei Ordinária Nº 0098/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Trabalho, Emprego, Qualificação e Empreendedorismo para Pessoas Idosas.);
Relator (a): Deputada Dani Portela

26. Projeto de Lei Ordinária Nº 0101/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (**Ementa:** Institui a obrigatoriedade de criação do Comitê Escolar de Combate a Intimidação Sistemática - Bullying nas escolas públicas estaduais e dá outras providências);
Relator (a): Deputada Dani Portela

27. Projeto de Lei Ordinária Nº 0103/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos, originada de projeto de lei de iniciativa da Deputada Fabíola Cabral, a fim de estabelecer a disponibilização e distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos ao público que indica);
Relator (a): Deputada Dani Portela

28. Projeto de Lei Ordinária Nº 0105/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 17.666, de 10 de janeiro de 2022, que institui a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs do Femicídio, originada de projeto de lei de iniciativa da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estabelecer a criação de Casas de Acolhimento para Órfãos e Órfãs do Femicídio);
Relator (a): Deputada Dani Portela

29. Projeto de Lei Ordinária Nº 0108/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre a inclusão da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude, e da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, nos conteúdos exigidos em provas objetivas de conhecimentos específicos de editais de concursos públicos nas áreas de assistência social, jurídica, educação, saúde e segurança pública no Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

30. Projeto de Lei Ordinária Nº 0117/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação das rotas do Transporte Escolar pelo Poder Executivo Estadual);
Relator (a): Deputada Dani Portela

31. Projeto de Lei Ordinária Nº 0119/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Dispõe sobre a proibição da Cobrança de Taxas adicionais para emissão de documentos, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova em Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado de Pernambuco);
Relator (a): Deputada Dani Portela

32. Projeto de Lei Ordinária Nº 0121/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim disciplinar os prazos de expedição de diploma e certificados pelas instituições de ensino);
Relator (a): Deputado William Brígido

33. Projeto de Lei Ordinária Nº 0127/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Cria regime especial de atendimento, para fins de renda, emprego, qualificação técnica e profissional, aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica);
Relator (a): Deputado William Brígido

34. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0141/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Institui a Política Estadual de Cultura Viva no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

Relator (a): Deputado William Brígido

35. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0142/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 13.899, de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre o uso de drogas nos eventos que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de ampliar a obrigatoriedade da inserção de mensagens educativas para os ingressos de todos os eventos artísticos, culturais e esportivos);

Relator (a): Deputado William Brígido

36. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0143/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Institui a Política Estadual Escolas da Cultura e dá outras providências);

Relator (a): Deputado William Brígido

37. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0145/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Resistência do Estado Democrático de Direito);

Relator (a): Deputado William Brígido

38. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0149/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.471, de 27 de novembro de 2018, que confere prioridade de matrícula, na mesma unidade escolar da rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, a irmãos de estudantes já matriculados, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Marcantônio Dourado, a fim de dispor sobre a prioridade de matrícula de irmãos na mesma escola mais próxima da residência);

Relator (a): Deputado William Brígido

39. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0153/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual Educar pela Igualdade Racial nas Escolas);

Relator (a): Deputado William Brígido

40. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0154/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 14.538, de 14 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de prever que nos editais dos certames constem o cronograma com as datas de cada etapa e dispor sobre os prazos para entregas de documentos e exames ou laudos médicos);

Relator (a): Deputado William Brígido

41. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0155/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à prioridade na realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, no âmbito da rede pública de saúde do Estado de Pernambuco, nos termos que indica);

Relator (a): Deputado William Brígido

42. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0157/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política de Prevenção e Atuação Frente ao Assédio Moral e Sexual nas Instituições de Ensino do Estado de Pernambuco e dá outras providências);

Relator (a): Deputado William Brígido

43. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0160/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política Estadual de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e de Informática);

Relator (a): Deputado William Brígido

44. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0162/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica);

Relator (a): Deputado William Brígido

45. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0164/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política de Saúde Mental na Rede de Ensino do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

46. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0165/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

47. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0170/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.043, de 16 de maio de 2017, que dispõe sobre a prática de educação física adaptada aos alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito das escolas que indica e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Joel da Harpa, afim de atualizá-la às terminologias adotadas pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);

Relator (a): Deputado William Brígido

48. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0171/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 13.043, de 15 de junho de 2006, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Augusto Coutinho, afim de atualizá-la à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência));

Relator (a): Deputado William Brígido

49. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0190/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 11.329, de 16 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público de Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de Pernambuco, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência);

Relator (a): Deputado William Brígido

50. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0197/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, que torna obrigatória a aquisição de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino privado, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de atualizar a sua redação à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos de ensino públicos, para futuras aquisições de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas);

Relator (a): Deputado William Brígido

51. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0199/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 14.511, de 7 de dezembro de 2011, que cria o Projeto Boa Visão e estabelece as atribuições das Secretarias de Saúde e de Educação e do LAFEPE no âmbito do Projeto, a fim de ampliar seu alcance às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar que desenvolveram doenças oculares em decorrência das agressões sofridas);

Relator (a): Deputado William Brígido

52. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0202/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Determina que as instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, conteúdo de ensino relativo à proteção e promoção dos direitos da mulher);

Relator (a): Deputado William Brígido

53. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0203/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

54. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0204/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Polícia Militar de Pernambuco e do Policial Militar do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

55. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0205/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Polícia Científica de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

56. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0206/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

57. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0207/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Cria o Programa de Segurança da Mulher de Pernambuco (PROSEM-PE) e dá outras providências);

Relator (a): Deputado William Brígido

58. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0210/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Determina que instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, a divulgação de informações sobre a doação de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos);

Relator (a): Deputado William Brígido

59. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0215/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Contra Mulher nos Setores de Comércio, Indústria e Serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado William Brígido

60. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0219/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos, originada de projeto de autoria da Deputada Fabíola Cabral, a fim de introduzir o conceito de "pobreza menstrual" e determinar que os produtos e artigos de higiene íntima feminina aprendidos pelo Estado, que estejam aptos para consumo humano, sejam destinados aos programas de combate à pobreza menstrual);

Relator (a): Deputado William Brígido

61. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0223/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Assegura aos estudantes de baixa renda, devidamente matriculados na rede pública de ensino do Estado de Pernambuco, o direito a percepção de merenda escolar durante períodos de férias e recesso escolar);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

62. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0224/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Estabelece regras para a contratação de jovens aprendizes pelo poder público estadual e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

63. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0226/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Determina que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, promovam a capacitação e reciclagem de condutores, cobradores e fiscais, para lidar com situações de risco e com o atendimento às vítimas);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

64. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0231/2023**, de autoria do Deputado William Brígido (**Ementa:** Autoriza o Poder Executivo a criar Centros Avançados de Estudo e Capacitação de Educadores da Rede Pública de Ensino no Estado de Pernambuco para inserção escolar de alunos portadores de autismo ou diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

65. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0232/2023**, de autoria do Deputado William Brígido (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de Instituir a Semana de Conscientização sobre a Importância da Liberdade de Imprensa para a Democracia);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

66. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0251/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Institui a Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

67. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0262/2023**, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Dispõe sobre a divulgação das vagas escolares na Rede Pública Estadual de Ensino destinadas ao público da Educação Especial no site oficial do Poder Executivo);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

68. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0265/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre o respeito nos serviços públicos estaduais à dignidade especial de crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e em condição de especial fragilidade psicológica, no Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

69. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0268/2023**, de autoria do Deputado William Brígido (**Ementa:** Dispõe sobre a autorização de implementação do sistema de inclusão escolar "ABA" para crianças com autismo nas escolas da Rede Pública do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

70. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0269/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de determinar a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas em espetáculos artísticos, culturais e desportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

71. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0271/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e Evasão Escolar, e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

72. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0273/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em banheiros infantis, no âmbito do Estado de Pernambuco, com informações sobre abuso sexual, na forma que indica);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

73. **Projeto de Lei Ordinária Nº PLO Nº 0275/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Proíbe licitar ou contratar serviços e a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Estado de Pernambuco, por pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

74. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0277/2023**, de autoria de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa:** Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, diretrizes para a Política Agente Jovem Ambiental - AJA e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

75. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0279/2023**, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Ano Estadual da escultura, ceramista e louceira "Ana das Carrancas");

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

76. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0280/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.714, de 26 de novembro de disciplina da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) no conteúdo curricular dos cursos de formações de Policiais Cíveis, Militares, Bombeiros Militares e dos Delegados, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romero Albuquerque, a fim de dispor sobre o ensino de Direitos Humanos e combate ao racismo);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

77. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0282/2023**, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (**Ementa:** Estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes pernambucanos ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

78. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0284/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de Projeto de Lei autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de incluir o Dia Estadual da Cachaça);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

79. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0285/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa:** Garante, no âmbito do Estado de Pernambuco, aos filhos e/ou menores sob a guarda de professores ou funcionários de escolas da rede pública estadual, a prioridade de matrícula na unidade de ensino onde esteja lotado seu responsável legal);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

80. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0286/2023**, de autoria do Deputado Luciano Duque (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Xaxado);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

81. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0288/2023**, de autoria do Deputado Álvaro Porto (**Ementa** Dispõe sobre mecanismos e instrumentos para detecção e combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

82. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0289/2023**, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Assegura aos alunos, cujos pais ou responsáveis legais sejam pessoas com deficiência, a prioridade na matrícula em escola da rede estadual de ensino mais próxima de seu domicílio ou local de trabalho de seu responsável, e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

83. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0290/2023**, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Cria o Conselho Escolar Antidrogas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e dá outras providências);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

84. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0294/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais e dá outras providências, de originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de determinar a exibição de informações atinentes à promoção do turismo em Pernambuco);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

85. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0298/2023**, de autoria do Deputado Antonio Coelho (**Ementa:** Assegura aos alunos egressos de escolas regulares e presenciais do Ensino Médio bônus de 10% na nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como processo de avaliação para ingresso em todos os cursos da Universidade de Pernambuco - UPE);

Relator (a): Deputado Romero Albuquerque

86. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0301/2023**, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (**Ementa:** Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de englobar todos os alimentos derivados da aquicultura);

Relator (a): Deputado João Paulo

87. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0307/2023**, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (**Ementa:** Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de estabelecer maior oferta de carne caprina e ovina na composição alimentar);

Relator (a): Deputado João Paulo

88. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0311/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Artista Pernambucano);

Relator (a): Deputado João Paulo

89. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0315/2023**, de autoria da Deputada Simone Santana (**Ementa:** Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Encefalomielite Miálgica e Síndrome da Fadiga Crônica e demais doenças associadas e dá outras providências);

Relator (a): Deputado João Paulo

90. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0317/2023**, de autoria do Deputado William Brígido (**Ementa:** Institui o Programa de Fomento ao Serviço de Radiofusão Comunitária do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado João Paulo

91. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0321/2023**, de autoria do Deputado Eriberto Filho (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de Valorização Profissional e Qualidade de Vida do Bombeiro Militar, Policial Civil, Militar e Penal Estadual);

Relator (a): Deputado João Paulo

92. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0328/2023**, de autoria da Deputada Dani Portela (**Ementa:** Institui a reserva de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação nas instituições públicas de ensino superior do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado João Paulo

93. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0330/2023**, de autoria do Deputado Aglailson Victor (**Ementa:** Denomina a Academia das Cidades do município de Glória do Goitá-PE);

Relator (a): Deputado João Paulo

94. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0331/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Torna obrigatória a divulgação nos ambientes e nas salas de exibição dos cinemas no Estado de Pernambuco de medidas afirmativas, educativas e preventivas ao abuso sexual e violência contra a mulher);

Relator (a): Deputado João Paulo

95. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0332/2023**, de autoria do Deputado Doriel Barros (**Ementa:** Torna obrigatória a divulgação nos ambientes e nas salas de exibição dos cinemas no Estado de Pernambuco de medidas afirmativas, educativas e preventivas ao abuso sexual e violência contra a mulher);

Relator (a): Deputado João Paulo

96. **Projeto de Lei Ordinária Nº 00343/2023**, de autoria da Deputada Dani Portela (**Ementa:** Altera a Lei nº 17.176, de 11 de março de 2021, que institui diretrizes para campanha permanente de combate ao racismo nas escolas, eventos esportivos e culturais do Estado de Pernambuco, originada de projetos de lei de autoria dos Deputados Henrique Queiroz Filho e Romero Sales Filho, a fim de instituir regras para capacitação de profissionais e dá outras providências);

Relator (a): Deputado João Paulo

97. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0347/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (**Ementa:** Altera a Lei nº 10.552, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências, a fim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e estabelecer sanções em caso de seu descumprimento);

Relator (a): Deputado João Paulo

98. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0356/2023**, de autoria da Deputada Simone Santana (**Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade da flexibilização do gênero gramatical em todos os documentos oficiais emitidos pela Assembleia Legislativa de Pernambuco e pelo Governo do Estado de Pernambuco incluindo todos os seus órgãos e autarquias e dá outras providências);

Relator (a): Deputado João Paulo

99. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0358/2023**, de autoria do Deputado Jeferson Timóteo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de estabelecer alguns critérios para a realização da Semana Estadual de Incentivo à Doação de Sangue);

Relator (a): Deputado João Paulo

100. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0362/2023**, de autoria do Deputado José Patriota (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as

Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Expoagro, no Município de Afogados da Ingazeira);

Relator (a): Deputado João Paulo

101. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0362/2023**, de autoria do Deputado José Patriota (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Expoagro, no Município de Afogados da Ingazeira);

Relator (a): Deputado João Paulo

102. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0363/2023**, de autoria do Deputado Sileno Guedes (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual da Tradicional Corrida de Jericos do Município de Panelas);

Relator (a): Deputado João Paulo

103. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0364/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (**Ementa:** Cria a Polífrica Estadual de Educação em Mídias Digitais e Combate às Fake News no âmbito escolar e dá outras providências);

Relator (a): Deputado João Paulo

104. **Projeto de Lei Ordinária Nº 0367/2023**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Semana Estadual de conscientização sobre a guarda responsável e o controle populacional animal.);

Relator (a): Deputado João Paulo

PROPOSIÇÕES DESARQUIVADAS (ART. 216 DA RESOLUÇÃO 1891/2023 – REGIMENTO INTERNO)

Projeto de Lei Ordinária Desarquivado Nº 1796/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Veda as instituições de ensino da rede pública e privada, bem como as bancas examinadoras de seleções e concursos públicos, no Estado de Pernambuco, a utilizarem em currículos escolares e editais, novas formas de flexão de gênero, denominada "linguagem neutra", em contrariedade às regras gramaticais consolidadas, e dá outras providências);

Relator (a): Deputada Dani Portela

2. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado Nº 1799/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Inclui o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) no currículo escolar das redes pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado João Paulo

3. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado Nº 2416/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências.);

Relator (a): Deputada Dani Portela

4. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado Nº 3590/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (**Ementa:** Concede gratuidade de ingressos às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Doenças Raras nos eventos socioculturais realizados em locais privados no Estado de Pernambuco);

Relator (a): Deputado João Paulo

5. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3634/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (**Ementa:** Institui a Política Pública Estadual de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado de Pernambuco).

Relator (a): Deputado João Paulo

PROJETOS DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução Nº 067/2023, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (**Ementa:** Inscreve o nome de Dom Hélder Câmara no Livro do Panteão dos Heróis e Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz);

Relator (a): Deputado João Paulo

2. Projeto de Resolução Nº 314/2023, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (**Ementa:** Submete a indicação da Romaria de Frei Damião em São Joaquim do Monte para obtenção do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco);

Relator (a): Deputado João Paulo

EXTRAPAUTA

DISTRIBUIÇÃO:

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA

Projeto de Lei Ordinária Nº 0395/2023, de autoria do Deputado João Paulo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Morais, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já);

Relator(a): **Deputado(a) Romero Albuquerque**

DISCUSSÃO:

Projeto de Lei Ordinária Nº 0395/2023, de autoria do Deputado João Paulo (**Ementa:** Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada do projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Morais, a fim de instituir o Dia Estadual das Diretas Já);

Relator(a): **Deputado(a) Romero Albuquerque**

APROVADO POR UNANIMIDADE

Recife, 22 de março de 2023.
Sala Da Comissão de Educação e Cultura

DEPUTADO WALDEMAR BROGES
PRESIDENTE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

RESULTADO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/03/2023

1 - DISTRIBUIÇÃO:

I – PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 2416/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, que dispõe sobre educação domiciliar e dá outras providências.

Relator: Deputado Sileno Guedes

2. Projeto De Lei Ordinária Desarquivado nº 3634/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, que institui a Política Pública Estadual de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado de Pernambuco.

Relator: Deputado Sileno Guedes

3. Projeto de Lei Ordinária nº 009/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que Dispõe sobre a transparência na distribuição de medicamentos pela rede estadual de saúde.

Relator: Deputado Sileno Guedes

4. Projeto de Lei Ordinária nº 037/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que determina que os Municípios realizem busca ativa, por residência e divulguem o número de sua população idosa com deficiência e/ou dificuldades de mobilidade em seus sítios eletrônicos,

a fim de priorizar e zerar a vacinação desse grupo definido.

Relator: Deputado Sileno Guedes

5. Projeto de Lei Ordinária nº 040/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.

Relator: Deputado Sileno Guedes

6. Projeto de Lei Ordinária nº 044/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que concede, à pessoa com deficiência, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas Delegacias de Polícia do Estado de Pernambuco.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 0113/2023

6.1 Projetos de Lei Ordinária nº 0113/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que concede, à pessoa com deficiência, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nos Batalhões da Polícia Militar e nas Delegacias de Polícia do Estado de Pernambuco.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 044/2023

Relator: Deputado Sileno Guedes

7. Projeto de Lei Ordinária nº 047/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de rampa de acesso, plataforma elevatória ou equipamento com tecnologia equivalente em veículos do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e dá outras providências

Relator: Deputado Sileno Guedes

8. Projeto de Lei Ordinária nº 048/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência acerca da quantidade de Nitrato presente na água potável ofertada no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Relator: Deputado João de Nadeji

9. Projeto de Lei Ordinária nº 050/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre as regras de utilização de e-mail e redes sociais oficiais pelos órgãos, entidades, servidores e membros da Administração Pública direta e indireta do Estado de Pernambuco.

Relator: Deputado João de Nadeji

10. Projeto de Lei Ordinária nº 055/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que altera a Lei nº 17.831, de 22 de junho de 2022, que insitui a Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães, a fim de instituir medidas de combate ao racismo ambiental e dá outras providências.

Relatora: Deputada Simone Santana

11. Projeto de Lei Ordinária nº 057/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que dispõe sobre o aproveitamento da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos em estabelecimentos em geral e dá outras providências.

Relator: Deputado João de Nadeji

12. Projeto de Lei Ordinária nº 059/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que altera a Lei nº 17.029, de 18 de agosto de 2020, que garante o direito à presença de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos hospitais, maternidades, casas de parto e estabelecimentos similares da rede pública e privada de saúde do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gustavo Gouveia, a fim de dispor sobre atendimento adequado às pessoas com deficiência auditiva, inclusive mediante oferta de serviços de intérpretes de Libras.

Relator: Deputado João de Nadeji

13. Projeto de Lei Ordinária nº 060/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a prioridade de contratação de mão de obra pernambucana, com reserva de 15% das vagas para as mulheres, pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 0348/2023

13.1 Projeto de Lei Ordinária nº 0348/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que dispõe sobre reserva mínima de 5% (cinco por cento) de vagas para mulheres na área da construção civil em obras públicas do Governo do estado de Pernambuco.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 060/2023

Relatora: Deputada Simone Santana

14. Projeto de Lei Ordinária nº 062/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que assegura ao usuário de serviço público, no Estado de Pernambuco, o direito ao atendimento virtual adequado de suas demandas.

Relator: Deputado João de Nadeji

15. Projeto de Lei Ordinária nº 063/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.

Relator: Cléber Chaparral

16. Projeto de Lei Ordinária nº 072/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a acessibilidade na publicidade governamental de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

17. Projeto de Lei Ordinária nº 074/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que cria o Cadastro Estadual de Informações sobre Criminosos Sexuais, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

18. Projeto de Lei Ordinária nº 078/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação da realização de cirurgias de ostomia ou estomia, para criação de um Cadastro Estadual de Ostomizados, por parte dos Hospitais Públicos e Privados, além dos planos, operadoras e seguros de saúde e assemelhados, a Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco, situados em Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

19. Projeto de Lei Ordinária nº 084/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que Institui o Plano Estadual de Redução de Mortes e Acidentes no Trânsito, no estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

20. Projeto de Lei Ordinária nº 090/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que institui o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado de Pernambuco para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração (5G).

Relator: Deputado Sileno Guedes

21. Projeto de Lei Ordinária nº 093/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, que institui a obrigatoriedade da disponibilização, no sítio eletrônico da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, de materiais informativos e/ou educativos, com o objetivo de informar e orientar sobre a microcefalia e dá outras providências.

Relator: Deputado Sileno Guedes

22. Projeto de Lei Ordinária nº 98/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que institui o Programa Estadual de Incentivo ao Trabalho, Emprego, Qualificação e Empreendedorismo para Pessoas Idosas.

Relator: Deputado Sileno Guedes

23. Projeto de Lei Ordinária nº 0110/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de estabelecer o Pedagiômetro, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Relator: Deputado Sileno Guedes

24. Projeto de Lei Ordinária nº 123/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 16.980, de 21 de julho de 2020, que dispõe sobre o caráter educativo e sobre a acessibilidade na publicidade governamental de órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria dos Deputados Isaltino Nascimento e Clodoaldo Magalhães, a fim de acrescentar dispositivo que garante a representatividade de pessoas com deficiência na publicidade governamental.

Relator: Deputado Sileno Guedes

25. Projeto de Lei Ordinária nº 0130/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que dispõe sobre medidas de transparência ativa e divulgação de informações pela Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências.

Relator: Deputado João de Nadeji

26. Projeto de Lei Ordinária nº 160/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que institui a Política Estadual de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e de Informática.

Relator: Deputado João de Nadeji

27. Projeto de Lei Ordinária nº 166/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a utilização de recursos provenientes das multas administrativas aplicadas pelo Poder Público em virtude do descumprimento de medidas para o enfrentamento de emergências de saúde pública.

Relator: Deputado João de Nadeji

28. Projeto de Lei Ordinária nº 167/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que institui o Programa de Valorização dos Protetores e Cuidadores de Animais Soltos, Abandonados ou Resgatados do Estado de Pernambuco.

Relator: Deputado João de Nadeji

29. Projeto de Lei Ordinária nº 168/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de aperfeiçoar a redação normativa e prever a comunicação de informações sobre pessoas encontradas à Delegacia de Polícia de Desaparecidos e de Proteção à Pessoa, ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA) e à Delegacia de Polícia do Idoso.

Relator: Deputado João de Nadeji

30. Projeto de Lei Ordinária nº 198/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 15.361, de 2 de setembro de 2014, que proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de dispor sobre a divulgação de atestado de conclusão de obra ou de etapa de obra, no sítio eletrônico do órgão executor, e estabelecer sanção em caso de seu descumprimento pelos agentes públicos.

Relator: Cléber Chaparral

31. Projeto de Lei Ordinária nº 206/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que institui o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

32. Projeto de Lei Ordinária nº 214/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a manutenção e disponibilização de banco de dados contendo histórico de informações a respeito de veículos licenciados no Estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

33. Projeto de Lei Ordinária nº 236/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fiações aéreas, excedentes e sem uso, instalados por empresas concessionárias ou não de serviços públicos, nos termos que indica.

Relator: Cléber Chaparral

34. Projeto de Lei Ordinária nº 247/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 15.755, de 4 de abril de 2016, que institui o Código Penitenciário do Estado de Pernambuco, a fim de proibir a instalação no interior e nas proximidades das celas de novos Estabelecimentos Penais estaduais, dos elementos que indica.

Relator: Cléber Chaparral

35. Projeto de Lei Ordinária nº 257/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que altera a Lei nº 17.521, de 9 de dezembro de 2021, que assegura atendimento especializado, no âmbito dos órgãos permanentes do Sistema de Segurança Pública do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projetos de Leis da Deputada Delegada Gleide Ângelo e do Deputado Joaquim Lira, a fim de adequar a sua redação ao disposto na Lei Federal nº 13.505 de 8 de novembro de 2017.

Relator: Deputado Sileno Guedes

36. Projeto de Lei Ordinária nº 261/2023, de autoria do Deputado William Brigido, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de listagens de pacientes que aguardam por consultas com médicos especialistas, exames e cirurgias na Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 292/2023

36.1 **Projeto de Lei Ordinária nº 292/2023**, de autoria do Deputado Cleiton Collins, que dispõe sobre a transparência, por meio da publicação da internet, do quantitativo dos pacientes que aguardam por consultas, exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde e de instituições prestadores de serviços públicos de saúde no âmbito do Estado de Pernambuco.

Tramitação em Conjunto com o Projeto de Lei Ordinária nº 261/2023

Relator: Deputado Sileno Guedes

37. Projeto de Lei Ordinária nº 264/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que estabelece normas de transparência no setor de saúde e dá outras providências.

Relator: Deputado Sileno Guedes

38. Projeto de Lei Ordinária nº 272/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre diretrizes para proteção dos ecossistemas de manguezais.

Relator: Deputado Sileno Guedes

39. Projeto de Lei Ordinária nº 274/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, que altera a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de estabelecer maior transparência acerca das obras e serviços em execução nas estradas, vias de acesso, rodovias, ruas e semelhantes que tenha recursos do Governo do Estado.

Relator: Deputado João de Nadeji

40. Projeto de Lei Ordinária nº 278/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho, que institui a disponibilização de agendamento remoto de consultas médicas no âmbito das redes pública e privadas de saúde no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Relator: Deputado João de Nadeji

41. Projeto de Lei Ordinária nº 299/2023, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar que as empresas de telemarketing mantenham, nos menus de atendimento automático, opção simples, clara e acessível para o descadastro de ligações de ofertas e atualizações de produtos e/ou serviços.

Relator: Deputado João de Nadeji

42. Projeto de Lei Ordinária nº 305/2023, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Relator: Deputado João de Nadeji

43. Projeto de Lei Ordinária nº 306/2023, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos da rede estadual de saúde realizarem cadastro de usuários para os informar previamente acerca da disponibilidade dos medicamentos para retirada.

Relator: Deputado João de Nadeji

44. Projeto de Lei Ordinária nº 308/2023, de autoria do Deputado Fabrizio Ferraz, que altera a Lei nº 12.387, de 17 de junho de 2003, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei da Deputada Teresa Leitão, para tornar obrigatória a fixação de placa informativa sobre a paralisação de obras públicas.

Relator: Cléber Chaparral

45. Projeto de Lei Ordinária nº 342/2023, de autoria da Deputada Gleide Ângelo, que dispõe sobre o sistema de segurança "Botão do Pânico", para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que possuem medidas protetivas de urgência autorizadas pela justiça, no âmbito do estado de Pernambuco e dá outras providências.

Relatora: Deputada Simone Santana

46. Projeto de Lei Ordinária nº 346/2023, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a inserção de QR CODE nos coletes, jaquetas e bags (Bolsas Térmicas) do transportador ou entregador delivery para efetuar a entrega de produtos em domicílio.

Relator: Cléber Chaparral

47. Projeto de Lei Ordinária nº 364/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, que cria a Política Estadual de Educação em Mídias Digitais e Combate às Fake News no âmbito escolar e dá outras providências.

Relator: Cléber Chaparral

48. Projeto de Lei Ordinária nº 366/2023, de autoria do Deputado Antônio Moraes, que disciplina a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e

criadores comerciais, e dá outras providências.

Relator: Cléber Chaparral

49. Projeto de Lei Ordinária nº 368/2023, de autoria do Deputado William Brígido, que institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Relator: Cléber Chaparral

50. Projeto de Lei Ordinária nº 371/2023, de autoria do Deputado João Paulo, que autoriza o Poder Executivo a implantar um sistema de alerta preventivo nas áreas de risco geológico do Estado de Pernambuco, baseado em sirenes sonoras.

Relatora: Deputada Simone Santana

Recife, 22 de março de 2023.

Deputada Simone Santana

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Informática

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO RESULTADO DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 22/03/2023

I - DISTRIBUIÇÃO

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA

1. Projeto de Lei Ordinária nº 02/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Torna obrigatória a utilização de máscara de proteção facial nos ambientes indicados e dá outras providências.) **Retirado de tramitação pela autora.**

2. Projeto de Lei Ordinária nº 05/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de assegurar o fornecimento de alimentação e água aos animais que estão na rua.)

Regime de Urgência

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

3. Projeto de Lei Ordinária nº 06/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 15.619, de 14 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento de Academias de musculação e demais estabelecimentos de Condicionamento Físico, Iniciação e Prática Esportiva, de Ensino de Esportes e de Recreação Esportiva, originada de Projeto de Lei do Deputado Augusto César, a fim de instituir penalidades em caso de descumprimento da Lei.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

4. Projeto de Lei Ordinária nº 07/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar o direito das pessoas portadoras de limitações das funções do sistema visual receberem demonstrativos, do consumo mensal de água, energia elétrica, telefonia, internet e outros serviços, em Braille ou letras ampliadas.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

5. Projeto de Lei Ordinária nº 13/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Obriga o órgão ou a instituição de saúde da rede pública e privada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a assegurar a pessoa com deficiência, internada ou em observação, o direito a acompanhante ou a atendente pessoal.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

6. Projeto de Lei Ordinária nº 14/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar ao consumidor contratante de serviço público o direito de incluir o nome de seu cônjuge como adicional na fatura mensal de consumo.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

7. Projeto de Lei Ordinária nº 18/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a implementação do Programa Nome Limpo no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

8. Projeto de Lei Ordinária nº 19/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a criação do Banco de Dados e Cadastro de Pessoas com Deficiência do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

9. Projeto de Lei Ordinária nº 20/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Define penalidades administrativas pela prática de atos discriminatórios por motivo de raça, cor, etnia ou origem, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

10. Projeto de Lei Ordinária nº 22/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Determina que os agressores que cometerem crime de maus-tratos contra animais arquem com as despesas decorrentes do tratamento veterinário, na forma que menciona.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

11. Projeto de Lei Ordinária nº 24/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a gratuidade de acesso às pessoas com Síndrome de Down, às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e às pessoas com Doenças Raras em eventos culturais e esportivos no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

12. Projeto de Lei Ordinária nº 25/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a isenção de cobrança da taxa de estacionamento, em espaços de propriedade de prestadores de serviços médico-hospitalar, aos pacientes submetidos às sessões de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

13. Projeto de Lei Ordinária nº 28/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Veda a nomeação de pessoas condenadas pela Lei Federal nº 13.834, de 4 de junho de 2019, lei que tipifica o crime de denunciação caluniosa com a finalidade eleitoral (fake news).)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

14. Projeto de Lei Ordinária nº 29/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Ficam obrigados, os estabelecimentos de saúde, farmácias e laboratórios, públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a apresentar ao paciente ou seu responsável legal, antes e após os procedimentos realizados, os materiais utilizados no processo de vacinação e aplicação de medicações injetáveis.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

15. Projeto de Lei Ordinária nº 30/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Torna obrigatória à exibição de informações sobre o turismo pernambucano nas telas de cinemas do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

16. Projeto de Lei Ordinária nº 31/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a criação do “Selo da Instituição Inclusiva”, destinado às instituições que adotem políticas internas de inclusão de pessoas com deficiência intelectual - PCDI, no mercado de trabalho no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

17. Projeto de Lei Ordinária nº 32/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a remessa pelas editoras, como doação, de um exemplar de cada publicação para a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

18. Projeto de Lei Ordinária nº 33/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir as Farmácias e Drogarias de exigirem o CPF do consumidor, no ato da compra, sem informar de forma adequada e clara, a concessão de descontos, no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

19. Projeto de Lei Ordinária nº 34/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Proíbe a cobrança de tarifa de estacionamento aos entregadores de alimentos, mercadorias e documentos (serviço de delivery), nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

20. Projeto de Lei Ordinária nº 35/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui o programa de realização de Palestras e/ou Atividades extracurriculares sobre o Código de Defesa do Consumidor e Educação Financeira no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

21. Projeto de Lei Ordinária nº 36/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a reposição de hidrômetros furtados e dá outras providências.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 46/2023**, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

21.2 Projeto de Lei Ordinária nº 46/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a reposição de hidrômetros furtados e dá outras providências.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 36/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

22. Projeto de Lei Ordinária nº 38/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir a obrigatoriedade de atendimento aos usuários de planos de saúde no prazo de inadimplemento de até 60 (sessenta) dias.

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

23. Projeto de Lei Ordinária nº 40/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

24. Projeto de Lei Ordinária nº 42/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a implantação do Programa de Integridade com o Meio Ambiente, para as pessoas jurídicas que contratarem com a Administração Pública no Estado de Pernambuco, em todas as esferas de Poder Público Estadual, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

25. Projeto de Lei Ordinária nº 45/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012, que institui no âmbito do Estado de Pernambuco a Política Estadual da Pessoa com Deficiência, a fim de garantir a gratuidade na tarifa de estacionamento para permanência mínima de 40 (quarenta) minutos.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

26. Projeto de Lei Ordinária nº 47/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de rampa de acesso, plataforma elevatória ou equipamento com tecnologia equivalente em veículos do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

27. Projeto de Lei Ordinária nº 48/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de transparência acerca da quantidade de Nitrato presente na água potável ofertada no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

28. Projeto de Lei Ordinária nº 53/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das empresas prestadoras de serviços de TV a cabo, telefonia móvel e fixa, provedores de internet, ou quaisquer outras que comercializem serviços de natureza contínua e periódica, a disponibilizar serviço de atendimento telefônico gratuito, através do prefixo 0800, bem como dispõe sobre o tempo máximo de atendimento que não deverá ultrapassar 30 minutos, incluído o tempo de eventual espera, sob pena de multa.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

29. Projeto de Lei Ordinária nº 57/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre o aproveitamento da energia solar com a instalação de painéis fotovoltaicos em estabelecimentos em geral e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

30. Projeto de Lei Ordinária nº 58/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre os procedimentos para armazenamento de águas pluviais e águas cinza para reaproveitamento e retardo da descarga na rede pública e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

31. Projeto de Lei Ordinária nº 60/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a prioridade de contratação de mão de obra pernambucana, com reserva de 15% das vagas para as mulheres, pelas empresas da construção civil prestadoras de serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 348/2023**, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

31.2 Projeto de Lei Ordinária nº 348/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre reserva mínima de 5% (cinco por cento) de vagas para mulheres na área da construção civil em obras públicas do Governo do estado de Pernambuco.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 60/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

32. Projeto de Lei Ordinária nº 63/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.)

Distribuído para o Deputado Antonio Coelho

33. Projeto de Lei Ordinária nº 64/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de dispor sobre os planos de assistência à saúde animal ou seguro de animais.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

34. Projeto de Lei Ordinária nº 66/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Estabelece a Certidão Estadual de Imunidade Tributária para fins de simplificação e eficiência na comprovação do preenchimento legal dos requisitos para o gozo da imunidade tributária estabelecida constitucionalmente e na legislação estadual.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

35. Projeto de Lei Ordinária nº 68/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de determinar a inclusão nos editais a previsão de isenção de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista ou com deficiência.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

36. Projeto de Lei Ordinária nº 69/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.461, de 13 de novembro de 2003, que cria regras para permitir o acesso dos Agentes ou Vigilantes Sanitários responsáveis pela fiscalização de existência e erradicação de focos do aedes aegypti, em casas, apartamentos e prédios residenciais no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Sebastião Oliveira Júnior, a fim de estabelecer sanções aos proprietários de imóveis que possibilitem a proliferação do mosquito Aedes Aegypti, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

37. Projeto de Lei Ordinária nº 70/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico ilícito de drogas.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 79/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

37.2 Projeto de Lei Ordinária nº 79/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico ilícito de drogas.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 70/2022**, de autoria do Deputado João Paulo Costa.

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

38. Projeto de Lei Ordinária nº 73/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Obriga os estabelecimentos comerciais do Estado de Pernambuco a disponibilizar banheiros adaptados ao uso de pessoas ostomizadas.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

39. Projeto de Lei Ordinária nº 76/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que praticarem ou permitirem a prática de atos de discriminação contra a mulher no ambiente

de trabalho ou na relação de prestação de serviço, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

40. Projeto de Lei Ordinária nº 77/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Impõe sanções administrativas às empresas ou estabelecimentos privados que se associarem ao tráfico de pessoas.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

41. Projeto de Lei Ordinária nº 78/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação da realização de cirurgias de ostomia ou estomia, para criação de um Cadastro Estadual de Ostomizados, por parte dos Hospitais Públicos e Privados, além dos planos, operadoras e seguros de saúde e assemelhados, a Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco, situados em Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

42. Projeto de Lei Ordinária nº 80/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

43. Projeto de Lei Ordinária nº 83/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.104, de 1º de julho de 2010, que institui regras e critérios para a contratação ou formalização de apoio a eventos relacionados ao turismo e à cultura no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, a fim de dispor sobre a realização de ações, campanhas e divulgação de mensagens de conscientização e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, ao turismo sexual e ao tráfico de pessoas.)

Distribuído para o Deputado Henrique Queiroz Filho

44. Projeto de Lei Ordinária nº 87/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Impõe sanções administrativas a quem praticar atos discriminatórios ou assédio moral e sexual em veículos que prestem serviço de transporte coletivo, de táxi ou transporte por aplicativos.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

45. Projeto de Lei Ordinária nº 90/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui o programa de estímulo à implantação das tecnologias de conectividade móvel no Estado de Pernambuco para viabilizar a chegada da tecnologia de quinta geração (5G).)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

46. Projeto de Lei Ordinária nº 94/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Obriga a divulgação da distribuição de medicamentos gratuitamente à população pelo sistema único de saúde (SUS) nos estabelecimentos que comercializem ou forneçam tais medicamentos no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

47. Projeto de Lei Ordinária nº 95/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Obriga as Empresas de Segurança Privada, no âmbito do Estado de Pernambuco, a adotarem medidas de controle para evitar que ocorram abuso de poder e a prática de atos de violência no uso de suas atribuições.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

48. Projeto de Lei Ordinária nº 97/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a proibição no âmbito do Estado de Pernambuco, de contratação com o poder público de pessoas físicas, ou pessoas jurídicas que tenham em seus quadros funcionais, pessoas condenadas por crimes de violência e abuso contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

49. Projeto de Lei Ordinária nº 98/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui o Programa Estadual de Incentivo ao Trabalho, Emprego, Qualificação e Empreendedorismo para Pessoas Idosas.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

50. Projeto de Lei Ordinária nº 99/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de dispositivo de segurança botão de pânico nos transportes coletivos públicos do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

51. Projeto de Lei Ordinária nº 100/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da isenção total na inscrição dos atletas com deficiência e isenção parcial na inscrição dos atletas guias, que são acompanhantes de pessoas com deficiência, do pagamento de taxa de inscrição em caminhadas, corridas de rua, maratonas, meias maratonas e congêneres, realizadas em vias públicas do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

52. Projeto de Lei Ordinária nº 110/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de estabelecer o Pedagiômetro, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

53. Projeto de Lei Ordinária nº 111/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Determina a proibição da implantação e fornecimento de energia elétrica e água nas edificações que desrespeitem a largura da faixa de domínio público das rodovias estaduais no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

54. Projeto de Lei Ordinária nº 114/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Obriga as indústrias do ramo de laticínios situadas em Pernambuco, a informarem, nos rótulos de seus produtos, sobre a origem do leite utilizado na produção, quando este for oriundo de outro país.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

55. Projeto de Lei Ordinária nº 115/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigação das Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas, no Estado de Pernambuco, de manter responsável técnico com formação em nível superior na área de saúde e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

56. Projeto de Lei Ordinária nº 116/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a reserva de assentos próximos para crianças e seus responsáveis nos transportes públicos intermunicipais, no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

57. Projeto de Lei Ordinária nº 118/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de prioridade de atendimento no serviço de entrega aos idosos.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

58. Projeto de Lei Ordinária nº 119/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a proibição da Cobrança de Taxas adicionais para emissão de documentos, taxa sobre disciplina eletiva e taxa de prova em Instituições de Ensino Superior localizadas no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

59. Projeto de Lei Ordinária nº 120/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de possibilitar o cancelamento em caso de atraso na entrega da compra ou serviço.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

60. Projeto de Lei Ordinária nº 121/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim disciplinar os prazos de expedição de diploma e certificados pelas instituições de ensino.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

61. Projeto de Lei Ordinária nº 125/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de assegurar ao acompanhante da pessoa com autismo, o direito à gratuidade no transporte público metropolitano e intermunicipal, bem como determinar a inserção do símbolo da “fita quebra-cabeça”, nas placas de reservas de assentos gratuitos dos veículos de transporte de passageiros.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

62. Projeto de Lei Ordinária nº 127/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Cria regime especial de atendimento, para fins de renda, emprego, qualificação técnica e profissional, aos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.)

Distribuído para o Deputado Rodrigo Farias

63. Projeto de Lei Ordinária nº 129/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.369, de 14 de dezembro de 2007, que institui o Programa Popular de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, e dá outras providências, para garantir o benefício aos aprovados em concursos públicos que exigem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

64. Projeto de Lei Ordinária nº 130/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre medidas de transparência ativa e divulgação de informações pela Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

65. Projeto de Lei Ordinária nº 133/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

66. Projeto de Lei Ordinária nº 135/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a cobrança da multa por fidelização na hipótese de a consumidora ter se tornado vítima de violência doméstica e familiar sob medida protetiva de urgência ou o consumidor ter sido inserido em programas de proteção para pessoas ameaçadas, após a adesão ao contrato de serviço de telefonia fixa ou móvel, de internet banda larga ou de TV por assinatura.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

67. Projeto de Lei Ordinária nº 140/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a proibição de cobranças e informações de fraudes ou débitos pendentes de contratos anteriores, nas unidades consumidoras, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

68. Projeto de Lei Ordinária nº 142/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 13.899, de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre o uso de drogas nos eventos que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de ampliar a obrigatoriedade da inserção de mensagens educativas para os ingressos de todos os eventos artísticos, culturais e esportivos.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

69. Projeto de Lei Ordinária nº 148/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Dispõe sobre a profissionalização e reinserção no mercado de trabalho de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, em caso de falecimento destas, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

70. Projeto de Lei Ordinária nº 152/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Institui a Política Agrícola Estadual de Florestas Plantadas e seus produtos no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

71. Projeto de Lei Ordinária nº 158/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Obriga os hospitais e maternidades, no âmbito do Estado de Pernambuco, a realizarem os testes de triagem neonatal, e dá outras providências.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

72. Projeto de Lei Ordinária nº 160/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e de Informática.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

73. Projeto de Lei Ordinária nº 161/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar às operadoras de planos de saúde ou de seguro-saúde a limitação da quantidade e do tempo de duração de consultas, procedimentos e exames.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

74. Projeto de Lei Ordinária nº 162/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura aos candidatos aprovados em concursos públicos, o direito à realização de exames laboratoriais e complementares previstos no edital do certame, através do plano de saúde ou de seguro-saúde do qual é usuário, sem a necessidade de apresentação prévia de requisição médica, nos termos que indica.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

75. Projeto de Lei Ordinária nº 163/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida o direito à gratuidade no transporte de cadeira de roda, andador e qualquer outro equipamento de ajuda assistiva que auxilie na sua locomoção, no âmbito dos veículos que integram o Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco e o Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

76. Projeto de Lei Ordinária nº 169/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Impõe sanções administrativas a quem impor trabalho noturno, perigoso ou insalubre a crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

77. Projeto de Lei Ordinária nº 170/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.043, de 16 de maio de 2017, que dispõe sobre a prática de educação física adaptada aos alunos com deficiência ou com mobilidade reduzida no âmbito das escolas que indica e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Joel da Harpa, afim de atualizá-la às terminologias adotadas pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

78. Projeto de Lei Ordinária nº 171/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.043, de 15 de junho de 2006, que dispõe sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos estabelecimentos de ensino públicos e privados no Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Augusto Coutinho, afim de atualizá-la à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

79. Projeto de Lei Ordinária nº 173/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Dispõe sobre o direito da pessoa com transtornos mentais acompanhada de cão de suporte emocional de ingressar e permanecer em locais públicos ou privados de uso coletivo, em meio de transporte público e em estabelecimentos comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

80. Projeto de Lei Ordinária nº 174/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre o dever de as empresas recuperarem os danos por elas causados nas vias, logradouros e demais equipamentos públicos do Estado de Pernambuco, em decorrência da realização de obras ou serviços de qualquer natureza, nos termos que indica.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

81. Projeto de Lei Ordinária nº 175/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.745, de 30 de dezembro de 2004, que institui a possibilidade de ingresso de idosos e portadores de deficiência física pela porta destinada ao desembarque nos ônibus de transporte coletivo da Região Metropolitana do Recife, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria da Deputada Teresa Leitão, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

82. Projeto de Lei Ordinária nº 176/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 8.381, de 3 de outubro de 1980, que assegura às pessoas portadoras de deficiência física e às pessoas idosas, condições especiais no uso dos transportes coletivos, originada de projeto de autoria do Deputado Sergio Longman, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), e estabelecer sanções para o seu descumprimento.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

83. Projeto de Lei Ordinária nº 177/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.320, de 13 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos quanto ao desrespeito aos idosos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida no interior de veículos de transporte coletivo e nos casos que menciona e dá outras providências, originada de

projeto de autoria do Deputado Adalberto Cavalcanti, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

84. Projeto de Lei Ordinária nº 178/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.973, de 16 de dezembro de 2009, que torna obrigatória a disponibilidade de mesas e cadeiras pelos Shoppings Centers, nas áreas de alimentação, para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, originada de projeto de autoria do Deputado Airinho De Sà Carvalho, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e estabelecer seus efeitos a equipamentos de domínio público ou privado.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

85. Projeto de Lei Ordinária nº 179/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer prazo para a reparação de danos provocados ao imóvel do consumidor pelo fornecedor que a eles der causa.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

86. Projeto de Lei Ordinária nº 180/2023, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Dispõe sobre a proibição de retenção de macas das ambulâncias do SAMU, do e de outras unidades móveis pré-hospitalares de atendimento de urgência de natureza pública ou privada, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

87. Projeto de Lei Ordinária nº 181/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.509, de 23 de dezembro de 2003, que assegura às pessoas portadoras de deficiência visual o direito ao acesso a informações escritas em relevo pelo sistema Braille, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado João Fernando Coutinho, afim de atualizar a sua redação para a terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

88. Projeto de Lei Ordinária nº 186/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 9.465, de 8 de junho de 1984, que dispõe sobre o uso de Agrotóxicos e de outros Pesticidas no Estado e dá outras providências, originada de projeto do Deputado Arthur Lima Cavalcante, a fim de proibir a pulverização aérea de agrotóxicos e pesticidas no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

89. Projeto de Lei Ordinária nº 187/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de incluir novos quesitos nos formulários de saúde para identificação da ocorrência de violência obstétrica.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

90. Projeto de Lei Ordinária nº 194/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura às mulheres vítimas de violência patrimonial no âmbito das relações domésticas e familiares, o direito ao atendimento prioritário para emissão de novos documentos pessoais.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

91. Projeto de Lei Ordinária nº 195/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação pelas empresas fornecedoras ou intermediadoras de serviços de entregas (delivery) e de transporte de passageiros por aplicativos e plataformas digitais, de pontos de apoio para entregadores e condutores de veículos.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

92. Projeto de Lei Ordinária nº 197/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.796, de 8 de outubro de 2012, que torna obrigatória a aquisição de cadeiras adaptadas em estabelecimentos de ensino privado, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de atualizar a sua redação à terminologia adotada pela Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e ampliar seus efeitos aos estabelecimentos de ensino públicos, para futuras aquisições de cadeiras e mesas adaptadas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida e pessoas obesas.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

93. Projeto de Lei Ordinária nº 198/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.361, de 2 de setembro de 2014, que proíbe a inauguração de obras públicas incompletas ou que não atendam ao fim a que se destinam, e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de dispor sobre a divulgação de atestado de conclusão de obra ou de etapa de obra, no sítio eletrônico do órgão executor, e estabelecer sanção em caso de seu descumprimento pelos agentes públicos.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

94. Projeto de Lei Ordinária nº 200/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de proibir a venda, adoção e concessão de termo de guarda ou de depósito de animais para pessoas condenadas pela prática de crimes contra os animais.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

95. Projeto de Lei Ordinária nº 202/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que as instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, conteúdo de ensino relativo à proteção e promoção dos direitos da mulher.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

96. Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confecções – FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confecções e de Moda no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

97. Projeto de Lei Ordinária nº 208/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe a comercialização e distribuição de tricloroetileno, cloroetano, triclorometano, diclorometano e de antirrespingo de solda para menores de 18 (dezoito) anos de idade.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

98. Projeto de Lei Ordinária nº 210/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que instituições de ensino, públicas e privadas, situadas no âmbito do Estado de Pernambuco, integrem aos seus parâmetros curriculares e projetos pedagógicos, a divulgação de informações sobre a doação de sangue, medula óssea, hemoderivados, órgãos e tecidos.)

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

99. Projeto de Lei Ordinária nº 211/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que bares, restaurantes, casas noturnas e de eventos adotem medidas de auxílio à mulher que se sinta em situação de risco.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 229/2023**, de autoria da Deputada Socorro Pimentel.

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

99.2 Projeto de Lei Ordinária nº 229/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes nos bares, casas de espetáculos, restaurantes e estabelecimentos similares do Estado de Pernambuco, visando à proteção das mulheres em suas dependências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joel da Harpa, a fim de incluir a obrigatoriedade de comunicação às autoridades acerca dos casos de violência contra mulheres ocorridos nos referidos estabelecimentos.). Tramitação Conjunta com o **Projeto de Lei Ordinária nº 211/2023**, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo.

Distribuído para o Deputado Jeferson Timóteo

100. Projeto de Lei Ordinária nº 213/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Altera a Lei nº 14.452, de 25 de outubro de 2011, que institui a entrada gratuita para os menores de (7) sete anos de idade nos eventos esportivos organizados por entidades públicas ou privadas, com patrocínio, incentivo ou fomento pelo poder público no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Daniel Coelho, a fim de aperfeiçoar dispositivos desta Lei.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

101. Projeto de Lei Ordinária nº 214/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a manutenção e disponibilização de banco de dados contendo histórico de informações a respeito de veículos licenciados no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

102. Projeto de Lei Ordinária nº 215/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Contra Mulher nos Setores de Comércio, Indústria e Serviços, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

103. Projeto de Lei Ordinária nº 216/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de implantação pelas empresas de adquirência de máquinas de cartão de crédito e débito, adaptá-las para pessoas com deficiência visual, no âmbito de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

104. Projeto de Lei Ordinária nº 217/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de incluir obrigatoriedade de notificação prévia aos usuários de vistorias a serem realizadas pelas concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, água ou gás encanado, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

105. Projeto de Lei Ordinária nº 220/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação às autoridades policiais, pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de fatos que configurem crimes contra a dignidade sexual, praticados por ou cujas vítimas sejam funcionários(as) ou prestadores(as) de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

106. Projeto de Lei Ordinária nº 224/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Estabelece regras para a contratação de jovens aprendizes pelo poder público estadual e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

107. Projeto de Lei Ordinária nº 225/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Estabelece a igualdade de premiações e benefícios entre atletas e paratletas em competições esportivas e paraesportivas realizadas, apoiadas e/ou patrocinadas por órgãos e entidades do Poder Público Estadual.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

108. Projeto de Lei Ordinária nº 226/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que as empresas concessionárias de serviço de transporte público de passageiros, promovam a capacitação e reciclagem de condutores, cobradores e fiscais, para lidar com situações de risco e com o atendimento às vítimas.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

109. Projeto de Lei Ordinária nº 233/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar que as revendedoras e concessionárias de veículos seminovos a informar ao consumidor a procedência do bem que estão expondo para venda.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

110. Projeto de Lei Ordinária nº 235/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe anúncios publicitários e comunicações mercadológicas que fomentem o sexismo, a misoginia e outras formas de violência e discriminação contra a mulher, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

111. Projeto de Lei Ordinária nº 236/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção de cabos e fiações aéreas, excedentes e sem uso, instalados por empresas concessionárias ou não de serviços públicos, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

112. Projeto de Lei Ordinária nº 238/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de Apoio à Mulher Empreendedora.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

113. Projeto de Lei Ordinária nº 239/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a comunicação pelos estabelecimentos comerciais, quando da ocorrência de casos de abuso e violência contra mulher, criança, adolescente, pessoa idosa e pessoa com deficiência, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

114. Projeto de Lei Ordinária nº 241/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 14.762, de 31 de agosto de 2012, que institui a Política Estadual de Mobilidade por Bicicletas, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre a instalação de estrutura física adequada para o estacionamento de bicicletas, em empreendimentos privados.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

115. Projeto de Lei Ordinária nº 242/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.356, de 8 de maio de 2018, que dispõe sobre a isenção, para atletas de baixa renda, do pagamento de taxa de inscrição em corridas, caminhadas e provas de ciclismo, realizadas em vias públicas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Bispo Ossesio Silva, a fim de ampliar o alcance da isenção para atletas e expectadores de baixa renda, em eventos esportivos realizados em áreas, vias, equipamentos ou estabelecimentos de domínio do Estado de Pernambuco, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

116. Projeto de Lei Ordinária nº 243/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar como dependente natural do titular de plano ou seguro-saúde, a criança ou adolescente sob a sua guarda ou tutela.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

117. Projeto de Lei Ordinária nº 244/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a doação de produtos e mercadorias destinadas ao consumo, tratamento ou uso por animais, apreendidos pelos órgãos de fiscalização e controle em decorrência da prática de ilícitos penais e infrações administrativas, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

118. Projeto de Lei Ordinária nº 245/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Dispõe sobre a destinação de vagas para às agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, por empresas que receberem incentivos fiscais ou concessão de linhas de crédito pelo Poder Público estadual, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

119. Projeto de Lei Ordinária nº 246/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe às empresas operadoras de planos de saúde e seguro-saúde, e aos profissionais e instituições de saúde, de exigirem o consentimento prévio de cônjuge ou companheiro da mulher que desejar utilizar qualquer método contraceptivo, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

120. Projeto de Lei Ordinária nº 248/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe a recusa de fotografias para emissão de documentos ou acesso a produtos e serviços, por órgãos públicos e estabelecimentos privados localizados no âmbito do Estado de Pernambuco, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado Doriel Barros

121. Projeto de Lei Ordinária nº 249/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de instituir a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem a oportunidade para que o consumidor faça a quitação do débito antes da interrupção do serviço por inadimplência, no ato do corte.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

122. Projeto de Lei Ordinária nº 250/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Concede às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar a gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

123. Projeto de Lei Ordinária nº 251/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política de Apoio aos Jovens Egressos de Serviços de Acolhimento do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

124. Projeto de Lei Ordinária nº 252/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Proíbe a cobrança de tarifa de estacionamento de veículos que compõem a frota oficial do Estado de Pernambuco, que estejam prestando serviço

público, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

125. Projeto de Lei Ordinária nº 254/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Concede às mulheres de baixa renda vítimas de violência doméstica e familiar a gratuidade nos veículos do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de Pernambuco (STCIP/PE), e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

126. Projeto de Lei Ordinária nº 255/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Determina que os estabelecimentos públicos e privados utilizem vigilantes ou agentes de segurança privada femininas quando da realização de procedimentos de segurança que incluam revistas em mulheres, nos termos que indica.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

127. Projeto de Lei Ordinária nº 256/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 11.892, de 11 de dezembro de 2000, que cria o Programa Primeiro Emprego, bem como o Fundo de Incentivo ao Programa Primeiro Emprego - FIPE, e dá outras providências, a fim de ampliar o seu alcance para mulheres desempregadas que viviam sob dependência financeira de seus ex-companheiros, nos termos que indicam.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

128. Projeto de Lei Ordinária nº 266/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de assegurar ao consumidor o acesso à série histórica de preços de produtos que estejam em promoção ou liquidação.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

129. Projeto de Lei Ordinária nº 267/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Autoriza a aplicação de sanção administrativa de multa para casos de importunação sexual registrados no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

130. Projeto de Lei Ordinária nº 269/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 12.928, de 30 de novembro de 2005, que institui o Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Sérgio Leite, a fim de determinar a divulgação de imagens de pessoas desaparecidas em espetáculos artísticos, culturais e desportivos, no âmbito do Estado de Pernambuco, antes da exibição de cada espetáculo.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

131. Projeto de Lei Ordinária nº 270/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar a obrigatoriedade de constar as expressões “integral” ou “com adição de farinha (ou grão) integral” na rotulagem de alimentos fabricados ou embalados no estado de Pernambuco, nos alimentos que especifica e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

132. Projeto de Lei Ordinária nº 272/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de dispor sobre diretrizes para proteção dos ecossistemas de manguezais.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

133. Projeto de Lei Ordinária nº 273/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a fixação obrigatória de cartazes em banheiros infantis, no âmbito do Estado de Pernambuco, com informações sobre abuso sexual, na forma que indica.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

134. Projeto de Lei Ordinária nº 274/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de estabelecer maior transparência acerca das obras e serviços em execução nas estradas, vias de acesso, rodovias, ruas e semelhantes que tenha recursos do Governo do Estado.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

135. Projeto de Lei Ordinária nº 275/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Proíbe licitar ou contratar serviços e a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Estado de Pernambuco, por pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

136. Projeto de Lei Ordinária nº 278/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Institui a disponibilização de agendamento remoto de consultas médicas no âmbito das redes pública e privadas de saúde no Estado de Pernambuco e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

137. Projeto de Lei Ordinária nº 281/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece diretrizes de divulgação e transparência nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos do Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

138. Projeto de Lei Ordinária nº 287/2023, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Dispõe sobre o Protocolo de Segurança para prevenção e identificação da prática de atos que atentem contra a liberdade sexual da mulher em locais de lazer e outros estabelecimentos destinados ao entretenimento.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

139. Projeto de Lei Ordinária nº 294/2023, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 14.970, de 8 de maio de 2013, que dispõe sobre a sinalização de Rodovias Estaduais e dá outras providências, de originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Everaldo Cabral, a fim de determinar a exibição de informações atinentes à promoção do turismo em Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

140. Projeto de Lei Ordinária nº 299/2023, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar que as empresas de telemarketing mantenham, nos menus de atendimento automático, opção simples, clara e acessível para o descadastro de ligações de ofertas e atualizações de produtos e/ou serviços.)

Distribuído para o Deputado France Hacker

141. Projeto de Lei Ordinária nº 300/2023, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (Ementa: Estabelece hipótese de comunicação compulsória, por parte dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco, à FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco, nos casos de lavratura de certidão de óbito, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

142. Projeto de Lei Ordinária nº 301/2023, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de englobar todos os alimentos derivados da aquicultura.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

143. Projeto de Lei Ordinária nº 302/2023, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 16.499, de 6 de dezembro de 2018, que estabelece medidas de proteção à gestante, à parturiente e à puérpera contra a violência obstétrica, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Leitão, a fim de incluir novos quesitos nos formulários de saúde para identificação da ocorrência de violência obstétrica.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

144. Projeto de Lei Ordinária nº 304/2023, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar as empresas que comercializam equipamentos de telefonia fixa ou móvel, de internet banda larga ou de TV por assinatura, a divulgar o serviço de bloqueio de mensagens publicitárias por telemarketing.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

145. Projeto de Lei Ordinária nº 307/2023, de autoria do Deputado Fabrízio Ferraz (Ementa: Altera a Lei nº 11.751, de 3 de abril de 2000, que dispõe sobre a composição alimentar da merenda escolar distribuída a rede pública de escolas, no Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Teresa Duere, a fim de estabelecer maior oferta de carne caprina e ovina na composição alimentar.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

146. Projeto de Lei Ordinária nº 315/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Atenção Integral à Pessoa com Encefalomielite Miálgica e Síndrome da Fadiga Crônica e demais doenças associadas e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

147. Projeto de Lei Ordinária nº 318/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, o uso do colar de girassol, como instrumento auxiliar para identificação das pessoas com deficiências ocultas e seus acompanhantes.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

148. Projeto de Lei Ordinária nº 319/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da assinatura física em contratos de operação de crédito contratados por meio eletrônico ou telefônico, firmado por pessoas idosas.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

149. Projeto de Lei Ordinária nº 320/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Estipula sanções para indivíduos que participem de briga generalizada em decorrência de eventos esportivos, dentro ou fora de estádios, ginásios ou outros locais utilizados na prática esportiva, conforme especifica.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

150. Projeto de Lei Ordinária nº 323/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Obriga a presença de profissional capacitado em reanimação neonatal, nas salas de parto das maternidades, hospitais e demais unidades da rede pública e privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Abimael Santos

151. Projeto de Lei Ordinária nº 324/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a destinação e o reaproveitamento de material fresado no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

152. Projeto de Lei Ordinária nº 327/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a implantação do Protocolo “Não se cale”, que tem por objetivo prevenir casos de violência ou assédio sexual contra mulheres em espaços privados.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

153. Projeto de Lei Ordinária nº 331/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Torna obrigatória a divulgação nos ambientes e nas salas de exibição dos cinemas no Estado de Pernambuco de medidas afirmativas, educativas e preventivas ao abuso sexual e violência contra a mulher.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

154. Projeto de Lei Ordinária nº 334/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Altera a Lei nº 17.224, de 22 de abril de 2021, que obriga os hospitais, maternidades, unidades de pronto atendimento, urgências, emergências e demais estabelecimentos da rede privada de saúde, no âmbito do Estado de Pernambuco, a aplicar Protocolo de Classificação de Risco para fins de triagem, classificação e atendimento dos usuários dos serviços de saúde e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Manoel Ferreira, a fim de inserir a obrigatoriedade contida na Resolução COFEN (Conselho Federal de Enfermagem) nº 661, de 9 de março 2021, que trata da classificação de Risco e priorização da assistência privativa da enfermagem.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

155. Projeto de Lei Ordinária nº 335/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a “Rota dos Vinhos”.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

156. Projeto de Lei Ordinária nº 341/2023, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Garante o direito a equipamentos que permitam o eficiente atendimento aos pacientes com obesidade nos Estabelecimentos de Saúde Privados e da Rede Pública Estadual.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

157. Projeto de Lei Ordinária nº 346/2023, de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar a inserção de QR CODE nos coletes, jaquetas e bags (Bolsas Térmicas) do transportador ou entregador delivery para efetuar a entrega de produtos em domicílio.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

158. Projeto de Lei Ordinária nº 353/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de regulamentar a acessibilidade de animais domésticos em hospitais.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

159. Projeto de Lei Ordinária nº 355/2023, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tercio (Ementa: Torna gratuita a realização de exame de mormo e anemia infecciosa equina no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

160. Projeto de Lei Ordinária nº 359/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (Ementa: Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de incluir a vedação da utilização de mão de obra em que haja trabalhadores condenados pela prática de homofobia, transfobia, estupro e crimes sexuais contra vulneráveis.)

Distribuído para a Deputada Débora Almeida

161. Projeto de Lei Ordinária nº 366/2023, de autoria do Deputado Antonio Moraes (Ementa: Disciplina a política de gestão e as atividades de manejo e uso sustentável das espécies de passeriformes da fauna nativa de origem silvestre desenvolvidas por criadores amadoristas e criadores comerciais, e dá outras providências.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

162. Projeto de Lei Ordinária nº 368/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui o Código de Defesa do Empreendedor, estabelece normas de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício da atividade econômica e disposições sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

163. Projeto de Lei Ordinária nº 375/2023, de autoria do Deputado Antonio Coelho (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir a cobrança de consumo na modalidade de estimativa pelas companhias, concessionárias e permissionárias.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA DESARQUIVADOS

164. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1.575/2020, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 15.631, de 29 de outubro de 2015, que obriga a inclusão do cartão de débito entre as formas de pagamento nas praças de pedágio sob administração do Estado ou de concessionárias e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de garantir a habilitação da função de cartão de crédito dentre os meios de pagamento de pedágio no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

165. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 2.417/2021, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Dispõe sobre a proibição de comercialização, importação e publicidade de dispositivos eletrônicos de fumo, no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

166. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3.171/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 6.123, de 20 de julho de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco, a fim de assegurar o direito dos advogados.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

167. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3.590/2022, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Concede gratuidade de ingressos às Pessoas com Deficiência e às Pessoas com Doenças Raras nos eventos socioculturais realizados em locais privados no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

168. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3.634/2022, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães (Ementa: Institui a Política Pública Estadual de Incentivo ao Empreendedor Rural no Estado de Pernambuco.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

169. Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 3.763/2022, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre vedação à veiculação de mensagens publicitárias através de outdoors, ou , placas indicativas nas vias públicas do Estado de Pernambuco, que utilizam imagens ou expressões com a exposição sexualizada da mulher.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

SUBSTITUTIVO DESARQUIVADO

170. Substitutivo nº 02/2021 Desarquivado, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Sustentabilidade ao **Projeto de Lei Ordinária nº 389/2019**, de autoria do Deputado Romero Albuquerque e ao **Projeto de Lei Ordinária nº 407/2019**, de autoria do Deputado Gustavo Gouveia (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de regulamentar a acessibilidade de animais domésticos e de estimação em hospitais.)

Distribuído para o Deputado Mário Ricardo

II – INFORMES:

Encaminhamentos:

Agendar Visita Técnica da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo à fábrica da Jeep;

Agendar Audiência Pública sobre as dificuldades enfrentadas pelo Polo de Confeções do Agreste a ser realizada no município de Caruaru.

Recife, 22 de março de 2023.

Deputado MÁRIO RICARDO
Presidente

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO, REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DE 2023.

Às nove horas e trinta minutos do dia 08 (oito) de março de dois mil e vinte e três, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, conforme Edital de Convocação nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, sob a Presidência da Deputada Débora Almeida, reuniram-se os seguintes parlamentares, membros titulares desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação: Deputado Antonio Coelho (UNIÃO), Deputado Henrique Queiroz Filho (PP), Deputado João de Nadeji (PV), Deputado Lula Cabral (SOLIDARIEDADE), Deputado Pastor Júnior Tércio (PP), Deputado Rodrigo Farias (PSB) e Deputado Sileno Guedes (PSB), e, o membro suplente: Deputado Jarbas Filho (PSB). A Presidente, Deputada Débora Almeida, constatando o quórum regimental, declarou aberta a reunião colocando em discussão e em votação a Ata da Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação realizada no dia primeiro de março de 2023, para a eleição de Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado Técnico, ata aprovada por unanimidade. Em seguida, após cumprimentos aos presentes, passou à distribuição, em bloco, dos projetos da pauta, a seguir: Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2023, de autoria da Mesa Diretora (EMENTA: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Canhotinho.), em regime de urgência, designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 025/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Dispõe sobre a isenção de cobrança da taxa de estacionamento, em espaços de propriedade de prestadores de serviços médico-hospitalar, aos pacientes submetidos às sessões de quimioterapia, radioterapia e hemodiálise.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 029/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Ficam obrigados, os estabelecimentos de saúde, farmácias e laboratórios, públicos e privados, no âmbito do Estado de Pernambuco, a apresentar ao paciente ou seu responsável legal, antes e após os procedimentos realizados, os materiais utilizados no processo de vacinação e aplicação de medicações injetáveis.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 034/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Proíbe a cobrança de tarifa de estacionamento aos entregadores de alimentos, mercadorias e documentos (serviço de delivery), nos termos que indica.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho, Projeto de Lei Ordinária nº 036/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Dispõe sobre a reposição de hidrômetros furtados e dá outras providências.), em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 046/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Dispõe sobre a reposição de hidrômetros furtados e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 040/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Torna obrigatória a gravação em áudio e vídeo de todos os processos licitatórios realizados pela Administração Pública, direta e indireta, no Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 041/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilidade de soro antiescorpionico e/ou antiofidico nos municípios pernambucanos.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 044/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Concede, à pessoa com deficiência, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas Delegacias de Polícia do Estado de Pernambuco.), em tramitação conjunta com o Projeto de Lei Ordinária nº 113/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Concede, à pessoa com deficiência, o direito a um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nos Batalhões da Polícia Militar e nas Delegacias de Polícia do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 049/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (EMENTA: Institui a Lei Estadual de Responsabilidade Social.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 051/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Estabelece a doação de celulares, tablets e notebooks apreendidos pelas polícias civil e militar do Estado a alunos da rede pública de ensino e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 063/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a instituir a Política Estadual de Mobilidade Metropolitana.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 066/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Estabelece a Certidão Estadual de Imunidade Tributária para fins de simplificação e eficiência na comprovação do preenchimento legal dos requisitos para o gozo da imunidade tributária estabelecida constitucionalmente e na legislação estadual.), designando como relator o Deputado Antonio Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 068/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, originada de projeto de lei do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de determinar a inclusão nos editais a previsão de isenção de pedágio às pessoas com doenças graves e degenerativas, transtorno do espectro autista ou com deficiência.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 075/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 16.572, de 16 de maio de 2019, que institui o Fundo Estadual do Trabalho do Estado de Pernambuco - FET/PE e o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda - CETER para a elaboração e a execução da política estadual de trabalho, emprego e renda no Estado de Pernambuco, a fim de incluir a destinação de recursos do FET/PE para a efetivação do direito ao trabalho das mulheres, das Pessoas com Deficiência, de pessoas idosas e de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 080/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Institui a meia-entrada para os atletas e paratletas que menciona e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 091/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa (EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a adotar o método ABA (Análise Aplicada do Comportamento) para o tratamento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública estadual de saúde.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 092/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Dispõe sobre a criação da carteira de identificação da pessoa com fibromialgia no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 097/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Dispõe sobre a proibição no âmbito do Estado de Pernambuco, de contratação com o poder público de pessoas físicas, ou pessoas jurídicas que tenham em seus quadros funcionais, pessoas condenadas por crimes de violência e abuso contra crianças, adolescentes e pessoas com deficiência e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 103/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos, originada de projeto de lei de iniciativa da Deputada Fabíola Cabral, a fim de estabelecer a disponibilização e distribuição gratuita de absorventes higiênicos femininos ao público que indica.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 104/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Autoriza o Poder Executivo Estadual a firmar convênio com instituições religiosas para a distribuição de cestas básicas, durante a vigência de estado de calamidade, decretado no Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 105/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 17.666, de 10 de janeiro de 2022, que institui a Política Estadual de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos e Órfãs do Feminicídio, originada de projeto de lei de iniciativa da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de estabelecer a criação de Casas de Acolhimento para Órfãos e Órfãs do Feminicídio.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 109/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, nos hospitais do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 110/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Altera a Lei nº 14.866, de 10 de

dezembro de 2012, que regulamenta a cobrança do pedágio na Malha Rodoviária no Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto, a fim de estabelecer o Pedagiômetro, no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 112/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Institui a Política Estadual de Prevenção às Lesões por Esforços Repetitivos (LER) ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) dos Servidores Públicos em Pernambuco.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 124/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 14.250, de 17 de dezembro de 2010, que altera denominação, competências e atribuições do Fundo Estadual de Habitação - FEHAB, instituído pela Lei nº 11.796, de 4 de julho de 2000, e alterações, e dá outras providências, a fim de incluir nova ação de aplicação de seus recursos, para fins de custeio de programas de moradia ou de locação social para jovens de baixa renda em condição de vulnerabilidade socioeconômica.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias; Projeto de Lei Ordinária nº 130/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Dispõe sobre medidas de transparência ativa e divulgação de informações pela Administração Pública Estadual direta e indireta e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 133/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Estabelece normas de transparência no setor de transportes no Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 134/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Institui a Vacinação Domiciliar para a Pessoa Idosa e Pessoas com mobilidade reduzida.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 138/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 16.595, de 27 de junho de 2019, que cria o Fundo Estadual de Segurança Pública e Defesa Social de Pernambuco - FESPDS, e revoga a Lei nº 15.649, de 20 de novembro de 2015, que cria o Fundo de Enfrentamento à Violência - FEV, a fim de incluir a destinação de seus recursos ao financiamento de programas e ações de emissão gratuita de Carteira de Identidade para população de baixa renda.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 140/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Dispõe sobre a proibição de cobranças e informações de fraudes ou débitos pendentes de contratos anteriores, nas unidades consumidoras, no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 141/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (EMENTA: Institui a Política Estadual de Cultura Viva no Estado de Pernambuco e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 148/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (EMENTA: Dispõe sobre a profissionalização e reinserção no mercado de trabalho de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, em caso de falecimento destas, no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 151/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel (EMENTA: Altera a Lei nº 15.865, de 30 de junho de 2016, que institui o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal, a fim de determinar a individualização dos valores arrecadados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 158/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Obriga os hospitais e maternidades, no âmbito do Estado de Pernambuco, a realizarem os testes de triagem neonatal, e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 160/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Institui a Política de Proteção às Crianças e aos Adolescentes Órfãos de Vítimas da Covid-19 do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 166/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Dispõe sobre a utilização de recursos provenientes das multas administrativas aplicadas pelo Poder Público em virtude do descumprimento de medidas para o enfrentamento de emergências de saúde pública.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 169/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Impõe sanções administrativas a quem impor trabalho noturno, perigoso ou insalubre a crianças e adolescentes, no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado Jarbas Filho; Projeto de Lei Ordinária nº 203/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 13.958, de 15 de dezembro de 2009, que altera a Lei nº 12.431, de 29 de setembro de 2003, e modificações, que institui a sistemática de tributação referente ao ICMS incidente nas operações com fios, tecidos, artigos de armarinho e confecções e institui o Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Têxtil e de Confeções – FUNTEC, a fim de instituir a destinação de recursos do fundo para o desenvolvimento de programas, projetos e ações de apoio econômico, incentivo ao empreendedorismo, qualificação profissional e formação técnica de mulheres ou de associações, cooperativas e facções de mulheres que integram a Cadeia Têxtil, de Confeções e de Moda no Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 206/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Institui o Programa Estadual de Doação de Dispositivos Eletrônicos para Estudantes e Instituições da Rede Pública de Ensino, no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 212/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Autoriza o Governo do Estado a promover o pagamento de aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica e/ou familiar no âmbito do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 219/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 17.373, de 8 de setembro de 2021, que institui e define diretrizes para a Política Pública "Menstruação Sem Tabu" de Conscientização sobre a Menstruação, bem como sobre a importância da universalização do acesso a absorventes higiênicos, originada de projeto de autoria da Deputada Fabíola Cabral, a fim de introduzir o conceito de "pobreza menstrual" e determinar que os produtos e artigos de higiene íntima feminina apreendidos pelo Estado, que estejam aptos para consumo humano, sejam destinados aos programas de combate à pobreza menstrual.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 245/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Dispõe sobre a destinação de vagas para as agências do trabalho da Secretaria do Trabalho, Emprego e Qualificação do Estado de Pernambuco, por empresas que receberem incentivos fiscais ou concessão de linhas de crédito pelo Poder Público estadual, nos termos que indica.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 253/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Autoriza o Estado de Pernambuco a doar, ceder para uso ou alienar às guardas municipais dos municípios que integram o seu território, os armamentos e equipamentos de proteção individual de uso policial que forem apreendidos em decorrência da prática de ilícitos penais ou de infrações administrativas, nos termos que indica.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 256/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (EMENTA: Altera a Lei nº 11.892, de 11 de dezembro de 2000, que cria o Programa Primeiro Emprego, bem como o Fundo de Incentivo ao Programa Primeiro Emprego - FIPE, e dá outras providências, a fim de ampliar o seu alcance para mulheres desempregadas que viviam sob dependência financeira de seus ex-companheiros, nos termos que indicam.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 263/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Altera a Lei nº 16.543, de 9 de janeiro de 2019, que determina a reparação dos danos causados ao patrimônio público estadual, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de incluir hipótese de restituição ao erário.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 275/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Proíbe licitar ou contratar serviços e a investidura em cargos públicos da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Estado de Pernambuco, por pessoa condenada, com sentença transitada em julgado, pela prática de qualquer modalidade de abuso sexual contra menor e dá outras providências.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 281/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (EMENTA: Estabelece diretrizes de divulgação e transparência nas obras públicas de qualquer natureza que tenham recursos do Administração Direta ou Indireta do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 293/2023, de autoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (EMENTA: Dispõe sobre o quadro de juizes leigos e juizes leigas, para atuação no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais e Colégios Recursais do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 297/2023, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (EMENTA: Altera a Lei nº 17.134, de 18 de dezembro de 2020, que disciplina o Fundo Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco - FEMEA-PE, a fim de possibilitar a aplicação de recursos em ações de recuperação, proteção e desenvolvimento sustentável das bacias hidrográficas do Estado de Pernambuco.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 305/2023, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (EMENTA: Dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 309/2023, de autoria do Deputado Fabrício Ferraz (EMENTA: Altera a Lei nº 16.633, de 24 de setembro de 2019, que determina regras para a reserva de unidades residenciais dos programas habitacionais do Estado de Pernambuco às pessoas que indica, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de promover reserva de vagas a policiais civis, militares, penais, bombeiros militares e agentes socioeducativos.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária nº 313/2023, de autoria do Deputado Abimael Santos (EMENTA: Altera a Lei nº 10.849, de 28 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, a fim de conceder isenção aos veículos do tipo motocicleta ou similar, com potência até 170 (setenta e setenta) cilindradas.), designando como relator o Deputado João de Nadeji; Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1044/2020, de autoria do Deputado João Paulo (EMENTA: Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs do Estado de Pernambuco, nas modalidades adulto, neonatal e pediátrico e dá outras providências.), designando como relator o Deputado Rodrigo Farias. Em seguida, a Presidente, Deputada Débora Almeida, colocou em discussão e em votação o único projeto, apresentado em extrapauta, conforme segue: Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2023, de autoria da Mesa Diretora (EMENTA: Reconhece, para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Canhotinho.), em regime de urgência, tendo como relator o Deputado Antonio Coelho que o aprovou à unanimidade dos Deputados presentes. Nada mais havendo a ser tratado nesta reunião ordinária, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, procedendo em ato contínuo, a abertura da Reunião Extraordinária de Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022, pelo Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, Exmo. Sr. Wilson José de Paula. Do que, para constar, eu, Eliene Regis Brandão Agra, lavrei a presente ata, que vai assinada por a Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REALIZADA NO DIA OITO DE MARÇO DE 2023.

Às dez horas e trinta minutos do dia 08 (oito) de março de dois mil e vinte e três, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, e em obediência à convocação da Presidente deste

Colegiado Técnico, Deputada Débora Almeida, reuniram-se os seguintes parlamentares, membros titulares desta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação: Deputado Antonio Coelho (UNIÃO), Deputado Henrique Queiroz Filho (PP), Deputado João de Nadegi (PV), Deputado Lula Cabral (SOLIDARIEDADE), Deputado Pastor Júnior Tércio (PP), Deputado Rodrigo Farias (PSB) e Deputado Sileno Guedes (PSB), e, o membro suplente: Deputado Jarbas Filho (PSB), além do Deputado Waldemar Borges, Deputado Joãozinho Tenório e do Deputado Antônio Moraes, não membros desta Comissão, para a Reunião Extraordinária de Apresentação do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022, pelo Secretário da Fazenda do Estado de Pernambuco, Exmo. Sr. Wilson José de Paula, de acordo com a exigência da **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF). A Presidente, Deputada Débora Almeida declarou aberta a reunião informando o seu objetivo. Cumprimentando e agradecendo a presença de todos, deu boas-vindas ao Secretário da Fazenda e dizendo que colocava essa Comissão de Finanças à disposição para um trabalho conjunto em prol do desenvolvimento do nosso Estado de Pernambuco, concedeu-lhe a palavra. O Secretário Wilson José de Paula após cumprimentar a todos e registrar suas felicitações às parlamentares, servidoras e colaboradoras desta Casa pelo Dia Internacional das Mulheres, fazendo uma referência às duas pernambucanas fantásticas que o criaram, sua avó e sua mãe, iniciou a sua apresentação, conforme determinação legal, do Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2022 começando com o slide da Receita Corrente Líquida que demonstra, a partir do ano de 2018, valores reais com crescimentos acima da inflação, chegando ao último quadrimestre de 2022 com o resultado de R\$ 3.722 milhões, 17,2% maior que o do ano de 2021, explicando, o Secretário, que parte desse incremento decorre das transferências, tendo também o ICMC um crescimento nominal, porém de apenas 1,5% com relação ao ano de 2021, ano que demonstrou um crescimento significativo de 21,7% com relação ao ano anterior de 2020, ressaltando o Secretário que, em uma visão rápida, esse crescimento do ICMC de apenas 1,5%, pode ter ocorrido, em razão da repercussão das duas leis federais, as Leis Complementares nºs 192 e 194 que mudaram a sistemática de cobrança de ICMC sobre combustíveis, energia e telecomunicações, observando-se assim que a queda na receita do ICMS se acentuou bastante, chegando a ordem de R\$ 1.580 bilhões que corrigido chega a R\$ 1.787 bilhões, sendo esse o volume da perda de ICMS que o Estado teve em virtude das duas leis complementares aprovadas no ano de 2022 pelo Governo Federal, disse o Secretário, e, que, diante disso, o Estado propôs, tendo hoje uma liminar, através da qual, de alguma forma, se tenta compensar essas perdas, porém que isso ainda depende de decisões judiciais e de conversas com o Governo Federal, conversas que estão ocorrendo intensamente tanto no fórum dos governadores quanto no fórum dos secretários de fazenda, informando que no mês de abril terá uma audiência no STF na tentativa de equacionar essa questão e mitigar as perdas que o Estado vem tendo ao longo desses oito meses, contudo, tudo vai depender de vários entendimentos, fundamentalmente dos ministros do Supremo Tribunal Federal, afirmou. Quanto as Operações de Crédito, mostrou o Secretário, que foram bem significativas no ano passado, com diversas captações autorizadas por essa Assembleia Legislativa, atualmente, dispondo ainda de uma autorização da ordem de aproximadamente R\$ 1.260 bilhão, com processo de captação já iniciado, devendo ser encerrado, provavelmente até o mês de junho, porém, dependendo ainda do aval da STN, tendo em vista algumas dificuldades que se tem encontrado para trabalhar com o Governo Federal neste tema, porém com os processos em adiamento, pretendendo captar o montante já autorizado aqui por essa Casa, sendo esse o trabalho que vem sendo feito com relação às Operações de Crédito, afirmou o Secretário. Passando ao Resultado da Receita Total mostrou que o ano de 2022 fechou com R\$ 51.402 bilhões, refletindo os incrementos em função das transferências e operações de crédito realizadas em 2022, registrou dizendo que do ponto de vista orçamentário, houve um déficit orçamentário no valor de R\$ 28,0 milhões, ou seja, o gasto foi maior que a arrecadação, ocorrido em função de um incremento menor da receita da ordem de R\$ 16,2 milhões e um incremento maior da despesa da ordem de R\$ 21,7 milhões, tendo o maior incremento se dado em outras despesas com 24,2% e nas despesas com pessoal com 18,7%, gerando assim o desequilíbrio orçamentário neste ano de 2022, registrou o Secretário, dizendo que, da mesma forma, o déficit orçamentário é refletido no Resultado Primário, neste, no valor de R\$ 567 milhões, tendo em vista também o crescimento maior das despesas frente ao crescimento da receita, chamando a atenção para os anos anteriores, onde, nesse mesmo relatório de 2022 o resultado era de R\$ 3.221 bilhões, saindo assim desse valor superavitário em março de 2022 para o valor de déficit de R\$ 567 milhões agora em março de 2023, sendo essa a situação enfrentada no momento, ressaltou o Secretário da Fazenda. Quanto aos Investimentos, apontou que foram da ordem de R\$ 3.823 bilhões, tendo eles decorridos das captações e parte também do Tesouro. Com relação às Outras Despesas Correntes do Poder Executivo, demonstradas separadamente por fontes, mostrou, o Secretário, que também tiveram um crescimento significativo com um resultado da ordem de R\$ 13.534 bilhões, 23,9% maior que o resultado do ano anterior de 2021, resultado esse já retratado anteriormente no quadro resumido, disse, ressaltando mais uma vez o aumento da despesa frente ao aumento da receita. Passando ao slide seguinte do comportamento das Outras Despesas Correntes Consolidadas, disse que, da mesma forma, refletiam o já comentado, tendo apresentado um valor de R\$ 14.381 bilhões, 24,1% maior que o resultado do ano anterior de 2021. Na Despesa Total, o resultado foi da ordem de R\$ 51.426 bilhões, 21,7% maior que o do ano anterior de 2021. Para a conta de Restos a Pagar, o Secretário Wilson apresentou os seguintes resultados: R\$ 981 milhões de Restos a Pagar Inscritos e Reinscritos no exercício anterior, R\$ 892 milhões de Restos a Pagar Pagos com um Saldo a Pagar de R\$ 31 milhões do ano de 2022. Com relação a Dívida Consolidada Bruta, disse que está dentro de um patamar muito razoável frente à possibilidade de captação, tendo apresentado um incremento, porém dentro da margem possível, até bastante confortável para o Estado, destacou. Quanto a Dívida Consolidada Líquida, ou seja, a Dívida Consolidada Bruta deduzida do saldo da disponibilidade de caixa, teve um resultado de R\$ 12.970 bilhões neste 3º Quadrimestre de 2022, 35,33% de endividamento da Receita Corrente Líquida Ajustada que é a Receita Corrente Líquida deduzida das emendas parlamentares individuais, quando o limite legal da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 200%, registrou o Secretário. Passando ao ponto da Despesa Líquida de Pessoal do Executivo que fechou o ano de 2022 em R\$ 15.792, mostrou o comprometimento desta despesa com a Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA – RCL cheia deduzida das emendas parlamentares Individuais) de R\$ 36.698 bilhões, atingindo o índice de 43,03%, quando o limite máximo de comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal é de 49,0%, uma margem não muito confortável, disse o Secretário, passando ao resultado da Despesa Líquida de Pessoal Consolidado, ou seja, de todos os poderes, que tem um limite máximo legal de 60%, tendo apresentado um índice de comprometimento de 51,27%, um percentual abaixo da exigência legal, mas que deve ser acompanhado de perto para não correr o risco de um nível de alerta, cujas restrições são extremamente severas pela Lei de Responsabilidade Fiscal do ponto de vista de atuação do Estado, ponderou, mostrando, para efeito de comparação, o Resultado de Gestão Fiscal Nacional, também do 3º Quadrimestre, de outros Estados da Federação, chamando inicialmente a atenção para a conta de Restos a Pagar, despesas liquidadas no ano anterior e não pagas, tendo apresentado aqui no Estado, externalizado neste relatório, um valor de R\$ 980,0 milhões, enquanto outros estados ficaram com uma folga maior do ponto de vista da disponibilidade, e ainda, também externalizada neste relatório, uma disponibilidade de R\$ 550 milhões, enquanto o Estado da Paraíba, por exemplo, ficou com R\$3.750 bilhões, registrou, dizendo que a ideia era deixar alguns parâmetros de comparação a fim de poder trabalhar também junto a essa Assembleia na busca de soluções para um novo patamar de equilíbrio nas contas do Estado, premissa fundamental para que possa fazer as entregas que a população merece, esclareceu, enumerando outros resultados da Paraíba, como o de recursos não vinculados de R\$ 3,7 bilhões e vinculados da ordem de R\$ 2.180 bilhões, enquanto que Pernambuco deixou em caixa R\$ 3,2 bilhões de recursos vinculados, recursos do uso estritamente restrito, como por exemplo, R\$ 280 milhões da COVID, R\$ 1,0 bilhão da FUNDEFE, recursos que estão disponíveis, mas totalmente vinculados, como os da COVID que estão vinculados inclusive a portarias do Ministério da Saúde, os recursos, podendo ser utilizados portanto, somente dentro do universo COVID, ao passo que de recursos não vinculados foram deixados apenas R\$ 550 milhões, recursos que puderam ser utilizados para qualquer tipo de despesa e praticamente usados nos primeiros dias deste ano de 2023, sendo essa a situação real publicada nos relatórios, de responsabilidade do Contador Geral, servidor de carreira da Secretaria da Fazenda e da Governadora Raquel, que são as autoridades que assinam esses relatórios e que fazem parte das contas nacionais via Tesouro Nacional, sendo esse portanto, o retrato fiel das contas do Estado de Pernambuco, ou seja, existe um desequilíbrio fiscal, um desequilíbrio orçamentário, estando hoje, R\$ 6,0 bilhões fora do equilíbrio, onde existem unidades de secretaria do Estado cujo orçamento só vai até agosto próximo e assim sendo, o trabalho neste ano de 2023 é buscar esse equilíbrio para voltar ao crescimento, garantiu o Secretário, concluindo a sua apresentação. A Presidente, Deputada Débora Almeida retomando a condução da reunião, agradeceu a explanação do Secretário, abrindo o ciclo de questionamentos em bloco de dois Deputados de cada vez, retornando ao Secretário para suas respostas e considerações, passando a palavra aos primeiros inscritos Deputado Antonio Coelho e Deputado Rodrigo Farias, tendo o Deputado Antonio Coelho, após dar as boas-vindas ao Secretário Wilson José de Paula e felicita-lo pela detalhada, competente e lúcida apresentação, e inicialmente, apresentando um cenário econômico adverso que o povo pernambucano enfrenta com índices bem abaixo da média nacional, disse que gostaria de contribuir com algumas sugestões para uma mudança de paradigma aqui em Pernambuco, propondo um novo modelo de desenvolvimento econômico no qual se possa contar com uma participação mais ativa do capital privado, e dentro desse modelo, a realização de mais privatizações, sugeriu, pedindo ao Secretário para mencionar os planos da atual gestão para privatização de ativos estratégicos, a exemplo da Compesa, da Copergás, bem como a concessão de estradas, de modo que se possa modernizar a infraestrutura do Estado e levantar mais recursos para investir em áreas sociais tão importantes, como saúde, educação e segurança pública, ponderou. Outro ponto, disse, seria o da importância de reduzir a carga tributária, considerando que é anticompetitiva, a fim de tornar o Estado de Pernambuco mais atrativo ao capital privado, dizendo ainda que, conforme pontuou o Secretário, reconhecia haver tido uma perda na arrecadação por conta do ICMS, porém, que essa perda teria sido mais que compensada pelo aumento do FPE e de outras transferências correntes, afirmando que a prova disso foi o crescimento da receita corrente líquida em 10,75% no ano de 2022, além de um cenário que permite algum otimismo em razão de decisões recentes do STF, uma delas que permitiu a volta de encargos à base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica, outra, fruto de acordo do STF com os Estados, a possibilidade da volta de impostos mais onerosos sobre os combustíveis, diante disso, pediu ao Secretário Wilson para colocar sua opinião sobre a expectativa de um aumento de receita para esse ano de 2023, deixando sua sugestão, de que se assim for, esses recursos extraordinários não sejam usados apenas na máquina pública ou até mesmo em investimentos do Governo do Estado, mas que possam ser retornados a população pernambucana sejam através de mais programas sociais robustos para aliviar o sofrimento dos que mais precisam e aquecer a economia do Estado e talvez assim, permitir a redução da carga tributária para que se possa atrair mais empresas, mais empregos e desenvolvimento para o Estado de Pernambuco, ponderou o Deputado Antonio Coelho, concluindo sua participação. O Deputado Rodrigo Farias após saudações aos presentes e homenagem às mulheres pelo seu dia, disse que o Relatório de Gestão Fiscal, hora apresentado, suscitou nele algumas dúvidas, tendo em vista as muitas lutas enfrentadas e vitórias alcançadas pelo Executivo de Pernambuco nesses últimos anos de gestão, tendo atingido a maior receita dos últimos seis anos, a maior redução das despesas com pessoal dos últimos seis anos, a menor dívida consolidada líquida dos últimos trinta anos, o menor resultado de restos a pagar dos últimos seis anos, e apresentado índices dos resultados obtidos pelo Estado comparativamente, por exemplo, aos resultados obtidos pelo Município de Caruaru, demonstrou os ganhos do Estado como um todo nas suas contas financeiras, especialmente nos últimos dois anos, pós COVID, afirmou, colocando uma de suas dúvidas, tendo em vista a entrevista dada pelo Secretário Wilson em um canal de comunicação, onde colocou sua preocupação quanto ao selo CAPAG a ser avaliado no mês de julho, ou seja, daqui a quatro meses, questionando ao Secretário, qual seria a preocupação dele com relação ao selo, diante dos resultados obtidos pelo Governo Paulo para atingir o equilíbrio fiscal e conquistar a classificação para captação de recursos para investimento, tendo, neste ano de 2022, já atingido um recorde em investimentos tanto com recursos próprios quanto captados, disse, registrando sua preocupação com o grande retrocesso no caso de perda do selo. Retomando a condução da reunião a Presidente, Deputada Débora Almeida passou a palavra ao Secretário Wilson que agradecendo aos Deputados pela contribuição,

começou respondendo sobre as privatizações e concessões, dizendo que o assunto ainda está no campo do debate e não teria nada concreto para falar no momento, talvez em uma próxima oportunidade se tenha esse objeto melhor definido, quanto ao ambiente de negócios, disse que concordava perfeitamente, realmente muito difícil, último Estado classificado pelo DIRB, tendo sido uma das tarefas a ele recomendada, devendo apresentar as propostas em breve para melhorar isso, do ponto de vista da arrecadação, da penalidade aos contribuintes, da falta de clareza da legislação, buscando a simplificação e o cumprimento espontâneo da obrigação tributária, devendo fazer um movimento nesse sentido, o de melhorar o ambiente de negócio do Estado, movimento esse, que terá que ser calibrado, garantiu, tendo em vista um fluxo de caixa com um déficit de R\$1.200 bilhões e um orçamentário de R\$ 7,0 bilhões, com uma disponibilidade de 0,55% com relação a outros estados, realidade por ele encontrada, registrou, porém, reafirmando a necessidade de se fazer o movimento, em um primeiro momento para manter as empresas aqui no Estado e em um segundo momento fazendo uma política de atração. Informou ainda que, sobre a coordenação da Secretaria da Fazenda, um decreto de qualidade do gasto foi implementado e diversos cortes foram feitos, cortes difíceis, duros, mas que a racionalidade exige, sendo essas as duas primeiras frentes que estão trabalhando, primeiro com a qualidade do gasto e em seguida com a receita. Com relação ao FPE, disse que quanto menos se depender da União, melhor, uma vez que a União bate recorde de arrecadação e continua castigando os estados com legislações absurdas, descomprometidas com o equilíbrio fiscal das unidades da federação como foi o caso da 192 e da 194, e aí se entra na questão de onerar ou não o combustível, sendo esse o debate, ponderou, afirmando porém que a perda já foi dada, uma vez que se tinha uma alíquota em torno de 28 a 29%, tendo sido reduzida para 18%, no principal elemento de arrecadação das unidades federadas do Brasil, não só de Pernambuco, disse, assegurando que quando se recebe um golpe desse, leva-se muito tempo para recuperar, um golpe da ordem de R\$ 1.587 bilhão, volume esse que pode ser ainda maior, a depender das discussões em curso. Quanto à energia elétrica, a TUST e a TUSD, de fato, Pernambuco nunca retirou da base, assim, o que aconteceria em uma decisão desfavorável, seria iniciar um processo de perda da arrecadação da ordem de R\$ 75 milhões mês, então, na verdade, essa receita está integralizada no nosso orçamento, assim, a decisão definitiva dela não vai incrementar a nossa receita corrente líquida, esclareceu. Com relação ao combustível garantiu que não há qualquer pensamento de onerar, decisões virão sobre ele, a alíquota de 18% não será alterada, mas uma decisão definitiva se faz necessária, tanto para a administração tributária do Estado quanto para o contribuinte, assegurou. Quanto a CAPAG, disse que, a classificação como CAPAG B já foi perdida uma vez que é feita com base no último RREO e assim a avaliação que será feita em julho já vai classificar Pernambuco em setembro, como CAPAG C para 2024, não havendo mais movimento a ser feito, neste ano de 2023, que reverta esta situação, pois o índice de liquidez, índice crucial na CAPAG, foi negativo, não adiantando a classificação A e A nos dois outros índices de poupança e de endividamento, esclareceu, dizendo que a missão agora é retornar a CAPAG B para 2025 com o RREO de 2023, havendo uma possibilidade de solicitar ao STN uma antecipação da avaliação em 2024 a fim de ver se durante o ano de 2024 se consegue retornar a CAPAG B com a fotografia de 2023, dizendo porém que as conversas com o STN hoje estão sendo complicadas diante do embate que se tem travado para obter a compensação do ICMS perdido, que representa um valor calculado e registrado conforme a lei, da ordem de R\$ 1.700 bilhão e o STN querendo devolver apenas R\$ 500 milhões, explicou, finalizando esse primeiro bloco de esclarecimentos, informando ainda que uma reunião específica para o Estado de Pernambuco com o Secretário do Tesouro Nacional, irá acontecer nesta próxima terça-feira a fim de tratar esta problemática. A Presidente, Deputada Débora passou então ao segundo bloco, concedendo a palavra ao Deputado Lula Cabral, que iniciou suas palavras elogiando a apresentação do Secretário mas declarando-se entristecido com a situação financeira que o Governo Raquel encontrou, dizendo ser esta, uma realidade bem diferente da situação de superávit divulgado pela grande mídia, uma vez que os números demonstraram que o saldo encontrado foi de apenas R\$ 500 milhões de recursos não vinculados, os quais, conforme afirmou o Secretário, já foram gastos nos primeiros dias da atual gestão, arguiu o Deputado ao Secretário, se não seria por esse motivo que os terceirizados estariam sem receber os seus salários e o que se pode fazer neste período de março a dezembro deste ano de 2023 para que se possa ao menos pagar os terceirizados e fazer com que a economia de Pernambuco volte a crescer? Prosseguindo o segundo bloco, a palavra foi passada ao Deputado Sileno Guedes que confessou ter vindo para essa reunião com uma expectativa muito positiva e que diferentemente da percepção do Deputado Lula Cabral, o seu sentimento havia se confirmado, pois, como se sabe, buscar o equilíbrio fiscal, buscar reduzir o comprometimento da receita com despesas ruins, sobretudo de custeio, é um esforço permanente de todos os entes da federação, desde a União ao menor município, ponderou, e dizendo que gostaria de encerrar esse debate, fazendo um esclarecimento ou melhor, tirando uma dúvida, pois quando se analisa os resultados de 2022, postos em números, mas se depara com uma nota de rodapé do contador geral do Estado, constante do relatório, dizendo o seguinte: “O superávit financeiro apurado no exercício anterior de aproximadamente R\$ 2 bilhões, embora seja uma das fontes de abertura de créditos adicionais, já foi computado como receita no exercício anterior e, por essa razão, não deve ser considerado entre as receitas realizadas do exercício atual avaliado. Considerando que houve despesas executadas por meio de abertura de créditos adicionais à conta do superávit financeiro do exercício anterior, o demonstrativo permite concluir que não houve desequilíbrio na execução orçamentária do exercício de referência, apesar do déficit de R\$ 24 milhões apresentado englobando os três poderes. (A versão a ser publicada apresenta o resultado orçamentário calculado pela despesa empenhada, e o déficit nesse caso foi de R\$ 27,5 milhões)”, ou seja, continuou o Deputado, após ler a nota, que esse é um debate extremamente técnico, sendo necessário mergulhar na análise para entrar nesta discussão, sendo a Secretaria da Fazenda uma casa que merece o respeito de todos, pelo corpo técnico que tem, historicamente capaz de atravessar crises, disse o Deputado. Quanto ao CAPAG, perguntou ao Secretário se seria do seu conhecimento, a existência de uma consulta a PGE de utilização dos recursos oriundos da correção de recursos do FUNDEFE, dando a informação que o Estado de São Paulo fez algo parecido neste sentido, com êxito, e dizendo que sendo assim, se essa consulta for positiva e caso se consiga que esses recursos sejam aceitos para computar na liquidez do Estado, Pernambuco ficaria com folga para permanecer com a classificação de CAPAG B, finalizou o Deputado, dizendo ainda que essa era a contribuição que gostaria de dar e reafirmando o apoio desta Casa Legislativa ao trabalho do Secretário, arguiu ainda, se, no intervalo de janeiro a julho, estaria prevista mais uma nova operação de crédito, aproveitando a classificação que Pernambuco ainda tem como CAPAG B? O Secretário Wilson de Paula dizendo que se sentia muito grato por esse ambiente de debate e de contribuições, lembrou o seu último encontro com Secretário da Fazenda do Distrito Federal com o Governador Rolemberg, no dia 31 de dezembro de 2018, depois de todo o esforço, em um período difícil, onde o debate era difícil, os números eram complexos e a população não entendia, o servidor público não entendia, dando a impressão que estavam guardando o dinheiro do Estado debaixo do colchão, tendo ele perdido o tom com a imprensa, algumas vezes, pois a impressão que dava era que as pessoas achavam que que a Fazenda e o Governo eram uma máquina de fazer dinheiro, contou, afirmando que não existe máquina de fazer dinheiro e não existe mágica para resolver a questão do equilíbrio fiscal, isso se dando com o trabalho nas duas pontas, na despesa e na receita, na despesa cortando aquelas ruins, principalmente no custeio, e na receita, melhorando o ambiente de negócios, sendo esse o caminho que está sendo trilhado, com o apoio da equipe técnica da Fazenda que realmente é de altíssimo nível e a sua expectativa é de fazer esse trabalho em conjunto, pontuou. Com relação à operação de crédito, disse que o processo já foi iniciado com o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e um edital de chamamento público para os bancos privados, tendo a Assembleia, já autorizado o montante de R\$ 1.260 bilhão, podendo, com o andamento, solicitar uma ampliação desse valor, uma vez que o endividamento permite, um novo volume de captação, sendo que o tempo é esse, o de 2023, tendo em vista que a CAPAG em 2024 não permitirá iniciar um processo, porém, durante o ano de 2024, a depender do desempenho de 2023, se terá as condições de iniciar novos processos de captação, explicou, finalizando os esclarecimentos deste segundo bloco de questionamentos. Dando continuidade, a Presidente, Deputada Débora passou ao terceiro bloco, concedendo a palavra ao Deputado João de Nadegi e em seguida ao Deputado Waldemar Borges, tendo o Deputado João de Nadegi após felicitações à Presidente e boas vindas ao Secretário e de colocar o trabalho desta Casa à disposição do mesmo, destacou alguns pontos aqui tratados pelo Secretário e Deputados, fazendo as suas considerações e pedindo confirmações do Secretário com relação a duas questões que para ele não ficaram muito claras, uma sobre a questão levantada pelo Deputado Sileno Guedes com relação à consulta interna a PGE, se caso positiva, o Estado permaneceria com a classificação em CAPAG B, e a segunda com relação ao pagamento dos terceirizados, qual a possibilidade disso e como o Estado vai fazer para pagar, arguiu, concluindo sua fala. O Deputado Waldemar Borges, de posse da palavra, disse da responsabilidade desta Casa especialmente com as questões mais vinculadas à área do Secretário, colocando-a a disposição dele, ilustrou destacando que uma das primeiras matérias que foram votadas aqui na Assembleia, após a eleição da Governadora Raquel Lira, foi um conjunto de medidas, dentre elas a que pedia a prorrogação do fundo de reequilíbrio, tendo essa Casa, votado e aprovado, juntamente com uma emenda do Deputado Antonio Coelho, que teve o cuidado de interagir com membros do Governo, tendo sido aprovada, apenas propondo um prazo de um ano e não de dois, conforme pedia o projeto original, porque se entendeu que seria um prazo razoável pra se observar o comportamento da receita e aí se optar por uma nova renovação, o fato é que aqui nesta Casa, se compreendeu a necessidade desse fundo, ao contrário do que ocorreu em épocas anteriores quando o Governador Paulo Câmara mandou para cá esse fundo, que na verdade, nem foi uma decisão do Governo de Pernambuco, mas do CONFAN, se teve que ouvir discursos indignados, contra a “sana arrecadatória do Governo do Estado”, relatou o Deputado, dizendo ao Secretário que haverá aqui a compreensão de que o papel dele é arrecadar, o máximo que for necessário, de maneira responsável, diminuindo as despesas, o máximo que puder, uma vez que se sabe que não é da vontade do gestor, mas em função da realidade, muito embora, a realidade das finanças de Pernambuco, certamente reflete a dificuldade geral dos estados brasileiros, contudo, contextualizando os dados e o seu comportamento histórico, pode-se concluir, o que aqui já foi colocado, pontuou, citando, por exemplo, o gasto com pessoal e o índice de endividamento, como dados positivos que refletem a economia de Pernambuco, registrou, fazendo, em seguida, a narrativa da explosão que Pernambuco viveu em sua economia no Governo Eduardo Campos, muito em função da conjuntura nacional, que por sua vez também era privilegiada pela conjuntura internacional, ressaltou, o fato, é que se tinha uma economia centrada em duas, três cadeias produtivas, de repente, passou a se viver uma economia em outra dimensão, quando foram trazidas para cá, cadeias importantes, automobilística, naval, enfim, ocorreu um boom, um processo de refluxo da economia, o efeito bumerangue foi um fato em Pernambuco, assim, disse ao Secretário que quando ele for comparar Pernambuco com outros estados, faça com base nesses dados, comparando-os na linha de tempo, observando o enorme crescimento da economia pernambucana, sugeriu, passando aos resultados da conta Restos a Pagar, perguntando ao Secretário, se o montante de R\$ 980 milhões desta conta, processados, estaria todo dentro das despesas vinculadas? Tendo o Secretário Wilson respondido imediatamente que sim, por fim, tratou da ideia favorável da Governadora Raquel quanto à desapropriação do imóvel, no valor de mais de R\$ 100 milhões, do Colégio Americano Batista que estava com data certa para ir a leilão, dizendo que se sentia satisfeito em ver esse tipo de decisão, uma vez que revelava a existência de certa folga para fazer esse tipo de despesa, pontuou, concluindo sua participação, o Deputado Waldemar Borges, com o registro de que esta Casa Legislativa, dentro do seu papel, daria a contribuição necessária para que a Governadora Raquel fosse bem sucedida. O Secretário Wilson de Paula iniciou os esclarecimentos dizendo que as colocações do Deputado Waldemar eram realmente pertinentes, devendo ser registrada a aprovação do FEF que foi decisiva, uma vez que são R\$ 600 milhões ano, valor decisivo para manutenção do Estado no enfretamento desse ano de 2023. Em seguida, respondeu que quando falava do desconforto do índice de 43,03%, na verdade estava falando mais do cuidado que se deve ter, uma vez que poucos milhões são necessários para se avançar sobre esse percentual. Com relação à PGE, disse que mesmo que se tenha um parecer favorável para os recursos do FUNDEFE entrar no fluxo, implicando nos relatórios da Lei de Responsabilidade de forma positiva, ainda permanece vinculado, e resumindo, disse que, como a CAPAG é resultado do RREO do 6º bimestre e que é com base nesse relatório que a avaliação é feita, Pernambuco não terá mais a CAPAG B em 2024, reafirmou. Quanto aos terceirizados, disse que teve algumas

interações com a imprensa, mas que na Secretaria da Fazenda não havia vislumbrado essa dívida, apenas uma parte que estava em atraso, porém dentro do prazo contratual, tendo isso ocorrido em razão da mudança de governo e virada de ano, onde houve a necessidade de mais algum prazo para realizar o pagamento, porém nada fora do contrato, garantiu, discutindo que as empresas, dentro do prazo dos seus contratos, deveriam ter honrado com os salários dos servidores, não querendo, ao dizer isso, transferir responsabilidades, pois sabia qual era a responsabilidade do governo, porém, disse, que dentro de um contrato há obrigações e direitos, ressaltando que os terceirizados são colaboradores, pelos quais, tinha o maior respeito, tendo inclusive, dentro da Secretaria da Fazenda, uma relação cotidiana com eles, porém admitindo que possa ter havido algum atraso por alguns outros motivos, como o de algumas empresas que apresentam restrições, algumas que não tinham certidão de FGTS, ou problema no e-Fisco do Estado, registrou. A Presidente, Deputada Débora Almeida passando ao último bloco de perguntas, concedeu a palavra ao Deputado Antônio Moraes que saudou a todos na pessoa da Presidente, destacando o dia dedicado às mulheres, dizendo que faria algumas colocações pelas quais os Deputados estavam sendo cobrados, iniciando pela questão dos terceirizados, em seguida pela questão do SASSEPE, algo que vem de longo tempo, sugerindo a Presidente Débora, a realização de uma audiência, a fim de que se possa entender um pouco melhor a questão, outra questão, pela qual, todos os Deputados estão sendo cobrados, principalmente aqueles com suas bases no interior do Estado, disse, se tratar das licitações feitas e ganhas, para execução de obras de estradas, sobre o que responder, quando questionados pelos prefeitos, pelos vereadores dos municípios sobre a execução dessas obras, se irão acontecer e em que prazo. Outra questão, disse o Deputado, pedindo ao Secretário para debruçar sobre isso, uma vez que se trata de uma grave questão, explicando que existem dois grupos empresariais que detêm um privilégio muito grande na área fiscal, o Novo e o Mateus, tendo isso sido concedido por decreto, uma vez que não passou por essa Casa Legislativa, podendo essa condição desleal de mercado, provocar a quebra de muitos outros comerciantes, sejam atacadistas ou varejistas, ponderou, pedindo ao Secretário da Fazenda para levar até ele os estudos feitos pelas associações dos atacadistas e varejistas sobre o assunto, a fim de que ele possa conhecer melhor o tamanho desse problema, e, para encerrar, pediu ao Secretário para agilizar o pagamento das emendas parlamentares, tendo vista os valores pequenos que representam, pontuou. Em seguida, encerrando o último bloco de perguntas, a palavra foi passada ao Deputado Henrique Queiroz Filho que iniciou cumprimentando as mulheres, desejando que as lutas delas sejam cada vez mais reconhecidas e dando boas vindas ao Secretário Wilson, disse ter acompanhado os esforços, nos últimos quatro anos, do Governo do Estado para se enquadrar na classificação de CAPAG B, tendo em razão desse enquadramento, conseguido, a título de empréstimo, os recursos necessários para implantar o Plano Retomada e com ele executar muitas obras, algumas que foram concluídas, outras que estão em andamento e outras tantas, com ordens de serviços, que nem sequer, foram iniciadas, perguntou ao Secretário, sobre a programação financeira do Estado para conclusão dessas obras, se haverá continuidade para as já iniciadas e se como se darão as ordens de serviços daquelas não iniciadas. Outra pergunta seria com relação aos convênios, a exemplo do Leite de Todos, tendo em vista a preocupação do pessoal da bacia leiteira com alguns atrasos, desde o mês de dezembro de 2022, e por fim, sobre as emendas parlamentares, dizendo que seria importante, que os recursos provenientes delas fossem liberados na sua integralidade, a fim de se evitar obras inacabadas, provocando grandes cobranças por parte do executivo municipal, concluiu, desejando ao Secretário muita sorte na missão a frente da Secretaria da Fazenda. A Presidente Débora, encerrando as inscrições para participação dos Deputados, concedeu a palavra ao último inscrito, o Deputado Joãozinho Tenório, que iniciou sua participação, também fazendo sua homenagem às mulheres, dando ao Secretário os parabéns por sua explanação e por sua disponibilidade e aos Deputados pelas suas excelentes colocações e contribuições, reiterou a importância de alguns pontos já tratados pelos demais Deputados, como o do SASSEPE, também arguindo ao Secretário, se realmente procede e de que forma se pode avançar nessa questão para que seja regulamentada, bem como sobre o que diz respeito às estradas, arguindo também ao Secretário sobre o andamento delas, e por fim reforçando o pedido dos Deputados sobre o pagamento das emendas parlamentares, pedido esse, de interesse, não só dos Deputados, mas de todos os pernambucanos, encerrando suas palavras, desejando ao Secretário, sucesso, dizendo que o sucesso dele é o sucesso do povo pernambucano. Por fim, a Presidente, Deputada Débora Almeida, antecipando seu agradecimento ao Secretário, passou a ele a palavra para suas considerações finais. O Secretário começou dizendo que a questão das obras seria reflexo do déficit orçamentário de aproximadamente R\$ 6 bilhões no orçamento, existindo um déficit também na folha de pessoal, bem como no custeio e no investimento, e assim nenhuma unidade tem orçamento até dezembro, e para abrir o orçamento é necessário ter o financeiro, disse, explicando que para as obras esse financeiro virá das operações de crédito, sendo necessário realizá-las, abrir o orçamento, e executar as obras, sendo esse o caminho. Com relação às emendas, disse trazer uma notícia de que a Casa Civil está coordenando esse trabalho a fim de que o Planejamento possa atuar junto a Assembleia a fim de honrar com os compromissos assumidos. Quanto à questão do comércio, se colocou a disposição das associações dos atacadistas e varejistas a fim de que se possa construir um caminho para essas questões tributárias. Com relação ao convênio Leite para Todos, disse que, o assunto está na Casa Civil, estando todos bastante envolvidos buscando uma solução para essa questão. Prosseguindo, disse que a questão chave hoje, do governo e do parlamento aqui na Assembleia, é a do SASSEPE, admitindo realmente que a situação é extremamente grave, informou que amanhã estaria em reunião com a Secretaria de Administração para fazer o primeiro debate com o sindicato sobre o sistema de saúde dos servidores, registrou, dizendo ainda que a audiência pública, sugerida pelo Deputado Antônio Moraes, seria de uma enorme contribuição, uma vez que somente com esforço de todos, rede credenciada, usuários, parlamento e governo, juntos, é possível solucionar essa questão, garantiu, tendo em vista que o problema requer uma solução estruturada, afirmou. Tendo, o Deputado Henrique Queiroz Filho, em seguida, sugerido ao Secretário, colocar, desde já, uma cadeira para a participação de um parlamentar em todas as discussões sobre o tema. O Secretário, aceitando a sugestão do Deputado, encerrou sua participação, agradecendo a Presidente Débora bem como a todos os Deputados, deixando o registro de seu entusiasmo e energia para juntos construírem uma saída, finalizou, o Secretário da Fazenda, Wilson de Paula. A Presidente, Deputada Débora Almeida retomando a palavra, agradeceu, em nome desta Casa Legislativa, ao Secretário por trazer as respostas e o levantamento do que precisa ser feito para o enfrentamento das situações, de uma forma tão clara e direta. Informou, em seguida, aos Deputados, que o 2º ciclo de remanejamento das emendas parlamentares à LOA de 2023, estaria aberto até às treze horas do dia nove de março de 2023, lembrando também, o 3º ciclo que será aberto ao final do mês. Agradeceu a participação, a confiança, o reconhecimento, o carinho e felicitações de todos pelo Dia Internacional da Mulher, estendendo essas felicitações às suas colaboradoras presentes à reunião, dizendo que o dia oito de março é um dia de luta, em que se busca representatividade, espaço para a conquista de direitos, sendo esse oito de março especialmente importante, pela primeira vez com uma mulher, presidindo esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. Não havendo nada mais a ser tratado, declarou encerrados os trabalhos desta reunião extraordinária, convocando a todos para a reunião ordinária da próxima quarta-feira. Do que, para constar, eu, Eliene Regis Brandão Agra lavrei a presente ata, que vai assinada por a Presidente desta Comissão, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REALIZADA NO DIA 08 DE MARÇO DE 2023.

Às dez horas e trinta minutos do dia 08 (oito) de Março do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), em sessão presencial, convocada nos termos do art. 125, inc. I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, no Plenarinho I, Deputado João Ferreira Lima Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista – Recife/PE, reuniram-se sob a presidência do Deputado Joaquim Lira, os Deputados: Joãozinho Tenório, Renato Antunes, Rodrigo Farias, Romero Sales Filho e Waldemar Borges, membros titulares. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação da ata da última reunião e, como não houve contestação, a mesma foi aprovada. Em seguida, o Deputado Joaquim Lira, Presidente da Comissão de Administração Pública, deu início à Distribuição dos seguintes projetos constantes no edital de convocação: Projeto de Decreto Legislativo Nº 01/2023, de autoria da Mesa Diretora, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 01/2023, de autoria da Deputada Simone Santana, em TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 149/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 02/2023, de autoria da Deputada Simone Santana, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 03/2023, de autoria do Deputado Antônio Moraes, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 04/2023, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 05/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 06/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 07/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 08/2023, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 09/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 11/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 12/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 13/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 14/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 15/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 16/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 17/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 18/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 19/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 020/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 021/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 022/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 023/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 024/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 025/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 026/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 027/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 028/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 029/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 030/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 031/2023, de autoria do Deputado João Paulo

Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 032/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 033/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 034/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 035/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 036/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 46/2023 de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 037/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 038/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 039/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 040/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 041/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 042/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 043/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 044/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 113/2023 de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 045/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 047/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 048/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 049/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 050/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 051/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 052/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 053/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 054/2023, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 057/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 058/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 059/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 060/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 061/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 062/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 063/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 064/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 065/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 066/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 068/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 069/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 070/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 079/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 071/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 072/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 073/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 074/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 075/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 076/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 077/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 078/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 080/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 081/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 082/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 083/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 084/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 085/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 086/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 087/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 088/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 089/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 090/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 091/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO ROMERO SALES FILHO; Projeto de Lei Ordinária Nº 092/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 093/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 094/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 095/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 096/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 097/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 098/2023, de autoria da Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 099/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 100/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 101/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 102/2023, de autoria do Deputado João Paulo Costa em TRAMITAÇÃO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 234/2023 de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 103/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 104/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RENATO ANTUNES; Projeto de Lei Ordinária Nº 105/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 106/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 107/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 108/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 109/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 110/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO RODRIGO FARIAS; Projeto de Lei Ordinária Nº 111/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 112/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 114/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 115/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 116/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 117/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 118/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 119/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 120/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 121/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 122/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 123/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 124/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 125/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 126/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 127/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 128/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 129/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 130/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 131/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO JOÃOZINHO TENÓRIO; Projeto de Lei Ordinária Nº 132/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 133/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 134/2023, de autoria do Deputado Romero Sales Filho, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 135/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 136/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 137/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 138/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 139/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO DEPUTADO WALDEMAR BORGES; Projeto de Lei Ordinária Nº 140/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, DISTRIBUÍDO AO

